

WENCESLAU GONÇALVES NETO

AGRICULTURA E POLÍTICA AGRÍCOLA NA DÉCADA DE 70:
A CAFEICULTURA EM ARAGUARI, M.G.

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. HÉCTOR HERNÁN BRUIT

CAMPINAS - 1983

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

PARA

MINHA ESPOSA

Vera Lucia Toffoli Gonçalves

MINHA MÃE

Altiva da Glória Oliveira

Com Carinho.

AGRADECIMENTOS

O objetivo desta página não é apenas o de expressar reconhecimento pela contribuição de outras pessoas na confecção deste estudo, mas também demonstrar o caráter social da produção científica. As observações e nomes que arrolamos a seguir procuram fazer justiça a alguns dos atores que participaram desta empreitada.

Em primeiro lugar, ao professor Héctor Hernán Bruit, pela aceitação do trabalho de orientação, crítica e avaliação da pesquisa e pela paciência, dedicação e estímulo à produção dos resultados.

Aos professores do Departamento de História da Unicamp, pela acolhida e orientação metodológica nos debates dentro e fora das salas de aula.

À Universidade Federal de Uberlândia, pelo apoio nunca faltado no decorrer dos estudos. Ao Departamento de Estudos Sociais o reconhecimento pelas facilidades oferecidas, que propiciaram o tempo necessário para a implementação da pesquisa, e pelas oportunidades de debate com os colegas professores deste mesmo Departamento.

Ao Dr. Roberto Sartori, Chefe da Agência do IBC de Araguari, pela abertura dos arquivos à nossa consulta e pela constante disposição a auxiliar o estudo.

Ao Núcleo de Processamento de Dados da UFU, especialmente na figura do professor Mauro Guimarães, pela montagem dos programas de processamento dos dados coletados.

Enfim, gratidão especial a Vera Lucia, pelo incentivo e apoio que sempre, abnegadamente, ofereceu. Particularmente às horas que lhe foram roubadas e nunca cobradas.

A estes e a todos que direta ou indiretamente participaram deste labor, o nosso reconhecimento.

SUMÁRIO

	Página
AGRADECIMENTOS.....	i
SUMÁRIO.....	ii
LISTA DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS.....	iv
À GUISA DE INTRODUÇÃO.....	1
 CAPÍTULO I - POSIÇÕES DE ANÁLISE DA AGRICULTURA BRASILEI- RA.....	 10
1. O Início do Debate.....	10
2. A Agricultura como Entrave.....	14
3. A Funcionalidade da Agricultura.....	19
4. A Ótica da Acumulação.....	28
 CAPÍTULO II- A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA.....	 45
1. Introdução.....	45
2. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II.....	 51
3. Os Mecanismos de Implementação da Política Agrícola.....	 54
3.1. Os preços mínimos.....	54
3.2. O Proagro.....	57
3.3. Assistência técnica e pesquisa agrí- cola.....	 59
3.4. O crédito agrícola.....	61
4. A Agroindústria.....	72
 CAPÍTULO III-A POLÍTICA PARA A CAFEICULTURA.....	 82
1. Introdução.....	82
2. A Cafeicultura nos Anos 60.....	83

3. O Plano de Renovação e Revigoração de	
Cafezais.....	87
 CAPÍTULO IV - A CAFEICULTURA EM ARAGUARI.....	97
 CONCLUSÃO.....	126
 BIBLIOGRAFIA.....	135

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS

QUADRO	Página
1. Número e valor de contratos de crédito rural no Brasil, 1969-79.....	66
2. Distribuição percentual de utilização de crédito rural em relação à aplicação por finalidade (produtores + cooperativas), 1966-1976.....	69
3. Erradicação total de cafeeiros e área liberada, por estados, junho de 1962 a maio de 1967.....	85
4. Evolução da população cafeeira (em milhões de cafeeiros) nos estados maiores produtores, 1964-1980.....	94
5. Produção brasileira de café nos estados maiores produtores (em milhões de sacas de 60 kg), 1965/66-1980/81.	95
FIGURA	
1. Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.....	98
TABELA	
1. Colheita e efetivo das plantações de café no município de Araguari, MG, 1950-1975.....	100
2. Utilização das terras para lavouras e pastagens no município de Araguari, MG, 1950-1975.....	101
3. Uso de fertilizantes, defensivos e práticas de conservação do solo no município de Araguari, 1960-1975.....	102
4. Uso de máquinas e instrumentos agrícolas - tratores, arados e colhedeiros - em Araguari, M.G., 1950-1975...	102
5. Uso de veículos de tração mecânica e de tração animal em Araguari, MG, 1950-1975.....	103

TABELA

Página

6. Evolução da cultura de café em Araguari, MG, 1972 a 1980.....	103
7. Evolução da área plantada e do número de covas na cafeicultura de Araguari, 1972 a 1980.....	105
8. Plantio de café em Araguari, 1972 a 1980.....	107
9. Abandono e/ou erradicação de lavouras de café em Araguari, 1973 a 1980.....	107
10. Estratificação por área total em Minas Gerais, em Araguari e na Cafeicultura de Araguari, 1975.....	110
11. Número de propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de área, 1972 a 1980.....	111
12. Área total das propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de área, 1972 a 1980.....	112
13. Área em cultivo das propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de área, 1972 a 1980.....	113
14. Área em cultivo financiado das propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de área, 1972 a 1980.....	113
15. Área em cultivo com recursos próprios das propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de área, 1973 a 1980.....	114
16. Número de covas em cultivo pelas propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de área, 1972 a 1980....	116
17. Número de covas em cultivo financiado pelas propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de área, 1972 a 1980.....	117
18. Número de covas em cultivo com recursos próprios pelas propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de área, 1973 a 1980.....	118

TABELA

Página

19. Número de propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de extensão da lavoura, 1972 a 1980.....	119
20. Área das propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de extensão da lavoura, 1972 a 1980.....	120
21. Área em cultivo das propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de extensão da lavoura, 1972 a 1980.	120
22. Área em cultivo financiado das propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de extensão da lavoura, 1972 a 1980.....	121
23. Área em cultivo com recursos próprios das propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de extensão da lavoura, 1973 a 1980.....	121
24. Número de covas em cultivo das propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de extensão da lavoura, 1972 a 1980.....	122
25. Número de covas em cultivo financiado das propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de extensão da lavoura, 1972 a 1980.....	122
26. Número de covas em cultivo com recursos próprios das propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de extensão da lavoura, 1973 a 1980.....	123

À GUISA DE INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira neste início de década ainda não encontrou motivos de comemoração. Ao contrário do início dos anos 70, marcado pelo ribombar de um "milagre" econômico e de uma não menos portentosa vitória esportiva, os dias atuais se caracterizam pelo temor frente ao malogro e à instabilidade das tentativas de direcionamento da política econômica, agravados pela mágoa do chamado "desastre do Sarriá" em julho de 82. Há quem se pergunte, até, qual dos dois problemas teria afetado mais o espírito da população. No entanto, no âmbito do presente trabalho estamos mais preocupados com os aspectos econômicos que envolvem nossa realidade que com os esportivos, apesar de não os vermos dissociados já que o esporte tem se transformado em uma mercadoria como outra qualquer.

Talvez o único elemento de regozijo do cidadão neste indefinido princípio de década tenham sido as eleições de 82, que restabeleceram parte dos direitos sociais de escolha dos governantes, permitindo um pequeno avanço no processo de participação política e, conseqüentemente, uma primeira avaliação do modelo político-econômico instaurado a partir do movimento de 64. Entendemos que essas eleições não "brotaram" naturalmente dentro da sociedade brasileira, nem se manifestaram como dádivas dos setores dominantes. Surgiram, sim, como tantas outras transformações recentes, dos conflitos e das contradições inerentes ao próprio desenvolvimento do capitalismo e, é claro, esses conflitos não se resumem em eleições. Na luta pelo poder em que se envolvem as diferentes classes as eleições aparecem como um dos segmentos dessa luta, mas não o único.

Nesse sentido compreendemos, não só as eleições mas todo o processo da chamada "abertura política" instaurada em 1979, como desdobramentos dessa luta ininterrupta no interior da sociedade entre as diferentes classes que a compõem. Entendemos o processo não como um evoluer pacífico, coerente e previsível, mas como um movimento contraditório e conflituoso. Neste contexto a política, por exemplo, aparece como tentativa de reorganização do sistema implantado em função da garantia da continuidade do modelo privilegiador de grupos. Trata-se de direcionar e, até, de institucionalizar o momento, o local e as armas da luta. Daí a criação de novos partidos, inclusive com a aceitação de um partido de trabalhadores, entre outros mecanismos desenvolvidos. A esse respeito, anota José de Souza Martins:

"A chamada 'abertura política' que está sendo posta em prática tem um sentido mais claro depois dessas primeiras experiências. Não se trata de suprimir o arbítrio nem o autoritarismo. Trata-se de submeter as reivindicações populares a canais de encaminhamento e de solução compatíveis com a preservação do regime autoritário e militar"(1).

Vemos, portanto, essas alterações políticas como um re-ordenamento e re-acomodação dos setores dominantes em razão dos conflitos que se manifestaram nos anos 70 e pelos que se apresentam no presente. E as concessões admitidas pelos que detêm o poder aparecem como medidas paliativas destinadas a ganhar o tempo necessário à re-formulação do modelo econômico, que tem sido o principal alimentador dos conflitos.

Entendemos como condição para que a burguesia permaneça no poder que ela consiga direcionar a economia de acordo com os seus interesses, permitindo-lhe a acumulação, objetivo maior de sua luta política. A qualquer falha acirram-se as contradições e a realização do capital é dificultada. Daí que à burgue-

(1) "A situação no campo e a conjuntura", em _____. Expropriação e Violência, p. 129. Cf. também Sebastião C. VELASCO E CRUZ e Carlos Estevam MARTINS. "De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da 'abertura'", em Bernard SORJ e Maria Hermínia T. de ALMEIDA. (org.). Sociedade e Política no Brasil Pós-64, p. 13.

sia, na impossibilidade de desaparecer com o conflito, que está implícito na raiz da sua condição de dominação, - apesar de tentar através da ideologia - interessa o direcionamento e controle sobre o mesmo, o que se pretende alcançar através de mecanismos de política. Tais mecanismos objetivam determinar as relações de poder e participação dentre os diversos setores da sociedade, sejam dominantes ou dominados, classes ou frações das mesmas.

Esse trabalho de composição e distribuição de fatias de poder entre os diversos agentes sociais pode ser feito com razoável sucesso em épocas de crescimento da economia, na medida em que o órgão mediador, o Estado, possui dividendos a distribuir entre as partes de acordo com o seu peso, possibilitando a almejada "estabilidade" social. Por isso dizíamos da necessidade dos acertos da política econômica para permitir ao Estado esse espaço para manobras. No entanto, em épocas de crise o Estado não só não tem atrativos a oferecer como tem de eleger setores destinados a "pagar as contas", administrando a forma e a percentagem com que os mesmos arcarão.

Explodem, então, em sua plenitude, todos os acertos processados anteriormente, dada a impossibilidade de se garantir a todos a continuidade dos ganhos. As alianças podem se desfazer e os setores políticos se vêem na obrigação de se movimentarem em novas articulações por causa do fracasso da política econômica e das pressões daqueles que se sentem mais prejudicados. Daí a enorme cacofonia no coro de críticas à direção econômica, oriunda de classes ou frações de classes as mais divergentes e que, aparentemente, se unificam em torno de objetivos comuns: comerciantes, estudantes, operários, agricultores, intelectuais, posseiros, industriais...

Apesar dos reclamos serem gerais, nem todos os setores estão participando desse "sacrifício" econômico ou, pelo menos, não na mesma intensidade. É claro que não poderia ser diferente: seria ilógico supor que, numa sociedade de classes a distribuição das perdas (ou dos ganhos) fosse homogênea. No entanto, seria interessante levantar alguns destes setores que têm conti-

nuado a receber tratamento privilegiado e os fatores conjunturais que têm permitido essa nova composição de poder. Em particular interessa-nos a detecção, dentro da agricultura, dos setores que estão se privilegiando ou sendo marginalizados.

Para exemplificar essas relações tomemos, entre outras, a posição brasileira nas relações econômicas internacionais: a dívida externa e o seu pagamento. Por esse ângulo constatamos que os setores ligados à exportação estão recebendo tratamento diferenciado no âmbito da economia. E, se alguns ganham, outros necessariamente perdem. Mas esse aspecto das perdas, apesar de preocupante já que engloba também diversas frações da classe dominante, é relgado pela política estatal em razão do objetivo maior que é a manutenção do modo capitalista de produção. Nesse particular o Estado pode e deve agir até contra alguns interesses específicos da burguesia, como bem registra Paul M. Sweezy:

"... não será uma incoerência dizer que a ação estatal pode chocar-se com os interesses econômicos imediatos de alguns ou mesmo de todos os capitalistas, desde que isso atenda ao objetivo principal de preservar intacto o sistema"(2).

Fique claro que não estamos colocando o Estado como instância onipotente no interior da sociedade, apenas que, como mantenedor da ordem burguesa, deve zelar continuamente pelo seu bom funcionamento, o que pode implicar circunstancialmente em ações que podem beneficiar outras classes. Caso, por exemplo, de concessões à classe trabalhadora quando essa, através de ações coordenadas, coloque em perigo a manutenção do sistema.

No momento atual o Estado parece estar acompanhando esse sentido de ação política: antes de garantir os ganhos em geral da burguesia nacional, cumpre garantir a integração da economia brasileira ao capitalismo internacional. Articulação essa que passa, necessariamente, pela dívida externa. E, seja para pagá-la ou para conseguir as boas graças do sistema financeiro internacional para reciclá-la, é preciso demonstrar a capacidade

(2) Teoria do Desenvolvimento Capitalista, p. 278.

produtiva e comercial da economia brasileira. O que se faz, nesse caso, através principalmente da dinamização das exportações. Daí ser este um dos setores chaves dentro da política econômica atual.

Ressaltamos que a dívida externa não é a preocupação única do Brasil no momento. A dívida interna e seu irmão gêmeo, o déficit público, entre outros, ocupam posição destacada na economia e interferem em seu andamento. A inflação, os juros, o desemprego, etc., idem. Cumpre ao Estado oferecer alternativas para a superação dessas questões antes que as mesmas tomem corpo maior e permitam a articulação de setores subordinados em torno delas, levando à configuração não apenas de uma crise econômica mas de uma crise de hegemonia.

Sumarizando, o que estamos querendo ressaltar nesta apresentação é que a sociedade brasileira debate-se neste início de década em grave crise que, inclusive, a tem obrigado a constantes modificações no direcionamento político e econômico. Crise esta que não pode ser chamada de "mal de década", mas que deve ser analisada a partir de suas origens: o caráter contraditório das relações sociais numa economia burguesa. E, de forma particular, o agravamento das relações entre os diversos agentes sociais na década de 70.

A nossa pesquisa pretende participar na análise de um desses momentos de luta nos anos 70: a integração da agricultura ao projeto econômico estatal. Este projeto pretende modernizar a agricultura visando aumentar a produtividade; baratear os alimentos; aumentar as exportações; manter em níveis baixos os preços das matérias-primas de origem agrícola; aumentar o mercado de máquinas e implementos agrícolas; e, posteriormente, a redução das importações de alimentos, como o trigo; e a produção de energia, para diminuir as compras de petróleo. Tarefa titânica essa reservada à agricultura que, como observa Tito Ryff em recente estudo sobre a política agrícola governamental (3), parece partir do

(3) "A cornucópia agrícola: mito e realidade", em Maria da C. TAVARES e Maurício D. DAVID. A Economia Política da Crise, p.99.

falso princípio de que este setor é capaz de responder satisfatoriamente a todas as motivações da economia.

No entanto, esses objetivos, que poderíamos resumir basicamente em três: produzir alimentos baratos, aumentar as exportações e produzir energia, conflitaram durante todo o correr da década. E esses conflitos podem ser facilmente observados pelo privilegiamento que se deu principalmente aos dois últimos objetivos. O setor de alimentos tem sido marginalizado e isto contribuiu sobremaneira para o encarecimento dos mesmos no correr dos últimos anos (4).

Fica claro, através dessas articulações que ao Estado, antes de garantir a "panela cheia" da população, ou a remuneração aos capitais investidos na produção de alimentos, interessa a manutenção e a melhora de posição da sociedade toda no contexto das relações capitalistas internacionais, ou seja, produzindo de forma a aumentar as exportações e a diminuir as importações, contribuindo para o desafogo da balança comercial. Ao mesmo tempo, através de subsídios e outras práticas, controla os preços dos produtos agrícolas no mercado interno, não permitindo variações na taxa de lucro dos setores urbano-industriais. Estes aspectos estão melhor explicitados no capítulo II desta dissertação. Aqui, estamos apenas apresentando rapidamente algumas articulações a que o Estado procede na tentativa de administrar interesses divergentes e amenizar os conflitos.

No entanto, com o agravamento da crise econômica internacional, aliado à má administração interna, estes conflitos voltam à tona, avolumados. No que tange à agricultura, as premissas básicas do governo continuam sendo as da década passada, produzir alimentos, exportações e energia. Só que agora em uma situação de absoluta escassez de recursos, o que torna mais difícil a

(4) Cf. por exemplo, Fernando B. HOMEM DE MELLO, "A agricultura nos anos 80: perspectiva e conflitos entre objetivos de política", Estudos Econômicos, 10 (2): 76 e 82-84.

formação de alianças e o apaziguamento das diferenças.

Ao nosso ver, podemos estar no limiar de um novo pacto, de uma rearticulação interna entre as forças em conflito, que pode levar à formulação de variantes ou até à mudança da política econômica. Só que, como o tempo, os agentes, as circunstâncias enfim, não são as mesmas do final da década de 60, entendemos que as mudanças que vierem a ocorrer passarão necessariamente pela ampliação da participação política. Carlos Lessa, em recente entrevista, observa que:

"Eu acho que o quadro institucional brasileiro não está minimamente ajustado para permitir as complexas negociações de definição de um novo padrão de desenvolvimento. Estamos numa situação de impasse, que não creio venha a ser resolvida por uma aliança entre os trabalhadores industriais e os empresários nacionais. Acho que o impasse, se vier a ser superado, o será por uma mudança institucional que, em última instância, significa a democratização da sociedade brasileira..."(5).

O objetivo desta pesquisa acompanha essas palavras. Pretendemos contribuir para a compreensão dos conflitos e das articulações que têm se processado no seio de nossa sociedade nos últimos anos, cuja análise e avaliação se tornam necessários para a tentativa de transformação do concreto. É, pois, um trabalho que deve ser visto integrado ao restante da produção científica brasileira, enquanto esforço para a ampliação dos horizontes de nossa história recente, sem o que o trabalho de transformação do real se torna por demais dificultado.

Reconhecemos, antecipadamente, que maior seria o contributo desta pesquisa se outros temas e abordagens houvessem sido tratados, como o preço e a renda da terra; a estrutura agrária; as relações de trabalho; etc. São aspectos fundamentais do

(5) em Laerte ZIGGIATTI, "Existem outras saídas para a crise", Folha de São Paulo, 1º/05/83, p. 38.

agro brasileiro que, no entanto, não foram aprofundados neste estudo. E não o foram por descaso ou descuido, mas porque julgamos que os mesmos poderiam ser tratados suplementarmente ou em separado, já que o nosso fito era o de proceder a um levantamento e análise da política agrícola brasileira na década de 70. Como esse tema já é, por si só, de extrema abrangência, resolvemos delimitar o espaço da pesquisa e procedemos aos cortes referidos. Ressaltamos que não são cortes qualitativos e nem indicam separação entre os aspectos estudados e os que ficaram fora da análise. Apenas procuramos centralizar a problematização para facilitar, metodologicamente, o alcance de resultados.

Nesse sentido a forma apresentativa desta dissertação reflete esse raciocínio: Há um "afunilamento" sobre o tema, facilmente perceptível na leitura dos capítulos.

No primeiro capítulo tratamos de forma geral as contribições teóricas à análise do meio rural brasileiro nas últimas duas décadas, fazendo um levantamento historiográfico (mas não exaustivo) de autores e posições. Procuramos proceder também a uma análise dessas posições e à importância das mesmas para o estudo, a compreensão e a proposta de alternativas para a agricultura. Neste capítulo começa a aparecer a importância da política agrícola como instrumento apaziguador de conflitos entre setores rurais e urbanos na determinação dos padrões de acumulação e, conseqüentemente, o peso do Estado.

No capítulo II passamos a analisar a configuração que toma a política para a agricultura e qual o espaço e o papel reservados a esta no interior do projeto econômico instaurado após o movimento de 64. Procuramos apresentar os mecanismos que o governo adotou no período, em especial o crédito agrícola, que é o ponto central da política como um todo. Discutimos também o envolvimento dos setores urbanos e rurais, focalizando privilegiadamente a agroindústria, tentando demonstrar o caráter subordinado da acumulação na agricultura, que fora levantado no capítulo anterior.

Já o capítulo III discute, no interior da política agrícola, o encaminhamento de uma cultura em particular, o café, procurando demonstrar a evolução nacional dessa cultura e os diversos mecanismos desenvolvidos para o controle (diminuição ou aumento) da produção da mesma nas décadas de 60 e 70.

No capítulo IV procedemos a um levantamento em uma área de produção recente de café, o município de Araguari (MG), procurando demonstrar com dados colhidos em 1981, o crescimento da lavoura na região durante os anos 70 e a importância fundamental da política agrícola governamental, particularmente do crédito subsidiado para investimento, nesse processo. Trabalhamos com indicadores de área total, área plantada, área erradicada, número de covas plantadas, etc, tentando caracterizar as especificidades da lavoura cafeeira no município.

Completado o "afunilamento", voltamos, na Conclusão, a algumas questões iniciais de ordem mais ampla, numa tentativa de avançar algumas observações a respeito de política agrícola e cafeicultura, que possam contribuir para a compreensão das transformações por que tem passado a realidade rural brasileira.

CAPÍTULO I

POSIÇÕES DE ANÁLISE DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Nas três últimas décadas têm se desenvolvido diversas linhas de análise que procuram explicar o setor agrário brasileiro e seu interrelacionamento com o conjunto da sociedade. Para o presente trabalho julgamos necessária a detecção dessas correntes, para que se possa ter uma visão globalizante da agricultura e da sociedade brasileira. Com esse intuito procuraremos apresentar alguns pontos fundamentais para a compreensão dessas posições, selecionando alguns de seus representantes e procurando condensar suas idéias sem, no entanto, pretender oferecer uma visão completa e acabada de seus trabalhos, mas apenas tentando embasamento para os objetivos deste estudo.

Queremos deixar claro, contudo, que não entendemos qualquer classificação teórica como modelo pronto, rótulo definido, mas apenas recurso metodológico que permite ampliar o ângulo de visão do pesquisador e facilitar o seu caminhar científico (1).

1. O Início do Debate.

Antes, porém, de entrarmos na análise das diversas correntes de estudo do agro brasileiro, gostaríamos de ressaltar a

(1) Nesta apresentação teórica procuraremos acompanhar, salvo algumas modificações, a classificação empreendida por Valdemar Servilha em sua tese de Doutorado, Agricultura e Acumulação de Capital no Brasil: agricultura como entrave; agricultura funcional; e a ótica da acumulação.

figura de um pesquisador na deflagração dos estudos que se debruçaram sobre os problemas da agricultura. Referimo-nos a Caio Prado Júnior e aos seus trabalhos sobre a questão agrária, no início da década de 60. Apesar de alguns autores apresentarem-no como integrante da linha teórica que enxerga a agricultura como entrave ao desenvolvimento da industrialização (2), preferimos situá-lo como o deflagrador do debate. Mesmo porque, em suas análises, não se destacam posições claramente contrárias ao atraso da agricultura em função do desenvolvimento da indústria; a sua preocupação central é com a condição miserável de vida do trabalhador do campo. Mesmo quando se detém sobre o desenvolvimento de outros setores da sociedade, sua atenção está voltada para as condições de trabalho no meio rural. Por exemplo:

"A grande massa dos 30 e tantos milhões de brasileiros que vivem no campo e tiram seu sustento do trabalho da terra, se encontra em nível de miserabilidade que tem poucos paralelos em qualquer outra parte do mundo. (...) É esse certamente o grande e fundamental problema nacional brasileiro da atualidade, de cuja solução depende sem dúvida alguma o desenvolvimento e progresso real de nosso país em qualquer outro setor. Não é possível construir um país moderno e realmente integrado nos padrões econômicos e culturais do mundo em que vivemos, sobre a base precária e de todo insuficiente de um contingente humano como este que forma a grande massa da população brasileira"(3).

Nessa linha de pensamento, tornava-se necessário descobrir o que, especificamente, na agricultura impedia o seu desenvolvimento, para que, em sendo atacado tal problema, se chegasse à superação do impasse desenvolvimentista do rural brasileiro. Caio Prado identifica a questão central da agricultura (e suas

(2) Cf. por exemplo, Valdemar Servilha, Agricultura e Acumulação de Capital no Brasil, pp. 4-6.

(3) "Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil", em _____. A Questão Agrária, p. 89.

consequências sociais) na estrutura fundiária do país:

"Mas o que ficou dito já nos serve para situar a questão agrária brasileira, e colocá-la em seus devidos termos, que vêm a ser, em primeiro e principal lugar, a relação de efeito e causa entre a miséria rural brasileira e o tipo da estrutura agrária do País, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária"(4).

E essa concentração fundiária foi conseguida porque houve no Brasil uma oferta extremamente elástica de terras que foram açambarcadas por um pequeno grupo de proprietários que não encontrou concorrência alguma no processo de apropriação. Além disso foi farta também a disponibilidade de mão-de-obra:

"Em suma, os êxitos comerciais da agropecuária brasileira são essencialmente devidos a duas circunstâncias - disponibilidades relativamente abundantes de terras e de força de trabalho -, circunstâncias essas que constituem precisamente os principais fatores determinantes dos baixos padrões de vida da população trabalhadora rural"(5).

Ao ver de Caio Prado, todo estudo que vise implementar uma política de superação das deficiências da agricultura deve partir da situação da terra e das formas da sua apropriação, sem o que correr-se-á o risco de homogeneizar as situações e as classes do meio rural, que não podem ser entendidas pura e simplesmente dentro de um conceito extremamente amplo como "agropecuária":

"É preciso distingui-los, caracterizá-los separadamente, e verificar com precisão em cada caso, quais os setores e camadas da população cujos interesses se acham respectivamente nelas envolvidas. No que respeita à solução deste problema máximo do Brasil de nossos dias, e que consiste em arrancar da miséria em que vegeta, na sua esmagadora maioria, a po

(4) "Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil", em _____. A Questão Agrária, p. 18.

(5) Ibid., p. 26..

pulação rural do País, em lhe elevar os padrões de vida e lastrear com isso o processo de desenvolvimento econômico brasileiro, que sem isso não passará nunca de uma aparência e superficialidade a disfarçar um profundo e real atraso, para se conseguir isso, é preciso fundar qualquer programa de reforma na consideração preliminar das circunstâncias gerais e fundamentais que estão na base da deplorável situação atual. É nisso que consiste essencialmente a nossa questão agrária. E ela se resume nisto que a grande maioria da população rural brasileira, a sua quase totalidade, com exclusão unicamente de uma pequena minoria de grandes proprietários e fazendeiros, embora ligada à terra e nela exercer a sua atividade, tirando daí seu sustento, se encontra privada da livre disposição da mesma terra em quantidade que baste para lhe assegurar um nível adequado de subsistência"(6).

Essa grande concentração de terras permitiu a formação de empresas agromercantis na colônia, mas a situação perdurou até nossos dias:

"O acentuado grau de concentração da propriedade fundiária que caracteriza, segundo acabamos de ver, a generalidade da estrutura agrária brasileira, é reflexo da natureza de nossa economia, tal como resulta da formação do país desde os primórdios da colonização, e como se perpetuou, em suas linhas gerais e fundamentais, até os nossos dias. A colonização brasileira e ocupação progressiva do território que formaria o nosso País, constituiu sempre, desde o início, e ainda é essencialmente assim nos dias que correm, um empreendimento mercantil"(7).

Apesar de todas as mudanças por que tem passado a sociedade brasileira, a estrutura da terra continua sendo calcada sobre esses mesmos interesses que nortearam a colonização e que privilegiaram apenas um pequeno número de fazendeiros em detrimento do restante da população rural. E essa grande propriedade

(6) Ibid., pp. 31-32.

(7) Ibid., pp. 47-48.

não oferece espaço para os produtores autônomos, pequenos proprietários, com dedicação de lavouras em outras áreas que não as culturas de exportação, específicas das grandes propriedades. Ape-
nas em momentos de colapso desta, ou de queda da demanda externa, é que este setor se desenvolve.

"Em conclusão, o ritmo das atividades da grande exploração tem papel de relevo na configuração da estrutura agrária e distribuição da propriedade fundiária. O que reflete a sua importância como elemento e fator que fundamentalmente condiciona a economia rural brasileira em conjunto"(8).

Detonado o debate em torno da questão agrária, diversos estudos se seguiram, colocando os problemas da agricultura em posição destacada com relação à sua responsabilidade para o desenvolvimento da sociedade brasileira, passando a ser considerada, até, a "chave" para a saída da condição de atraso da economia. Estes aspectos veremos a seguir.

2. A Agricultura como Entrave.

Diversos autores têm procurado correlacionar o atraso ou a debilidade da economia brasileira pela interferência, principalmente, do primitivismo da agricultura.

Tal teoria parte do princípio de que, como a agricultura não consegue acompanhar o ritmo de crescimento da indústria e, portanto, atender à demanda de alimentos e matérias-primas requisitados pela mesma, haveria uma tendência ao encarecimento dos produtos agrícolas superior à elevação do preço dos produtos industriais, ocorrendo, então, uma transferência de capital para a agricultura, o qual não retornará à indústria. Essa descapitalização da indústria e a pressão dos preços dos produtos agrícolas, teriam travado o desenvolvimento da indústria no Brasil, uma vez que essa mais valia transferida para o setor agrário não

(8) Ibid., p. 57.

importava em melhoria das condições gerais de vida do trabalhador rural, como por exemplo, melhores salários, o que acarretaria maior consumo e, conseqüentemente, aceleração da atividade industrial. Ao contrário, esse capital era esterilizado em mãos do proprietário que, assim, aumentava seu poder de monopólio sobre a terra e, conseqüentemente, sobre a mão-de-obra que vivia da terra.

Um autor que explorou esta teoria da agricultura como entrave ao desenvolvimento econômico brasileiro, foi Alberto Passos Guimarães, que defende o ponto de vista de que o que trava a agricultura é a presença em nossa estrutura agrária, do latifúndio. Não um tipo qualquer de grande propriedade, mas sim o latifúndio de base feudal, que teria sua origem na colonização portuguesa do novo mundo, a qual teria transplantado para terras brasileiras o modelo político feudal dominante (mas já em decadência) da metrópole:

"Quando a metrópole decidiu lançar-se na empresa colonial, não lhe restava outra alternativa política senão a de transplantar para a América Portuguesa o modo de produção dominante no além-mar. E o fez cõscia de que a garantia do estabelecimento da ordem feudal deveria repousar no monopólio dos meios de produção fundamentais, isto é, no monopólio da terra"(9).

Essa instituição colonial de cominação (latifundista) da terra, apesar de sofrer pesadas e constantes transformações, como a mudança na lei de terras, extinção das sesmarias, reconhecimento do direito de posse, abolição da escravidão, etc, conseguiu se manter no domínio da economia brasileira em pleno século XX:

"A despeito de todos esses acontecimentos, que fizeram estremecer seu imenso poderio, o sistema la-

(9) Alberto Passos GUIMARÃES, Quatro Séculos de Latifúndio, p. 28.

tifundiário mantém até os nossos dias, com a máxima firmeza, o controle de nossa economia agrária. E não seria um exagero asseverar que em suas mãos ainda está, de certo modo, o controle da economia nacional"(10).

Esse controle se apresenta pelo fato de o latifúndio dominar mais da metade do território nacional e por responder por mais da metade da receita do comércio exterior, facultando-lhe o controle da economia (em função de sua primazia exportadora) e das relações de trabalho (em razão do monopólio da terra), forçando a permanência de relações arcaicas e baixos salários. Portanto, o latifúndio

"... torna-se responsável (...) pelo retardado e insuficiente desenvolvimento do mercado interno, pelo irrisório poder aquisitivo das populações rurais e até mesmo das populações urbanas. Devido a todos esses motivos, a agricultura brasileira, apesar de ter dado alguns passos à frente no sentido do progresso econômico, e de ter introduzido métodos, processos e relações do tipo capitalista, permanece em situação de espantoso atraso"(11).

A partir dessas observações, Guimarães conclui pela necessidade da eliminação do latifúndio como condição para o desenvolvimento da agricultura (e conseqüentemente da economia brasileira) e, dessa forma, abrir as portas para o progresso de nosso país:

"Agora, já penetrou na opinião nacional a consciência de que há, no campo, relações de produção caducas que precisam ser substituídas por novas relações de produção, sem o que as forças produtivas de nossa agricultura não estarão desimpedidas de desenvolver.

Quais são essas relações de produção caducas?

Essas velhas relações de produção que travam o desenvolvimento de nossa agricultura não são do tipo

(10) Ibid., p. 202.

(11) Ibid., p. 203.

capitalista, mas heranças do feudalismo colonial. A primeira e mais importante dessas relações de produção, cuja destruição se impõe é o monopólio feudal e colonial da terra, o latifundismo feudo-colonial"(12).

Outro pesquisador a detectar o atraso da estrutura agrária como fator determinante do atraso ou da impossibilidade de continuidade do processo de desenvolvimento industrial, foi Celso Furtado. Para ele a economia brasileira havia se desenvolvido de forma dinâmica e rápida durante o período da substituição das importações, mas vê sua capacidade acumulativa (e, portanto, de crescimento) freada em função de diversos fatores estruturais, entre eles a estrutura agrária brasileira:

"É sabido que a produção agrícola ligada ao mercado interno tem respondido com notória lentidão ao impulso da demanda gerada pelo desenvolvimento industrial. (...) A predominância de estruturas feudais na agricultura ligada ao mercado interno, ainda mais que na de exportação, deu grande inelasticidade à oferta de alimentos nas zonas urbanas, criando sérios óbices à industrialização. De maneira geral, os preços dos produtos industriais cresceram menos que os dos produtos agrícolas destinados ao mercado interno, o que indica que a classe capitalista industrial teve de transferir para os interesses ligados ao latifúndio parte dos lucros que auferia"(13).

Essa situação de contradição não deveria se configurar com relação especificamente à agricultura de mercado interno, uma vez que a industrialização e crescente urbanização, agiriam como mecanismos de crescimento dessa mesma agricultura. No entanto, a forma de organização da distribuição monopolizada da terra permitia esse tipo de resposta, ocasionando aumento dos preços agrícolas já que o abastecimento era insuficiente, acarretando

(12) Ibid., p. 34.

(13) Celso FURTADO, Dialética do Desenvolvimento, p. 126.

transferência de capital da indústria para a agricultura, o qual não era aplicado em atividades produtivas, tipo aumento da oferta:

"O aumento de preços relativos, ao invés de provocar crescimento da oferta, traduz-se em crescimento da renda da terra sob forma explícita ou implícita, o que por seu lado acarreta supervalorização dessas mesmas terras, criando dificuldades à reorganização da economia agrária em bases racionais"(14).

A partir dessas observações, conclui que:

"A estrutura agrária anacrônica como um obstáculo ao desenvolvimento deixou de ser uma suposição para transformar-se em evidência gritante"(15).

E, mais à frente:

"... longe de ser simples redistribuição de um excedente, a atuação dos grupos agrários semifeudais reveste-se da forma de uma esclerose do sistema econômico, estrangulando a industrialização mediante uma extrema rigidez na oferta de alimentos"(16).

Esse impasse é de difícil superação dentro da realidade em questão, uma vez que grande parte da estrutura governativa se encontrava atrelada aos interesses desses setores retrógrados da estrutura brasileira:

"Em síntese, podemos afirmar que o processo de formação de um capitalismo industrial, no Brasil, encontra obstáculos de natureza estrutural, cuja superação parece impraticável dentro do presente marco institucional e pelos meios a que estão afeitos as classes dirigentes"(17)

No entanto, não se deveria aceitar de forma passiva essa realidade, sob pena de a economia e a sociedade em geral abeir

(14) Idem, A Pré-Revolução Brasileira, p. 44.

(15) Idem, Dialética do Desenvolvimento, p. 127.

(16) Ibid., p. 135.

(17) Ibid., p. 133.

rarem-se do colapso. E, para se evitar esse colapso da economia, é necessário que se empreenda reformas de base na sociedade brasileira, entre as quais a reforma agrária:

"A tarefa básica no momento presente consiste, portanto, em dar maior elasticidade às estruturas, temos que caminhar com audácia para modificações constitucionais que permitam realizar a reforma agrária..."(18).

E, no que se refere especificamente ao setor agrário, essa reforma deve:

"Dotar o país de uma agricultura capaz de responder ao estímulo de uma procura crescente pela absorção de técnica e de capitais e não pela elevação dos preços e da remuneração relativa dos grupos parasitários..."(19).

3. A Funcionalidade da Agricultura.

Ante esses argumentos, de que a agricultura travava o processo de desenvolvimento econômico industrial, surge uma outra corrente dentro do pensamento brasileiro que tenta provar uma tese oposta: a agricultura sempre respondeu à demanda gerada pelo setor não-agrário. E fez mais: cumpriu funções importantes nesse processo como geração de excedente agrícola, de mão-de-obra e de capital, além, é claro, de prover o mercado interno com produtos alimentícios a preços acessíveis, bem como a dinamização das exportações, permitindo ampliar a capacidade importadora do setor não agrícola, fundamental à continuidade do seu desenvolvimento.

Delfin Netto procurará analisar essas colocações a respeito da incapacidade da agricultura em responder aos estímulos do mercado urbano, procurando descobrir se essas afirmações têm

(18) Idem, A Pré-Revolução Brasileira, p. 31.

(19) Ibid., p. 45.

corroboração empírica, encaminhando-se para as análises estatísticas que descrevem os graus de crescimento tanto da agricultura como da indústria, bem como do crescimento dos preços dos produtos de uma e outra e, também, a taxa de crescimento da população. Em suma, quer caracterizar concretamente a possibilidade de que a oferta tenha crescido menos que a demanda por produtos alimentícios. E não encontra aval para essas afirmações:

"Não é possível demonstrar (...) que o custo de alimentação cresce mais depressa do que outros preços (pelo menos no período considerado) em consequência de deficiências da oferta"(20).

E, ainda, que:

"Utilizando os dados disponíveis chega-se, assim, à conclusão de que não existe evidência de que no nível global (e nem nos grandes centros) a procura de alimentos cresce mais depressa que a oferta"(21).

Mas se não houve resistência à demanda, por parte do setor agrícola, este também não conseguiu se desenvolver em níveis que poderiam ser considerados desejados, mas limitou-se, simplesmente, a acompanhar os estímulos que provinham do setor não-agrícola, ou seja, crescendo no ritmo ditado pelo mercado. Essa atitude não deve ser entendida como oposição mas como mecanismo de defesa:

"Um pouco de reflexão mostra que a única forma do setor agrícola defender-se contra transferências de renda reside em fazer a oferta crescer na mesma taxa que a procura. Dada à inelasticidade da procura dos consumidores, à oligopolização existente na comercialização e à atomização da oferta no nível do produtor, se a oferta crescesse mais depressa do que a procura, o equilíbrio se restabeleceria a níveis de preço prejudiciais ao setor agrícola"(22).

(20) Antonio DELFIM NETTO, "Nota sobre alguns aspectos do problema agrário", em Problemas Econômicos da Agricultura Brasileira, p. 9.

(21) Ibid., p. 27.

(22) Ibid., pp. 37-38.

Essa situação coloca a agricultura em posição secundária no interior do processo de desenvolvimento econômico, uma vez que se dedica apenas a responder ao mercado. No entanto, Delfim Netto considera que a agricultura deve contribuir nesse processo, respondendo basicamente pela liberação da mão-de-obra para a indústria, criação de mercado para essa mesma indústria, implementação das exportações e financiamento da capitalização da economia, além, é claro, de garantir o abastecimento urbano dos produtos alimentícios (23). Inclusive, considera como valor maior da agricultura exatamente a capitalização dos setores não-agrícolas:

"A importância maior da agricultura para o processo de desenvolvimento econômico reside na circunstância de que, em geral, ela é um dos principais instrumentos para a criação do capital"(24).

E, mais à frente:

"Desde as origens do sistema capitalista nas cidades medievais, assistimos à montagem de um sistema de transferência dos ganhos da produtividade agrícola para os demais setores da economia"(25).

Dentro dessa ótica, dirige seus estudos para a constatação de que a agricultura no Brasil tem transferido ganhos para os outros setores, permitindo a estes amplo desenvolvimento, contradizendo os teóricos da teoria da agricultura como entrave ao desenvolvimento que afirmavam que a situação era inversa: de transferência de capital da indústria para a agricultura. Segundo Delfim Netto:

"A análise confirma, assim, a tremenda transferência dos ganhos de produtividade agrícola para o se-

(23) Idem, "As informações sobre a agricultura num programa de desenvolvimento econômico", em _____. Problemas Econômicos da Agricultura Brasileira, p. 85.

(24) Ibid., p. 109.

(25) Ibid., p. 110.

tor comercial e industrial e mostra claramente como a agricultura está propiciando a formação de capital daqueles setores. Seria errôneo pensar que o processo deve ser estancado, pois ele é o caminho normal do desenvolvimento..."(26).

No entanto, para que a agricultura consiga dar continuidade à sua participação no processo de desenvolvimento deve, porém, implementar alguns fatores fundamentais, dos quais depende:

"em primeiro lugar, do nível técnico da mão-de-obra(..) Em segundo lugar, do nível de mecanização(..) Em terceiro lugar, do nível de utilização de adubos e da existência de variedades adequadamente selecionadas.

E, finalmente, de um elemento muito discutido atualmente: a estrutura agrária"(27).

Em suma, qualquer proposta que pretenda impulsionar o desenvolvimento da agricultura e, conseqüentemente, aumentar sua produtividade e melhorar as condições de vida do trabalhador rural, deve se ligar principalmente à via da modernização e levar em consideração esses fatos em seu conjunto, nunca em separado. Atacar apenas uma das partes, como a estrutura agrária, para a superação do problema, não resolveria, como era da intenção dos propugnadores da reforma agrária (28).

Ruy Miller Paiva também empreende seus trabalhos por essa linha, contra-argumentando as idéias de que a agricultura não havia correspondido às necessidades do setor industrial. A respeito da colocação de que a produção agrícola não havia podido acompanhar o crescimento da população, ponto fundamental para a urbanização, - uma vez que esta só encontra possibilidade a partir do momento em que a população rural consegue produzir acima de suas necessidades e oferecer um excedente às camadas urbanas

(26) Ibid., pp. 111-112.

(27) Ibid., pp. 113-114.

(28) Cf. pp. 114 a 117.

que, conseqüentemente, poderão dedicar-se a atividades manufatureiras - responde, a partir de análises estatísticas, que:

"A produção agrícola no Brasil tem, em geral, mostrado um crescimento constante de produção, a taxas razoavelmente satisfatórias, tendo em vista o crescimento da população e de sua renda, como se deve depreender pelas estatísticas disponíveis, e é isso que se deve ter sempre em mente ao se analisar o problema da agricultura brasileira"(29).

Portanto, se a produção acompanhou o crescimento da população, seria ilusório falar de aumento superior dos preços dos produtos agrários, uma vez que não houve pressão da demanda. Uma análise mais profunda, na realidade, irá comprovar outro aspecto:

"Comprovando o crescimento satisfatório da agricultura, temos o fato de os preços dos produtos agrícolas não se elevarem a taxas superiores às do nível geral de preços. Na verdade, as evidências são no sentido de que os preços agregados dos produtos agrícolas (recebidos pelos produtores) cresceram menos do que os preços dos produtos não agrícolas, isto é, produtos industriais..."(30).

Além desses aspectos, constata o aumento da exportação de produtos agrícolas, inclusive mesmo com a exclusão do café e, ainda que pequena, uma maior produtividade do setor, o que o leva a concluir:

"Por conseguinte, pode dizer-se que a reação do setor agrícola, do ponto de vista econômico, às exigências do mercado têm sido razoavelmente satisfatórias. Não se constata grandes progressos mas também não se pode dizer que o setor esteja estagnado, emperrando o desenvolvimento do setor não-agrícola. A maior falha do setor agrícola reside,

(29) Ruy Miller PAIVA, "Apreciação geral sobre o comportamento da agricultura brasileira", em Revista de Administração Pública, 3 (1): 66.

(30) Ibid., p. 79.

provavelmente, nas condições gerais de vida impostas aos agricultores, principalmente aos agricultores não-proprietários"(31).

Apesar dessa constatação, de que a agricultura conseguiu prover o mercado urbano com produtos alimentícios a baixo custo, observa que não é apenas isso que se espera da agricultura no processo de desenvolvimento econômico social, mas que deve alcançar também aumento de renda para os agricultores e melhores condições de vida para os trabalhadores rurais. Só assim conseguirá gerar mercado para a indústria e divisas pela exportação. Como conseguir a realização dessas aspirações?

"Através da modernização da agricultura pode-se, portanto, alcançar esse conjunto de objetivos que, à primeira vista, poderiam parecer contraditórios, ou seja, conseguir aumentos de produção e renda líquida na agricultura e, ao mesmo tempo, redução dos preços dos produtos e elevação dos salários dos empregados"(32).

Mas suas observações não param aí. Entende ele que o desenvolvimento e a modernização da agricultura não podem ser conseguidos apenas por iniciativa interna a ela mesma, mas também e principalmente, pelo desenvolvimento do mercado consumidor interno. No caso de produtos de exportação a agricultura não sofre essa pressão a nível interno e sim internacional; mas no de produtos alimentícios o desenvolvimento do setor não-agrícola é fundamental:

"Nossa análise ainda mostrou que a melhoria das condições financeiras do setor agrícola tende a ficar na dependência, principalmente, do desenvolvimento do setor não agrícola. Enquanto o desenvolvimento deste não alcançar níveis que permitam um maior consumo de produtos agrícolas e uma maior ab

(31) Ibid., p. 80.

(32) Idem, "Elementos básicos de uma política em favor da agricultura brasileira", em Pesquisa e Planejamento Econômico 4 (2): 220.

sorção de mão-de-obra do setor rural, não se pode esperar que ocorra uma melhoria generalizada nas condições financeiras do setor agrícola"(33).

Essa situação gera o chamado "mecanismo de autocontrole" que atua de forma a frear o processo de modernização da agricultura, uma vez que o mercado não reage de forma elástica ao aumento de produtividade surgido da adoção de novas técnicas, levando à queda dos preços e, posteriormente, à queda também dos fatores terra e mão-de-obra, desaparecendo (e, às vezes, até tornando desvantajosas) as vantagens advindas do emprego de tecnologia moderna:

"O processo de modernização está preso a um 'mecanismo de autocontrole', pois os elementos de desestímulo (quedas nos preços do produto e dos fatores) são criados pelo próprio crescimento da modernização (endógenos ao processo); existe um limite ou 'grau máximo' na difusão da modernização, imposto pelo mecanismo de autocontrole; a difusão da modernização, após alcançar o grau máximo, fica basicamente na dependência do crescimento do setor não agrícola"(34).

Essa situação gera na agricultura brasileira o chamado "dualismo tecnológico", ou seja, situação em que uma parte dos agricultores adota tecnologia moderna, enquanto uma outra permanece utilizando tecnologia tradicional, à espera de que o desenvolvimento do setor não-agrário, e a conseqüente ampliação do mercado de produtos agrários, permita a incorporação de tecnologia capitalizada, com perspectivas de lucratividade realizável. O setor não-agrário acaba por se tornar o elemento controlador da difusão de novas tecnologias.

Afora o desenvolvimento do mercado interno surge, como forma de superação do mecanismo de autocontrole, o encaminhamento da modernização para as culturas de produtos exportáveis:

(33) "Apreciação geral sobre o comportamento da agricultura brasileira", Revista de Administração Pública, 3 (1): 99.

(34) "Modernização e Dualismo Tecnológico na agricultura: uma re formulação", em Pesquisa e Planejamento Econômico 5 (1): 130-131.

"O mecanismo de autocontrole atua apenas parcialmente sobre os produtos exportáveis. A modernização pode difundir-se sem queda do preço do produto, pois a curva de demanda para os países exportadores pode ser considerada perfeitamente elástica. O efeito da difusão se fará sentir apenas sobre os salários, devido ao menor uso da mão-de-obra. Desse modo, os produtos exportáveis podem alcançar graus mais elevados de modernização, pois as técnicas modernas só se tornarão menos vantajosas quando ocorrerem quedas sensíveis nos níveis salariais"(35).

Outro autor a tratar do assunto e negar a característica travatória do desenvolvimento industrial pela agricultura, foi Antonio Barros de Castro:

"A agricultura não colocou problemas específicos ao longo de nosso processo de industrialização e que, portanto, a crítica do setor só pode ser feita 'de fora' do processo histórico em questão"(36).

Em seguida, após analisar as diversas tendências dos estudiosos do assunto, dispõe-se a demonstrar que, no processo de desenvolvimento econômico brasileiro, a agricultura, apesar de todos os percalços que encontrou em sua rota, desempenhou de forma satisfatória as diversas atribuições que lhe cabem no bojo desse processo, e que são definidas, por Castro, como sendo:

"a) geração e permanente ampliação de um excedente de alimentos e matérias primas; b) liberação de mão-de-obra; c) criação de mercado; d) transferência de capitais"(37).

Quanto à primeira questão, analisando os diversos aspectos da dinâmica de crescimento dos setores agrícola e não agrícola, conclui que:

(35) Ibid., pp. 139-140.

(36) "Agricultura e Desenvolvimento no Brasil", em 7 Ensaaios Sobre a Economia Brasileira, p. 82.

(37) Ibid., p. 95.

"À luz das considerações anteriores não é difícil admitir que, mesmo crescendo a um ritmo aproximadamente igual à metade do ritmo de acréscimo da indústria, pudesse a agricultura atender à procura de alimentos e matérias-primas"(38).

Utiliza, ainda, os estudos de Ruy Miller Paiva e Delim Netto para comprovar que não houve crescimento superior do nível dos preços dos produtos agrícolas em relação aos industriais.

No segundo aspecto, liberação de mão-de-obra, demonstra que o fluxo migratório campo-cidade não só atendeu à demanda por mão-de-obra, mas ainda permitiu ganhos de lucratividade em função do amplo exército de reserva:

"A incapacidade de assimilação da totalidade da mão-de-obra proveniente do campo, agravando-se à medida que avançava o processo de industrialização, introduziu um crônico desequilíbrio no mercado de trabalho. Tal desequilíbrio, traduzindo-se na sustentação de níveis salariais extremamente reduzidos (...) contribuiu, certamente, para a sustentação de elevada lucratividade dos empreendimentos manufatureiros"(39).

Quanto à criação de mercado, Castro considera que esse fator não depende apenas de disposição do setor agrícola, mas também da ampliação da demanda dos produtos agrícolas, que lhe permitiriam uma maior renda e, conseqüentemente, aumento do poder aquisitivo. Além disso, a indústria brasileira havia se adiantado em termos de qualidade e das necessidades do setor agrícola, atrasado, tornando o consumo privilégio de um pequeno número de agricultores:

"É que a indústria reproduzindo entre nós uma miniatura de país desenvolvido, elevou-se acima dos padrões imperantes nos demais setores; para que uma atividade tão atrasada como a agricultura lo-

(38) Ibid., p. 109.

(39) Ibid., pp. 114-115.

gre fazer encomendas condizentes com o avanço da indústria, deverá a renda, que aí se gera, ser aglutinada em mãos de uma minoria capacitada para sustentar um elevado padrão de consumo e operar modernas funções de produção"(40).

Quanto ao último item, transferência de capital, Castro adverte:

"Que o aporte maior ou menor da agricultura em termos de transferência de capital tem sua importância relativa diminuída no novo estilo de industrialização. (...) Desfrutando de excepcionais condições de rentabilidade e permanentemente incitado por uma profusão de oportunidades de investimento, este setor (indústria) foi levado a sustentar um vigoroso processo de acumulação"(41).

Mesmo assim ocorreram transferências, e vultosas, de capital: via tributos; pela deterioração das relações de troca contra a agricultura; via subsídios às importações industriais, sobrecarregando as culturas de exportação; via rede bancária (a agricultura depositando mais que sacando); e também para o setor de construção civil, através da transferência de residência dos proprietários rurais do campo para a cidade.

4. A Ótica da Acumulação.

Contrariamente a esses estudos, surge uma nova tendência entre os pesquisadores do setor agrário que discorda da tese da funcionalidade da agricultura ao desenvolvimento industrial.

Francisco de Oliveira, ao analisar as condições de desenvolvimento da nova forma de acumulação, que se instaura no Brasil após 1930, ressalta a importância de diversas questões neste processo; entre elas a agricultura. A posição desta nesse novo contexto pode ser compreendida da seguinte forma:

(40) Ibid., p. 133.

(41) Ibid., p. 137.

"De um lado, por seu sub-setor dos produtos de exportação, ela deve suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa, antes de simplesmente servir para o pagamento dos bens de consumo. (...) De outro lado, por seu sub-setor de produtos destinados ao consumo interno, a agricultura deve suprir as necessidades das massas urbanas, de forma a não elevar o custo da alimentação principalmente e secundariamente o custo das matérias-primas, e não obstaculizar, portanto, o processo de acumulação urbano-industrial. Em torno desse ponto girará a estabilidade social do sistema e de sua realização dependerá a viabilidade do processo de acumulação pela empresa capitalista industrial, fundada numa ampla expansão do 'exército industrial de reserva'"(42).

Desse ponto de vista, não se trata de analisar a agricultura como entrave ou como funcional ao desenvolvimento, mas de como compreendê-la em um processo que se instaura, reformulando as bases da sociedade, mas que não pode prescindir da sua participação. Participação que não se resume apenas a servir, ser funcional, mas que implica também em absorção de uma parte dos benefícios gerados por esse novo processo. Em outras palavras, mudam-se as formas de acumulação, mas esta não está se dando apenas na indústria.

Se os preços dos produtos agrícolas são mantidos abaixo dos preços dos produtos industriais, permitindo baixos custos com salários urbanos, essa mesma estrutura de preços permite à agricultura manter relações de exploração atrasadas no campo, sem incorporação de tecnologia e de capitais, ou seja, permite-lhe também a acumulação: não está ocorrendo dicotomização da realidade econômica e sim o desenvolvimento de afinidades estruturais, na medida que a agricultura possibilita à indústria altas taxas de acumulação e esta, por sua vez, permite à agricultura manter sua forma tradicional de acumulação:

(42) "A economia brasileira: crítica à razão dualista", em Francisco de OLIVEIRA e Francisco SÁ JR. Questionando a Economia Brasileira, p. 15.

"Se é verdade que a criação do 'novo mercado' urbano industrial exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro lado é também verdade que isso foi compensado até certo ponto pelo fato de que esse crescimento industrial permitiu às atividades agropecuárias manterem seu padrão 'primitivo', baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho"(43).

E, a seguir:

"A agricultura, nesse modelo, cumpre um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema: seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos no esquema já descrito, ela tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia. (...) Longe de um crescente e acumulativo isolamento, há relações estruturais entre os dois setores que estão na lógica do tipo de expansão capitalista dos últimos trinta anos no Brasil" (44).

Portanto, pode-se concluir que há o desenvolvimento de uma interdependência entre esses setores, antes de um antagonismo:

"Esse 'pacto estrutural' preservará modos de acumulação distintos entre os setores da economia, mas de nenhum modo antagônicos, como pensa o modelo cepalino. Nesta base é que continuará a crescer a população rural ainda que tenha participação decrescente no conjunto da população total, e por essa 'preservação' é que as formas nitidamente capitalistas de produção não penetram totalmente na área rural, mas, bem ao contrário, contribuem para a reprodução tipicamente não-capitalista. Assim, dá-se uma primeira 'especificidade particular' do modelo brasileiro, pois, ao contrário do 'clássico', sua progressão não requer a destruição completa do antigo modo de acumulação"(45).

(43) Ibid., p. 18.

(44) Ibid., pp. 19-20.

(45) Ibid., p. 32.

Segundo Sérgio Silva, que também discorda da proposta funcionalista, os elementos que levam os pesquisadores a essa tese, referem-se às diferenças de produtividade e de crescimento dos preços em favor da indústria, o que permitira rápida acumulação no polo industrial:

"Considerando os dados sobre os preços relativos, devemos concluir que os ganhos de produtividade da indústria não foram 'transferidos' para os preços, ou seja, o diferencial de produtividade de que falamos foi transformado em maiores lucros (ou mesmo maiores taxas de lucro) para a indústria, ou para os setores não agrícolas, graças à manutenção do preço relativo dos produtos agrícolas que compõe o custo no setor urbano. Esses produtos são, fundamentalmente, as matérias-primas e os produtos agrícolas destinados à alimentação. Esses últimos, tendo em vista o nível de vida da grande maioria dos trabalhadores brasileiros, são os principais determinantes imediatos do salário, que entra como custo nos setores não-agrícolas" (46).

A observação dessa realidade pode levar à proposta funcionalista desde que se tenha em vista não a análise do conjunto da economia, mas a sua análise parcelária. Não se deve parar apenas na constatação da não transferência dos ganhos de produtividade para os preços dos produtos industriais, em detrimento dos preços dos produtos agrícolas, mas é preciso que se enxergue além dessa simples relação. É preciso compreender as condições em que essa relação se dá, é preciso pensar em termos do conjunto da economia:

"Parece-me inteiramente correto afirmar que a acumulação no conjunto da economia, em particular na indústria, está estreitamente ligada ao atraso da agricultura, ou mais precisamente, às formas atrasadas do capitalismo no campo, o que no caso bra-

(46) "Agricultura e Capitalismo no Brasil", em Contexto, n. 1 p. 29.

sileiro implica em dizer: ligada não somente à reprodução de relações capitalistas atrasadas, mas ainda e principalmente à reprodução de relações pré-capitalistas"(47).

Ou seja, o que permite à indústria uma alta taxa de acumulação é a manutenção dos baixos preços dos produtos agrícolas, que, por sua vez, só é possível através da manutenção de relações atrasadas, não capitalistas, de exploração da terra. Dessa forma, a acumulação nos dois setores depende da manutenção dessas relações não capitalistas no bojo da economia. Esse pormenor lhe parece desprezado pelos teóricos da funcionalidade:

"A tese da funcionalidade da agricultura atrasada para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil nega a importância fundamental dos conflitos sociais ao defender a funcionalidade entre o velho e novo. Essa tese conduz ao esquecimento do aspecto das relações entre o velho e o novo; afirma, corretamente, a unidade entre o velho e o novo, mas esquece que essa é a unidade de uma contradição"(48).

O que o leva à conclusão de que:

"Essa contradição se manifesta nos 'limites' que as formas atrasadas do capitalismo no campo impõem à acumulação de capital no conjunto da economia. A existência real desses limites são, na verdade, o fundamento das ilusões dualistas. Entretanto, na medida em que as formas atrasadas do capitalismo no campo, são, como vimos, reproduzidas no processo de acumulação, elas fazem parte da própria acumulação; o que nos impede de pensar, os limites por elas colocados como limites externos; impostos de fora à acumulação de capital"(49).

Em outro trabalho Sérgio Silva aprofunda um pouco mais essas idéias. Retoma ele que o fato de a indústria, apesar de ter tido uma produtividade bastante superior à da agricultura,

(47) Ibid., pp. 29-30.

(48) Ibid., p. 25.

(49) Ibid., pp. 31-32.

não ter transferido esse avanço para os preços dos produtos deve se justamente a essa possibilidade com que conta a agricultura de responder às necessidades da populações urbanas pela expansão horizontal da produção, a partir das mesmas relações de produção vigentes. Segundo Silva, nesse caso, a lei do valor, que age no sentido de ajustar a taxa média de lucro, através da determinação dos preços, não interfere nos mesmos. A lei do valor influiria na determinação da elevação dos preços dos produtos agrícolas apenas se as relações especificamente capitalistas fossem imperantes no conjunto da sociedade:

"Esse mecanismo (a lei do valor) supõe que em ambos os setores (agricultura e indústria) as relações de produção capitalistas são diretamente dominantes, isto é, que em ambos os setores a produção depende diretamente da acumulação de capital. Justamente é essa a condição que não encontramos se um dos setores do nosso esquema é constituído pela agricultura brasileira. O crescimento da produção agrícola não depende da acumulação de capital na própria agricultura ou, de modo mais amplo, as formas de acumulação não dependem da acumulação de capital na própria agricultura"(50).

Depende, sim, da acumulação no conjunto da economia (que, é bom lembrar, inclui a agricultura). Ou seja, a continuidade do processo de desenvolvimento econômico não depende da acumulação de capital especificamente na agricultura. O que leva à configuração da seguinte situação:

"A reprodução do capital, em particular a reprodução do capital industrial, se realiza através de preços que supõem a predominância de formas pré-capitalistas na agricultura, já que elas são a condição necessária para a manutenção da estrutura de preços que garante rápido crescimento da taxa de

(50) "Formas de Acumulação e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo", em Jaime PINSKY (org.), Capital e Trabalho no Campo, p. 14.

lucro na indústria.

Por sua vez, a manutenção desses preços relativos reproduz as relações pré-capitalistas na agricultura" (51).

O que, por sua vez, permitirá a acumulação de capital também na agricultura, só que em menor intensidade que nos outros setores.

Também Francisco Sá Jr., analisando a economia rural nordestina, ao focar a questão do interrelacionamento do minifúndio e do latifúndio, das culturas comerciais e de subsistência, da utilização de tecnologia ou da intensificação da utilização de mão-de-obra, constata, da mesma forma, a interligação entre os setores atrasados da agricultura e a produção agromercantil capitalista. Constata, ao mesmo tempo, que o nordeste, em que pese o seu atraso tecnológico, conseguiu aumentar de forma vigorosa, às vezes até superando os índices de outras regiões do país, a produção de alimentos, que é produção basicamente do minifúndio. E assevera:

"À medida que o estudo se desenvolvia e suas conclusões iam surgindo com maior nitidez, assumia viabilidade mais ponderável uma hipótese mais ampla, que extravazaria o âmbito da economia regional, e que indicaria ser lícito admitir a formação de uma dualidade na economia brasileira. (...) A ser admissível tal hipótese, o 'modelo' de desenvolvimento da sociedade brasileira, se por um lado é modernizador, por outro é arcaizante, ao revigorar uma economia primitiva que muitos pensavam que tendia a desaparecer. Dessa forma, verifica-se pois, que o dualismo não é senão a aparência de um movimento cuja determinação central é o padrão de acumulação" (52).

Na mesma linha, João Carlos Duarte e Oriowaldo Queda, enfocando a questão agrária brasileira, chamam a atenção, a par-

(51) Ibid., p. 16.

(52) "O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência", em Francisco de OLIVEIRA e Francisco SÁ JR. Questionando a Economia Brasileira, p. 83.

tir deste estudo de Sá Jr., sobre o interrelacionamento latifúndio/minifúndio no nordeste (quando cai a produção das grandes propriedades que se dedicam a culturas comerciais de exportação, em virtude de fechamento de mercado externo ou queda dos preços, em vez de o latifúndio usar de seu mecanismo secular de voltar-se sobre si mesmo e dedicar-se à cultura de produtos de mercado interno, especialmente alimentos, o que faz é diminuir a utilização de mão-de-obra, reduzindo seus custos. E essa mão-de-obra é empurrada para os minifúndios, onde se dedicará a culturas de subsistência, aumentando a produção de alimentos e, ao mesmo tempo, diminuindo a área sem lavouras do minifúndio, além de incorporar terras de baixa fertilidade e aumentar o nível de relação lavoura/trabalhador - uma vez que aumenta a população no minifúndio), observam que:

"A 'superpopulação' é necessária para manter baixo o nível de remuneração da força de trabalho agrícola, e, indiretamente, da força de trabalho não agrícola, elevar a renda territorial, permitir a extração direta do excedente sem variações profundas ante rebaixamento dos preços dos produtos agrícolas e manter abastecidas as cidades. Enfim, trata-se de atender às necessidades de acumulação no campo e na cidade"(53).

De nosso ponto de vista, consideramos um avanço os estudos que se desenvolveram a partir do texto de Francisco de Oliveira e supomos que por esse caminho os resultados podem ser mais frutíferos para a compreensão do rural brasileiro. Em outras palavras, achamos que a agricultura não pode ser compreendida como um apêndice da economia brasileira, que ora obstaculiza seu desenvolvimento, ora serve a esse mesmo desenvolvimento. Afirmar

(53) "Agricultura e Acumulação", em Debate e Crítica n. 2, p.95.

isso é retirar da agricultura qualquer característica dinâmica em relação à economia e, ao mesmo tempo, sujeitá-la simplesmente aos estímulos dos outros setores.

A tese da agricultura como entrave ao desenvolvimento econômico, mais especificamente ao desenvolvimento industrial, hoje em dia pode ser descartada por uma simples constatação factual (e até visual): o parque industrial brasileiro se desenvolveu de maneira marcante, transformando-se num dos principais da economia em desenvolvimento. E isso aconteceu sem a ocorrência da "necessária" reforma agrária, que seria o fator destravante desse processo. Apesar desse progresso industrial e da consequente urbanização, a agricultura conseguiu acompanhar esse processo (melhor, em determinados períodos; pior, em outros) cumprindo basicamente as funções de fornecimento de alimentos a preços baixos, liberação de mão-de-obra e trazendo divisas externas através da exportação de seus produtos. Tal situação não seria de se esperar, nem poderia ocorrer, se a agricultura agisse, realmente, como freio à economia brasileira.

No entanto, essa tese foi importante para o pensamento brasileiro, no sentido que chamou a atenção para a interferência da estrutura agrária brasileira no processo de desenvolvimento, analisando a sua origem e continuidade até nossos dias e estabelecendo uma crítica a essa realidade, dimensionando o aspecto histórico da questão. Entretanto, como seus representantes (Caio Prado Júnior, inclusive) se encontravam engajados em propostas políticas específicas, se encaminharam para uma linha de ação que agisse diretamente sobre a agricultura, como forma de libertação das forças produtivas brasileiras.

Em linha oposta a essa argumentação, desenvolveu-se a tese que teve por base a refutação das assertivas da proposta anterior. Através de dados empíricos foi possível comprovar que o preço dos produtos da agricultura brasileira não haviam se elevado acima dos produtos industriais, não tendo ocorrido, portan

to, descapitalização deste setor em função da agricultura (54). Aliás, o que os dados demonstraram foi que os preços dos produtos industriais, apesar de uma produtividade superior à agrícola, em vez de serem reduzidos, foram aumentados em níveis bem superiores aos produtos agrícolas. O que, para esses pesquisadores, denotava estar havendo sim, transferência de capital (em virtude de menor lucratividade) da agricultura para a indústria. E que, apesar dessa transferência, a agricultura não deixara, ao longo do período de industrialização, de atender à demanda gerada no setor urbano.

Desaparece a questão da reforma agrária como libertadora e em seu lugar surge a modernização da agricultura, que permitiria a ampliação da produtividade e, logicamente, da taxa média de lucro, levando em consequência à melhoria das condições de vida da população rural que, para esses estudiosos, era o grande e real problema da agricultura. E aí surge a questão do dualismo tecnológico, pois os aumentos de produtividade devem ser determinados pelo mercado; ou seja, apenas na medida em que a demanda pressione a produção agrícola. O que impede a um bom número de produtores de adotar técnicas mais produtivas (e mais capitalizadas) à espera de mercado para seus produtos.

Essa posição, se avança e desmistifica diversas questões da economia brasileira, cria outras. A partir do momento que asseveram a determinação do movimento modernizador da agricultura pelos estímulos do mercado urbano, está supondo que o setor industrial domina em sua totalidade a realidade brasileira, tem forças para se impor à agricultura e, até, parar o movimento do capital na agricultura, se assim o desejar. A esta o único es

(54) Cf. Ruy Miller PAIVA, "Reflexões sobre as tendências da produção, da produtividade e dos preços do setor agrícola do Brasil", em Revista Brasileira de Economia, n. 2 e 3, pp. 114-115 e 130-131. Cf. também Antonio DELFIM NETTO, "Nota sobre alguns aspectos do problema agrário", em _____. Problemas econômicos da Agricultura Brasileira, pp. 27 a 37.

paço que resta, se quiser desenvolver-se e livrar-se das peias do mercado interno, é o mercado externo. Agora já não é a agricultura que controla o desenvolvimento da indústria, mas esta que determina o daquela. Continua, porém, a ser apresentada uma dicotomia entre os interesses da indústria e da agricultura.

No entanto, sem querer negar a posição de predominância que passa a ocupar a indústria no conjunto da economia brasileira a partir da década de 30, é bom lembrar que a agricultura continua presente e atuante em nossa sociedade. Não podemos nos esquecer dos fatores políticos que estão agindo em torno da política econômica e que não representam unicamente os interesses industriais. Ainda hoje é bastante forte a representatividade e força dos setores agrários junto ao Estado, e não seria de se esperar realmente que, em um gesto de magnanimidade suicida, abdicassem de seus interesses e se colocassem passivamente ao dispor das forças industriais para que estas a partir de então, norteassem seus destinos.

É certo que havia luta de interesses - e ainda há -, e uma disputa pelo controle da máquina estatal, entre os setores agrários e industriais. Mas, em termos sociais, nenhuma vitória é imediata e nenhum grupo perde seu poder de uma só tacada. E o momento imediatamente posterior a 1930 não se configura como período de dominação exclusiva de uma classe, mas de transição na determinação do poder. A dominação virá depois e, mesmo assim, não poderá excluir totalmente os setores agrários do poder.

A esse respeito, Francisco de Oliveira observa que, nesse processo de afirmação da burguesia industrial após 1930, na tentativa de superar a oligarquia agrária, surgirá um pacto que compatibilizará a convivência de ambas enquanto a dominação não se completa:

"Assim, inaugura-se um longo período de convivência entre políticas aparentemente contraditórias, que de um lado penalizam a produção para exportação mas procuram manter a capacidade de importação

do sistema - dado que são as produções agropecuárias as únicas que geram divisas - e de outro dirigem-se inquestionavelmente no sentido de beneficiar a empresa industrial motora da nova expansão. Seu sentido político mais profundo é o de mudar de finitivamente a estrutura de poder, passando as novas classes burguesas empresariais à posição de hegemonia. No entanto, o processo se dá sob condições externas geralmente adversas - mesmo quando os preços de exportação estão em alta - e, portanto, um dos seus requisitos estruturais é o de manter as condições de reprodução das atividades agrícolas, não excluindo, portanto, totalmente as classes proprietárias rurais nem da estrutura do poder nem dos ganhos da expansão do sistema"(55).

É a partir dessa constatação que uma terceira linha de análise se configurou no pensamento brasileiro: não há dicotomia no desenvolvimento econômico brasileiro, mas sim o desenvolvimento de uma forma de economia que atenda aos interesses de ambas as partes. Portanto, não se está travando o desenvolvimento, a lucratividade (ou seja, a capacidade de acumulação) de qualquer das partes, mas está se desenvolvendo uma política que atenda a seus interesses.

É claro, não estamos dizendo com isso que essa política atende de forma homogênea os interesses das partes - nenhuma política o faz. Tenderá a privilegiar os grupos de maior projeção e poder, no caso a burguesia industrial, mas não poderá deixar ao relento os agricultores. Se é certo - e o consideramos correto - que a indústria consegue uma altíssima taxa de acumulação, não repassando para o preço de seus produtos os ganhos de produtividade justamente porque não sofre pressão pelos preços dos produtos agrícolas, é igualmente certo que essa situação permitiu ao setor rural reproduzir as relações tradicionais de trabalho e manter uma alta taxa de mais-valia arrancada à população

(55) "A economia brasileira: crítica à razão dualista", em Francisco de OLIVEIRA e Francisco SÁ JR. Questionando a Economia Brasileira, pp. 31-32.

trabalhadora rural. De tal forma que o processo de acumulação, no conjunto da economia, depende da manutenção dessas formas atrasadas de exploração da força de trabalho. O atraso da agricultura não pode, portanto, ser encarado como sendo do interesse apenas da indústria: atende às necessidades de ambas, apesar de privilegiar uma das partes.

Mas essa situação não tem foros de perenidade. Como bem foi observado por Sérgio Silva, ela é determinada pelo movimento (e, portanto, pelas necessidades de acumulação do momento) do capital; e o seu término também. Portanto, à medida que se desenvolvem as forças produtivas, cresce a população e surgem necessidades de ampliação das exportações, o setor agrário não conseguirá atender à demanda calcado nas formas atrasadas de exploração da força de trabalho e de uso da terra, nem poderá ampliar horizontalmente a produção, uma vez que a fronteira agrícola vai se fechando e se confundindo com a fronteira territorial. Será necessário, então, o desenvolvimento de formas mais capitalizadas de exploração da mão-de-obra e da terra, que permitam o aumento da produtividade.

É bom que ressaltemos, a esta altura, que não concordamos com as diversas teses que circulam nos meios acadêmicos, algumas até citadas anteriormente, que reconhecem nas relações de produção estabelecidas no meio rural brasileiro, desde o período colonial até período recente, características não capitalistas ou pré-capitalistas. A esse respeito, acompanhamos o que anota Héctor H. Bruit, em recente estudo analisando as relações de trabalho na América Latina, ao abordar as chamadas "relações não especificamente capitalistas" que se instalaram entre nós:

"O caráter não capitalista das relações de produção é aparente e se manifesta ao nível da produção imediata. Em sua essência, essas relações têm sido determinadas pela estrutura capitalista, sendo pressionadas para valorizar o capital"(56).

(56) "Essência e aparência das relações de produção no campo brasileiro", em Economia e Desenvolvimento, 1 (3): 134.

E, mais à frente:

"Pensamos que todas as formas de trabalho não-assalariado são capitalistas enquanto estejam submetidas formalmente ao capital, isto é, enquanto sejam expropriadas do sobretrabalho na forma de mais-valia absoluta"(57).

Mas o processo de modernização das relações de produção no campo, em razão de exigir maior aporte de capital, exigirá também maior lucratividade e capacidade de acumulação. À medida que o capitalismo se desenvolve, a agricultura procura se ajustar à sua "tendência" em se transformar em um simples ramo da indústria e, portanto, requer maior margem de participação, que lhe permita acumulação mais acelerada, proporcional ao investimento. A esse respeito, observa Valdemar Servilha:

"No entanto, à medida em que o capital já penetrou no campo e que os incrementos de produtividade aí são menores do que os verificados na indústria, há uma tendência à elevação dos preços relativos em favor da agricultura. Essa tendência altista se torna mais clara ainda nos períodos em que o crescimento da agricultura se faz necessário para que possa responder mais rapidamente às necessidades de alimentos e matérias-primas. Nesses instantes inclusive, observa-se mais nitidamente a modernização da agricultura brasileira. Como exemplo dessa pressão altista dos preços agrícolas nos instantes em que a agricultura é exigida podemos tomar os períodos de crescimento acelerado da economia brasileira, como o final da década de 50 e com mais clareza ainda o período de recente crescimento entre 1969 e 1974"(58).

No entanto, as formas de acumulação desenvolvidas na sociedade brasileira, apesar de permitirem a acumulação em seu conjunto, privilegiam o setor industrial. Portanto, o desenvolvimento de relações mais capitalizadas na agricultura implicará na

(57) Ibid., p. 143.

(58) Agricultura e Acumulação de Capital no Brasil, pp. 116-117.

mudança das formas atuais de acumulação em nossa sociedade, permitindo à agricultura se capitalizar e reinvestir em seu próprio empreendimento. Nesse sentido, Sérgio Silva observa que:

"... a partir de um certo grau de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, devemos observar uma tendência à alta relativa dos preços agrícolas, mesmo se esse desenvolvimento implica melhorias sensíveis ao nível da produtividade na agricultura. Essa tendência representa uma manifestação das transformações da agricultura e, por conseguinte, de suas relações com o conjunto da economia; uma manifestação da passagem da dominação indireta à dominação direta do capital na agricultura. A transformação da forma de dominação do capital na agricultura tende a estabelecer uma nova estrutura de preços e essa nova estrutura tende a afetar as formas de acumulação dominantes"(59).

A nosso ver, esse é o processo em que se encontra envolvido o setor rural brasileiro: implementação de transformações que permitam a acumulação especificamente na agricultura, possibilitando o seu desenvolvimento e o aumento da produtividade. Entendemos, também, que essa transformação não ocorre apenas ao nível dos produtos de exportação, mas está penetrando no conjunto da agricultura brasileira, promovendo a reestruturação das formas de uso da terra, da mão-de-obra, de tecnologia, de assistência técnica e extensão rural, de pesquisas, etc. Em suma, rearticulando o setor agrário em função da possibilidade de acumulação, através do desenvolvimento da produtividade.

No entanto, os demais setores não assistem inertes a esse processo - o que caracteriza o sistema capitalista não é a passividade, mas o conflito - e procuram forçar mecanismos que não permitam a queda da taxa de lucratividade em suas áreas: uma vez que a agricultura esteja sendo explorada com maior investimento de capital, requererá taxas crescentes de lucro, o que irá repercutir em termos de preços dos produtos agrícolas e, consequentemente, nos custos da força de trabalho urbana, caindo, em

(59) "Formas de Acumulação e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo", em Jaime PINSKY, Capital e Trabalho no Campo, p. 19.

razão disso, o lucro dos setores não-agrários.

Nesse momento volta à cena a figura do Estado, como órgão regulador das formas de acumulação e de exploração econômica da sociedade. Como representante das classes em conflito procura rá mediar a situação de forma a atender às reivindicações divergentes, sem perder, no entanto, seu caráter privilegiador de determinados setores. Nesse sentido, a política de crédito subsídio do permite à agricultura conseguir a acumulação sem mexer no mecanismo dos preços, açambarcando uma parte da mais-valia que estava em poder do Estado (que é quem pagará o restante da conta). E a indústria - setor predominante - também mantém o seu poder acumulativo que é, até, ampliado, uma vez que o crédito subsídio do será estendido para a compra de produtos industriais. Dessa forma, vemos o desenvolvimento atual da economia brasileira também centrado no privilegiamento de alguns setores, mas atendendo aos interesses de acumulação no conjunto da economia.

Nessa linha de pensamento, procuraremos analisar o desenvolvimento recente de uma cultura em moldes modernizantes, o café, em uma área até então envolvida em formas tradicionais de exploração econômica. Procuraremos ver os mecanismos que, dentro do processo acima descrito, interagem para o desenvolvimento e modernização da agricultura no Brasil. Os aspectos abordados não se referirão, especificamente, ao lado econômico da questão - não é nosso propósito, nem especialidade - mas envolverão também os aspectos históricos, estruturais, sociais e políticos que atuam no conjunto do movimento capitalista.

Para nós o desenvolvimento da cafeicultura em um município do Triângulo Mineiro não representa um fato isolado, esporádico, nem apenas o reflexo a um determinado momento de crescimento da demanda por um determinado produto de exportação (é também isso), mas faz parte de um movimento maior de transformação da estrutura da sociedade brasileira e das formas de acumulação desenvolvidas em seu seio.

Faz-se necessário, portanto, que estudemos a política agrícola empreendida pelo Estado brasileiro na década de 70: seus objetivos e implementação.

CAPÍTULO II

A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

1. Introdução.

Conforme apresentamos no capítulo anterior, a sociedade brasileira experimentou um acelerado desenvolvimento de sua economia, especialmente nos últimos anos da década de 60 e nos primeiros da década de 70, configurando o já conhecido "milagre brasileiro" que proporcionou particularmente aos setores não-agrícolas um nível de crescimento próximo do extraordinário. As consequências desse "milagre" já foram bastante analisadas e são de domínio público, devendo se ressaltar, porém, a grande concentração de renda que ocorreu no período, configurando a alta taxa de exploração a que foi submetida a população brasileira durante o "milagre", ocasionando grande acumulação no setor industrial (1).

Mas, além desse aspecto, outros mais se destacam no conjunto da economia, sendo que três nos interessam diretamente para os objetivos do presente capítulo: o crescimento da população urbana, o aumento da dívida externa e o desenvolvimento da agroindústria. Sobre eles nos deteremos por alguns momentos, já que os mesmos interferirão sobre a política estatal para o setor

(1) Cf. por exemplo José SERRA, "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra", em Luis G.M. BELLUZZO e Renata COUTINHO, Desenvolvimento Capitalista no Brasil, v. 1, pp. 87 a 97. Cf. também Regis de C. ANDRADE, "Brasil: a Economia do Capitalismo Selvagem", em Paulo J. KRISCHKE, Brasil: Do "Milagre" à "Abertura", pp. 121-150.

agrícola do país na década de 70 sendo, portanto, objeto de nossa particular atenção.

Quanto ao crescimento da população urbana, os dados de que partimos são os Censos: se em 1960 tínhamos cerca de 55% da população morando no campo, em 1970 teremos cerca desse mesmo índice habitando as cidades(2). Tão espetacular transformação demográfica interna se, por um lado, traz gáudio aos mentores do desenvolvimentismo que advogam com o fato de que a população de país desenvolvido mora na cidade, por outro, causa calafrios em qualquer pesquisador que se dedique à análise do destino e das novas condições de vida dessa população proletarizada em tão curto período. O destino desses milhões de trabalhadores foi a cidade, mais especificamente a fábrica e a construção civil, cumprindo a função dita tradicional da agricultura de fornecer mão-de-obra à indústria, permitindo a esta manter estáveis e até decrescentes os salários urbanos em virtude desse acréscimo gigantesco do exército industrial de reserva, que desembocará em taxas extraordinárias de acumulação durante esse período, oferecendo condições à afirmação do parque industrial brasileiro e sua entrada triunfal na década de 70, até o desastre da crise do petróleo, o verdadeiro "advogado do diabo" do milagre brasileiro.

Mas, independente dos rumos que tomou e em que ainda se debate a indústria e, por consequência, a economia brasileira, o processo de urbanização da população brasileira estava instaurado e a história não caminha para trás. Era necessário, agora, além de encontrar o horizonte da crise, cuidar de outro setor que, como vimos, fora relegado à continuidade de formas atrasadas de exploração, que lhe permitiam uma acumulação subordinada no conjunto da economia: a agricultura.

Ora, com a migração da população em direção à cidade, diminui violentamente o número de pessoas dedicadas às ativida-

(2) Cf. Anuário Estatístico do Brasil 1976, p. 68.

des agropecuárias e aumenta o total daqueles que, vivendo de outras atividades, dependem do trabalho dos primeiros para o seu abastecimento de alimentos, demandando uma produção cada vez maior desses produtos para o mercado urbano. No entanto, a partir das relações de produção prevalecentes no campo e que atendiam aos interesses de acumulação conjugados da agricultura e da indústria num determinado momento, a produção só poderia ser aumentada pela incorporação de novas terras ao processo produtivo, fato esse dificultado pela escassez crescente de novas terras em razão do progressivo fechamento da fronteira agrícola. José Graziano da Silva anota que:

"O fechamento da fronteira amazônica, juntamente com a ocupação da 'fronteira interna' do Planalto Central, levarão a uma modernização ainda maior da agricultura do Centro-Sul. Como já dissemos anteriormente, a não existência de 'terras livres' obriga a que a agricultura se capitalize para responder ao crescimento da demanda de alimentos e matérias-primas"(3).

Restará, então, a alternativa do aumento da produtividade agrícola. Só que a produtividade é aumentada pela aplicação de capital adicional à terra, seja em forma de máquinas, implementos, adubos, sementes melhoradas, etc, o qual, por sua vez, exigirá remuneração adequada, ao nível da taxa média de lucro do conjunto da economia. Ou seja: a modernização da agricultura, que viabilizará ganhos de produtividade, requererá lucros crescentes que lhe permitam a acumulação. E o lucro da agricultura é realizado no mercado, ao nível do preço final do produto, que será encarecido já que o processo de produção requereu aplicação de mais capital. E, conseqüentemente, elevando-se os preços dos produtos agrícolas, elevar-se-ão os salários dos trabalhadores urbanos que necessitam manter o poder aquisitivo para garanti-

(3) "Para Onde vai a Agricultura?", em Encontros com a Civilização Brasileira, n. 10, p. 68.

rem os produtos de sua "cesta", o que incorrerá na diminuição da taxa de lucro dos setores não-agrícolas. O mesmo José Graziano da Silva observa que:

"O poder aquisitivo dessas famílias - praticamente os 70% das famílias residentes em zonas urbanas e 90% das residentes em zonas suburbanas - depende fundamentalmente do valor real do salário mínimo, que tem de cobrir pelo menos os gastos básicos com alimentação e moradia. Como o salário desses grupos fica basicamente destinado a cobrir os gastos com alimentação, isso implica que os preços dos gêneros de primeira necessidade não podem subir sem que se elevem os salários mais baixos"(4).

Esse é o primeiro obstáculo a ser superado no processo de modernização da agricultura e na determinação da política agrícola estatal.

Um segundo aspecto a ser analisado é o endividamento externo brasileiro. Para a implementação e continuidade do acelerado desenvolvimento do parque industrial, o país não contava com poupança interna suficiente para bancar esse projeto, havendo a necessidade de se apelar para a poupança internacional que será quem, realmente, financiará o "milagre brasileiro". Esses empréstimos, se permitiram o crescimento rápido da economia, fizeram aumentar em diversos dígitos o volume da dívida externa (5).

A realidade é que o país conseguiu atrair capitais e empresas estrangeiras para se estabelecerem entre nós, usando como principal força atrativa justamente a possibilidade de baixos salários em razão da acentuada urbanização que proporcionara um exército industrial de reserva de considerável dimensão. Desenvolveu-se, inclusive, todo um aparato legal para dar cobertura a

(4) "Agricultura e Crescimento Econômico", em _____. A Modernização Dolorosa, p. 25.

(5) Cf. por exemplo Paulo Davidoff CRUZ, "Notas sobre o Endividamento Externo Brasileiro nos Anos Setenta", em Luiz G. M. BELLUZZO e Renata COUTINHO, Desenvolvimento Capitalista no Brasil, v. 2, pp. 59-106.

essas relações de produção, reformando-se a legislação trabalhista vigente e criando-se mecanismos de subordinação da classe trabalhadora, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que tira a estabilidade do trabalhador no emprego e facilita a compressão dos salários. E, dessa forma, a economia cresceu, e a dívida também.

Ocorre que esse parque industrial foi montado com vistas ao mercado externo, principal alvo das indústrias que se instalaram ou expandiram no período. Mesmo porque, o mercado interno, em razão justamente da compressão do poder aquisitivo do salário, não podia oferecer resposta à altura da produção. Pretendia-se pagar a dívida contraída (e seus juros) através do lucro que o país obteria na balança de pagamentos, em função dos aumentos crescentes das exportações. Com isso não só seria paga a dívida como novos empréstimos poderiam ser contraídos, dinamizando também as importações que permitiriam a continuidade do desenvolvimento do modelo.

Entrementes, ocorre a crise do petróleo. E todo o recente desenvolvimento do parque industrial, bem como o setor de transportes brasileiro, foram montados em cima da energia barata do petróleo que alimentava todo o processo. Atropelado pela política de preços dos países produtores de petróleo o modelo desenvolvimentista brasileiro mostrou a extensão da sua fragilidade e não teve fôlego para se recuperar. O que ocorreu a partir desse momento é de conhecimento geral: em vez de superávites a balança começou a acumular déficits e cresceu a necessidade de aumentar a atração de capitais, agora para pagar débitos vencidos, juros e financiar a continuidade do modelo enquanto se procuravam alternativas ao problema energético. Nesse momento, a administração da dívida, se já inspirava cuidados, toma contornos dramáticos. E o país se vê na obrigação de, no menor prazo possível, aumentar as exportações, diminuir as importações e visualizar substitutos ao petróleo. E nesse ponto a agricultura retorna à cena.

Revigora-se a necessidade, agora urgente, de se conseguir divisas estrangeiras via exportação de produtos básicos como café, soja, cacau, algodão, etc, o que aliviaria o balanço de pagamentos. Ao mesmo tempo é preciso revigorar a produção de artigos de primeira necessidade para o consumo interno, de origem agrícola, e que pesam nas importações, como o trigo. E, também, desenvolver energia alternativa a partir de produtos agrícolas, como o álcool, para diminuir as importações em petróleo, cerca de metade do total das importações brasileiras. Esse é o segundo problema da administração econômica, equilibrar as contas externas utilizando o excedente agrícola. Mas também nesse ponto é necessário o investimento de novos capitais e sua consequente remuneração.

Um terceiro aspecto é o desenvolvimento da agroindústria. Interligado à questão da modernização e do aumento da produtividade da agricultura, surge um setor novo e de rápido desenvolvimento no parque industrial nacional e que se situará à jusante e à montante do setor agrícola. De um lado fornecendo adubos, máquinas, implementos, defensivos, sementes, etc, à agricultura; de outro, recebendo matérias-primas de origem agrícola que serão trabalhadas em suas fábricas, como as usinas de açúcar, álcool, óleos vegetais, suco de laranja, etc. Esse setor crescerá umbilicalmente ligado à política agrícola governamental e sobre a mesma exercerá considerável influência.

Em suma, a administração governamental procurará durante a década conjugar dentro de uma mesma política objetivos diversos, referentes a diferentes setores do processo produtivo e, às vezes, até contraditórios, procurando atender a todos os interesses: aumentar a produtividade agrícola; remunerar o capital investido na agricultura; controlar o aumento dos preços dos produtos agrícolas para não permitir a queda da lucratividade do setor industrial; equilibrar o balanço de pagamentos; e permitir o crescimento do setor agroindustrial. Como se manifestará essa po

lítica e quais os seus instrumentos é o que nos propomos analisar agora. Para isso procuraremos consultar as propostas governamentais para o setor contidas nos PNDs, e alguns mecanismos específicos de política, para, depois, proceder a uma crítica aos mesmos.

2. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II.

O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), constitui a tentativa do governo revolucionário de estruturar e planejar o modelo de desenvolvimento que se pretendia alcançar no Brasil. Sua proposta é abrangente e pretende atingir a todos os setores da economia, atrelando-os às prioridades e objetivos nacionais que norteiam o plano. Com relação ao setor agrícola, o I PND (1972-1974) estabelece objetivos no sentido de se proceder à modernização da agricultura especialmente no Centro-Sul, expandir a fronteira agrícola e dinamizar a comercialização, racionalizando a distribuição de seus produtos. Para esse fim, estabelece:

"A exequibilidade da estratégia adotada se condicionará, em particular, à garantia de rentabilidade adequada para a exploração agrícola dos principais produtos, e à disponibilidade de mercado em crescimento acelerado"(6).

Nota-se também a preocupação em incentivar a industrialização de produtos agrícolas e o aumento da exportação de produtos agrícolas não-tradicionais(7). Em suma, a política agrícola se assentará, basicamente, em:

"1) No sistema, já montado, de incentivos fiscais e financeiros ao aumento da produção, ao investimento, à comercialização e à transformação tecnológica no setor agrícola. 2) na disseminação do

(6) I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) - 1972/74, p. 24.

(7) Ibid., pp. 24-25.

uso de insumos modernos, de forma diversificada para o Centro-Sul e Nordeste, atentos os seus efeitos sobre a absorção da mão-de-obra. 3) no programa, já em curso, de pesquisa agrícola em grande dimensão, a fim de obter, para os produtos básicos do Centro-Sul e do Nordeste, os resultados alcançados, por exemplo, no caso do trigo"(8).

Em termos gerais a política econômica está interessada em promover a modernização da agricultura, mas de forma preponderantemente situada no Centro-Sul, ao mesmo tempo que amplia a exploração em outras regiões onde, supõe-se, se incentivará mais a exploração da terra em moldes tradicionais. A preocupação com as exportações está centrada no aumento da oferta de artigos manufaturados e também de produtos agrícolas não tradicionais, numa tentativa de diversificar a pauta de exportações, excessivamente centrada no café. No entanto, cegados pelo milagre econômico, nossos planejadores ainda se encontravam muito mais preocupados em ampliar as exportações industriais que dinamizar as agrícolas.

Extremamente conciso em relação à agricultura, o I PND parece relegar a segundo plano a estratégia de desenvolvimento agrícola. Entretanto, antes do encerramento do seu período de cobertura sobrevém a crise do petróleo, alterando toda a estrutura econômica do país e obrigando a reformulações fundamentais na política econômica, repercutindo de forma acentuada na agrícola. O II PND, apesar de continuar dando tratamento privilegiado ao setor industrial, já irá tratar detalhadamente, de forma mais precisa, a estratégia agrícola que se pretende implementar, centrada na:

"... contribuição mais significativa à expansão do PIB, com menor preço para o consumidor, maior renda para o agricultor e melhor padrão de vida para

(8) Ibid., p. 25.

o trabalhador. Significa, de outro lado, efetivar a vocação do Brasil como supridor mundial de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados"(9).

O considerado necessário desenvolvimento do setor agrícola deve ser implementado não apenas nas regiões de fronteira, como também nas áreas já incorporadas ao mercado que devem se modernizar para atender aos reclamos da nova ordem econômica:

"... o extraordinário dinamismo do setor não agrícola da economia, em anos recentes, criou as condições para tornar viável a modernização agrícola progressiva nas áreas já ocupadas. Tal ocorreu principalmente do ponto de vista de demanda e em especial se considerarmos as oportunidades que as perspectivas mundiais de carência de alimentos estão abrindo. (...) Ao mesmo tempo, passando a agropecuária a servir de modo mais eficaz à estratégia, a elevação mais rápida de sua renda líquida ajudará a sustentar o alto dinamismo do resto da economia (através da demanda por insumos e por bens de consumo), além de contribuir de forma mais significativa para a redução do deficit na balança de comércio"(10).

Aqui vemos claramente delineada a estratégia estatal: responder às necessidades de consumo interno; às necessidades de aumento das exportações; e estímulo à agroindústria. E, implementando o desenvolvimento dessa política, várias áreas de atuação são destacadas neste PND, como o uso da terra para fins agropecuários; a reforma agrária; a ocupação de áreas novas; o fortalecimento da estrutura de comercialização, estocagem e abastecimento; a melhoria das condições de vida do trabalhador rural; etc. No entanto, entre todas, destaca-se a modernização do setor como ponto fundamental para o sucesso no alcance do conjunto da política agrícola:

(9) II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), p. 41.

(10) Ibid., p. 42.

"O objetivo é levar a capacidade empresarial, que já se mostrou apta a desenvolver a indústria e outros setores urbanos, à atividade agropecuária nacional. Através da ampla disseminação da empresa rural - pequena, média e grande -, principalmente pelo apoio financeiro e fiscal do governo, melhor se equacionarão problemas como de induzir ao uso de projetos, de levar em conta os cálculos de rentabilidade e estímulos de preços, de empregar mais moderna tecnologia, considerando a relação entre preços de insumos e de produtos"(11).

Essa política de modernização da agricultura, agora claramente explicitada, e que se desenvolve aceleradamente durante os anos 70, contará com mecanismos específicos de atuação que fundamentarão o alcance dos objetivos propostos. O seu número é grande, mas alguns se destacam e são considerados básicos na implementação dessa política, os quais procuraremos esboçar a seguir, em linhas rápidas. São eles, o preço mínimo, o seguro agrícola, a assistência técnica e a pesquisa agrícola e o crédito rural.

3. Os Mecanismos de Implementação da Política Agrícola.

3.1. Os preços mínimos.

Este fator funciona, ou deveria funcionar, como uma espécie de seguro para os preços dos produtos, depois das adversidades climáticas o grande fantasma dos produtores. Sua regulamentação atual está baseada no Decreto-Lei Nº 79 - de 19 de dezembro de 1966, que estabelece as normas para a fixação de preços mínimos e execução de financiamentos, embora a origem da política de preços mínimos remonte à década de 40. Apesar de reconhecer a sua importância, os objetivos desse mecanismo não são apre-

(11) Ibid., p. 43.

sentados de forma explícita na legislação que lhe dá base. Ruy Miller Paiva, S. Schattan e Claus P. T. de Freitas, anotam que:

"... não existe muita concordância no país quanto aos objetivos que se procura com os preços mínimos. Os documentos governamentais referem-se a diversos deles, conforme a predominância dos problemas agrícolas do momento. Os mais frequentemente mencionados são os seguintes: garantir maior suprimento de alimentos; garantir aos agricultores preços que remunerem pelo menos suas despesas variáveis de produção; diminuir as flutuações de preços que ocorre na época da colheita, assim como as que se devem a grandes produções decorrentes de anos de climas favoráveis; evitar as especulações de intermediários"(12).

A Comissão de Financiamento da Produção (CFP) alerta também para a importância dos preços mínimos para garantia dos produtos brasileiros, após a crise mundial de 1973, contra a estagnação que se estabelece a partir de então no mercado internacional e que repercutiu diretamente nos preços:

"... cuidou-se de evitar que a recessão mundial internalizasse no Brasil a queda dos preços internacionais de produtos agrícolas"(13).

No entanto, os resultados com essa política não podem ser considerados satisfatórios e nem estabilizaram os preços (14). Rui Miller Paiva observa o sentido real da mesma:

"Não obstante apregoar-se como objetivo do sistema 'oferecer melhores condições para os agricultores', o que se constata é a preocupação constante de que os níveis a serem estabelecidos, assim como as medidas a serem tomadas para garantir a vigência do mínimo, não venham elevar os preços dos con

(12) Setor Agrícola do Brasil, p. 148.

(13) BRASIL. Ministério da Agricultura, Contribuições do Setor Agrícola para o Desenvolvimento Nacional 1974-1978, p. 25.

(14) Cf. Ruy Miller PAIVA, "Apreciação Geral sobre o Comportamento da Agricultura Brasileira", em Revista de Administração Pública, 3 (1): 88-89 e 114.

sumidores urbanos e que o Governo não seja obrigado a maiores operações financeiras com a sustentação dos preços"(15).

Dessa forma, podemos notar que a política de preços mínimos não atende apenas ao objetivo de defesa dos interesses dos agricultores, mas está ligada de forma fundamental ao setor urbano-industrial, procurando não encarecer seus custos através da contenção dos preços da "cesta" de produtos básicos do trabalhador. Talvez a política de sustentação de preços tenha funcionado de maneira positiva apenas com relação aos produtos da pauta de exportação, procurando-se evitar o decréscimo de investimentos nessa área, o que incorreria no agravamento da contabilidade exportadora do país. Pode ter repercutido também no trigo, pela mesma razão de seu peso, em sentido oposto, na balança comercial. No restante dos produtos a sua atuação tem produzido maiores prejuízos que ganhos aos produtores, uma vez que esses, no mais das vezes, nem a esse mínimo têm acesso (16).

Uma razão dessa situação é que o Decreto-Lei nº 79 estende as vantagens dos preços mínimos também aos beneficiadores e intermediários (17), que maior contato têm com os produtores especialmente os pequenos. Dessa forma, apesar de muitas vezes o preço médio de venda ao consumidor superar de longe o preço mínimo estabelecido pelos órgãos governamentais, o produtor não teve acesso a essa diferença, que foi embolsada pelo intermediário. Enfim, o preço mínimo, para o produtor, acaba funcionando como preço máximo, como o teto, uma vez que a sua alternativa é vender aos órgãos governamentais pelo estipulado em lei, ou vender ao intermediário pelo mesmo preço (quando existe perspectiva de es-

(15) Ibid., p. 89.

(16) Ibid., pp. 88-89 e 114. Cf. também William H. NICHOLLS, "A Economia Agrícola Brasileira: Desempenho e Política Recente", em Cláudio Roberto CONTADOR (ed.), Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola, p. 79.

(17) Cf. Adriano CAMPANHOLE e Hilton L. CAMPANHOLE, Legislação Agrária, pp. 273-274.

calada de preços) ou abaixo deste quando as perspectivas não são boas ou as circunstâncias obrigam. E, em qualquer delas, o produtor perde. No dizer de Luis Carlos Guedes Pinto:

"O que podemos afirmar, com segurança, e é o que nos interessa no momento, é que, além de relativamente escassos, os recursos destinados à política de preços mínimos beneficiam fundamentalmente os intermediários e os grandes produtores"(18).

3.2. O Proagro.

Uma outra medida da órbita governamental foi a criação do seguro agrícola, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, PROAGRO, instituído pela Lei nº 5.969 de 11 de dezembro de 1973 e regulamentado pela Resolução nº 301 do Banco Central do Brasil, de 9 de outubro de 1974. Este programa surge com o objetivo, explicitado na lei, de:

"... exonerar o produtor rural, na forma que for estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, de obrigações financeiras relativas a operações de crédito, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações"(19).

Além dessas metas, definidas de forma geral, na legislação que as regulamenta está assentado, ainda, que:

"Objetivando atuar como instrumento de incentivo à utilização da tecnologia, a garantia do PROAGRO levará em conta o nível tecnológico dos empreendimentos rurais financiados"(20).

(18) "Notas Sobre a Política Agrícola Brasileira" em Encontros com a Civilização Brasileira n. 7, p. 203. Cf. também João do carmo OLIVEIRA e Cláudia Ponte de ALBUQUERQUE, Avaliação da Política de Preços Mínimos, pp. 21-25.

(19) Adriano CAMPANHOLE e Hilton L. CAMPANHOLE, Legislação Agrária, p. 354.

(20) Ibid., p. 479.

E, um pouco mais à frente, essa condição aparece de forma incisiva:

"É condição indispensável ao enquadramento (do seguro) que, em documento assinado conjuntamente com a instituição financeira, o proponente: a) assuma o compromisso de observar rigorosamente a tecnologia recomendável em cada caso, segundo a assistência técnica da região"(21).

A partir dessas colocações podemos entender objetivamente qual o propósito explícito dessas medidas: promover a modernização da prática agrícola e defender os interesses bancários no campo. No primeiro caso, serve às empresas industriais que produzem insumos, máquinas, sementes, adubos, inseticidas, etc, que vêm seus produtos entrando na pauta dos custos do empreendimento rural de forma forçada e não espontânea: para conseguir os recursos financeiros de que necessita para levar adiante o seu empreendimento o agricultor precisa se submeter ao seguro agrícola, e para conseguir participar nesse programa, necessita aceitar as condições que lhe são exigidas de utilização de tecnologia modernizante. Neste particular não podemos nem falar de tecnologia moderna induzida, mas sim imposta. No segundo caso, serve às instituições financeiras que trabalham com o programa de crédito rural, pois tira de suas cabeças o espectro do risco meteorológico, de que o agricultor não consegue se livrar. Como o seguro cobre basicamente ao empréstimo, está protegendo aos interesses do banco e não do produtor. Dessa forma torna-se, além de rentável, seguro e destituído de riscos, o investimento financeiro na agricultura para o sistema bancário. Já o rendimento do agricultor continuará dependendo das condições atmosféricas. Daí que Luis Carlos Guedes Pinto se refere ao PROAGRO como:

"... longe de ser uma instituição destinada a pro-

(21) Ibid., pp. 481-482.

teger o empresário rural, tornou-se instrumento de defesa do banqueiro, nas suas operações de crédito com o setor agrícola"(22).

3.3. Assistência Técnica e Pesquisa Agrícola.

Outro ponto de relevância dentro da política agrícola na década de 70 foi a preocupação com a assistência técnica e a pesquisa agrícola. Em 1975, pelo Decreto nº 75.373, de 14 de fevereiro de 1975, foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMBRATER (23), com o objetivo de proporcionar aos agricultores condições de aumento da produção e da rentabilidade. A Embrater veio substituir o sistema ABCAR, Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, estabelecida em 1956 por convênio entre o Governo brasileiro e a Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social (AIA). Por sua vez o sistema ABCAR foi inspirado no projeto pioneiro desenvolvido pelo Estado de Minas Gerais e a mesma AIA, com início em 1948, a Associação de Crédito e Assistência Rural, mais conhecida como ACAR e que, no correr dos anos posteriores, seria difundido pela maioria dos estados brasileiros (24). Estas empresas estaduais, por sua vez, cederão lugar à EMATER, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, que se instalará em todos os Estados e sucederá o sistema ACAR.

Além da assistência técnica essas empresas cuidam também da promoção da modernização e da inovação tecnológica, através de contatos com os produtores rurais, cursos, dos clubes

(22) "Notas Sobre a Política Agrícola Brasileira", em Encontros com a Civilização Brasileira n. 7, p. 202.

(23) Adriano CAMPANHOLE e Hilton L. CAMPANHOLE, Legislação Agrária, pp. 364-367.

(24) Cf. José Paulo RIBEIRO e Clifton R. WHARTON JR., "O Programa ACAR em Minas Gerais, Brasil", em Paulo F. C. de ARAÚJO e G. E. SCHUH, Desenvolvimento da Agricultura, v. 2, p.141.

rurais 4-S (saber para melhor sentir e ter mais saúde para melhor servir), etc. Este serviço de extensão rural é apresentado por Renato Rodrigues Machado como sendo:

"Um processo de educação informal, que atende aos produtores rurais e suas famílias, visando melhorar as suas condições econômicas e sociais, tendo como base o aumento da produção e da produtividade da agricultura. Assim a Extensão Rural dá uma efetiva colaboração ao desenvolvimento sócio-econômico da agricultura, sendo este o seu objetivo geral.

O desenvolvimento econômico da agricultura deve ser promovido principalmente através do processo intensivo, basicamente com a inovação tecnológica na produção agropecuária"(25).

Com relação à pesquisa, visando o desenvolvimento de tecnologia agrícola para o crescimento da produtividade, foi criada em 1972 a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA, em substituição ao Sistema de Pesquisa do Ministério da Agricultura, com o fito de coordenar a utilização da ciência em prol do aprimoramento da tecnologia voltada para o setor rural, procurando inclusive concentrar seus esforços e recursos em projetos regionais, que atendessem áreas críticas ou de necessidade imediata, como o projeto de utilização dos cerrados por exemplo. De qualquer forma foi a tentativa de diminuir a reconhecida fragilidade da pesquisa brasileira na área agrícola, salvo em alguns poucos casos específicos (26). José Pastore e Eliseu R. A. Alves, este último diretor da Embrapa, observam que até a década de 70:

"A estrutura de pesquisa agrícola brasileira parece ter sido negativamente afetada por dois tipos

(25) A Extensão Rural e o Processo de Desenvolvimento Sócio-Econômico da Agricultura, p. 21.

(26) Cf. por exemplo Harry W. AYER e G. Edward SCHUH, "Taxas de Retorno Social e Outros Aspectos da Pesquisa Agrícola: O Caso da Pesquisa do Algodão em São Paulo, Brasil", em Paulo F. C. de ARAÚJO e G. E. SCHUH, Desenvolvimento da Agricultura, v. 2, pp. 117-138.

de forças. Por um lado, devido à abundância relativa de terra e trabalho, houve pouca pressão para a pesquisa desenvolver tecnologias que economizassem esses fatores. Por outro, predominavam os padrões de pesquisas individuais, importados dos países desenvolvidos, que poderiam derivar benefícios produtivos do modelo de difusão"(27).

Dessa forma podemos observar que, tanto a assistência técnica quanto a pesquisa agrícola, estão a serviço da política modernizante e procuram trabalhar no sentido de alcançar os seus objetivos. A assistência técnica, inclusive, tem-se tornado em mecanismo importantíssimo na difusão de inovações tecnológicas e também fornecido o apoio e a orientação necessários para a preparação de projetos visando o acesso ao crédito agrícola, atendendo às exigências do Proagro.

3.4. O Crédito Agrícola.

Por fim, um quarto mecanismo precisava ser desenvolvido para garantir o alcance das metas da política agrícola: o acesso aos recursos financeiros. Como viemos analisando, o processo de desenvolvimento da economia brasileira, em razão dos mecanismos de dominação de classe e articulação das decisões no interior do Estado, tem privilegiado a acumulação no setor não agrário, não permitindo ao setor agrícola bancar o investimento necessário ao alcance das metas estabelecidas na política governamental. Foi então dinamizado, para dar suporte financeiro ao processo de modernização, o sistema de crédito agrícola com juros subsidiados que se tornará no carro-chefe da política agrícola do governo brasileiro.

(27) "A Reforma do Sistema Brasileiro de Pesquisa Agrícola", em Claudio R. CONTADOR, Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola, p. 119.

O crédito rural existe no Brasil desde 1937, com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil. No entanto, o Sistema Nacional de Crédito Rural só será estabelecido em 1965, pela Lei nº 4.829 de 5 de novembro de 1965, que trata da institucionalização do crédito rural e o define como:

"... o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou a suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados na legislação em vigor"(28).

Os objetivos do programa são explicitados logo à frente:

"I - Estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural; II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários; III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios; IV - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo"(29).

O Decreto nº 58.380 de 10 de maio de 1966, que regulamenta o crédito rural, estabelece que as aplicações desses recursos em atividades rurais irão se dividir em três classes: custeio, investimento e comercialização. Por sua vez, as taxas de juros diferenciais são garantidas pelo Conselho Monetário Nacional:

(28) Adriano CAMPANHOLE e Hilton L. CAMPANHOLE, Legislação Agrária, p. 425.

(29) Ibid., pp. 425-426.

"As taxas das operações, sob qualquer modalidade de crédito rural, serão inferiores em pelo menos 1/4 (um quarto) às taxas máximas admitidas pelo Conselho Monetário Nacional para as operações bancárias de crédito mercantil"(30).

Dizíamos que o crédito agrícola irá se tornar no carro chefe da política agrícola brasileiro e o justificamos pelo seguinte: dentre o conjunto das medidas governamentais é a de maior peso (define o acesso ao capital) e, praticamente, enfeixa em si as outras medidas. O seguro agrícola está umbilicalmente ligado ao crédito rural, uma vez que garantirá os financiamentos retirados através deste. Por sua vez, a assistência técnica irá cuidar que os agricultores seguirão as exigências determinadas no contrato de seguro agrícola, sem as quais não será aprovado o projeto, inviabilizando a retirada de créditos. A pesquisa agrícola, desenvolvendo modernas tecnologias e insumos, necessitará do mecanismo do crédito para que o setor agrário tenha acesso às máquinas, sementes, adubos, etc, desenvolvidos pela mesma. Mesmo os preços mínimos estão na órbita do crédito. É fato que os preços mínimos, ao nível do produtor funcionam mais como preços máximos que mínimos, e para suportar o controle nos preços de seus produtos, que o impossibilitam de ter alcance ao lucro médio, o agricultor precisa se ressarcir através dos juros subsidiados do crédito agrícola.

Além desses mecanismos, outros também situam-se na esfera do crédito, como Programa Nacional de Eletrificação Rural, o de Reflorestamento, etc, que dependem das taxas de juros diferenciais do crédito rural. Em suma, dentre as medidas de política adotadas ou dinamizadas pelo governo brasileiro na década de 70, a de maior impacto será o crédito rural e, conseqüentemente, sobre ela recairão as maiores atenções e o maior volume de críticas.

(30) Ibid., p. 443.

Devem ser discutidos, portanto, os resultados obtidos pela implementação da política agrícola de modernização da agricultura, calcada basicamente no programa de crédito. Essa modernização, como vimos, prevista nos objetivos dos Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II, estará atrelada a todos os mecanismos da política agrícola. Para se conseguir a aprovação de um pedido de crédito e o consequente seguro agrícola, é necessário, além de oferecer uma série de garantias, a apresentação de um projeto em que se defina a forma como será procedida a exploração do empreendimento, e que implica na aceitação tácita da parte do proponente, de utilização de técnicas, insumos e máquinas determinadas pela assistência técnica da região. Ou seja, para se ter acesso ao crédito agrícola torna-se necessário a aceitação da modernização da prática agrícola, que lhe vem imposta ao lado do dinheiro subsidiado.

É preciso que se reflita também no que se entende por modernização, qual o conceito presente dentro da política governamental que rege o processo, para se evitar os erros comuns de interpretação, que entendem por modernização apenas a alteração na base técnica da produção agrícola: da enxada para o arado; da tração animal para a mecânica; etc. A modernização implica também na transformação das relações de produção, sociais e não apenas técnicas, que interferirão na composição dos fatores capital e trabalho na organização da produção agrícola. Implica no crescimento do trabalho volante e assalariado e na organização empresarial da produção agrícola. Francisco Graziano Neto observa que:

"... a chamada modernização da agricultura não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente"(31).

(31) Questão Agrária e Ecologia, p. 27.

Portanto, entendemos que a modernização estará atuando também na transformação das relações de produção do agro brasileiro, visando o aumento da produtividade e eficiência administrativa, com o que se pretende atender aos interesses já levantados de produzir alimentos, produtos de exportação, energia, matérias primas e mercado para os insumos agrícolas de origem industrial.

Mas o crédito rural, como a política agrícola em geral, não atinge de forma homogênea os produtores brasileiros e, muito menos, o privilegiamento que se constata é congruente com os objetivos do programa. Este prevê alcançar principalmente os pequenos e médios produtores, quando a realidade demonstra que a maior parte dos recursos tem ficado nas mãos dos grandes produtores. Passaremos, portanto, a um levantamento a respeito dos setores privilegiados com as taxas diferenciais de juros do crédito rural e os grandes beneficiários desse sistema.

O primeiro aspecto a ser ressaltado é o do crescimento dos recursos destinados ao setor agrário no final da década de 60 e no decorrer dos anos 70, o que demonstra ter sido realmente esse o grande expediente de que se lançará mão para promover o desenvolvimento e a modernização da agricultura. No entanto, resalte-se, não se deve confundir aumento de recursos com privilegiamento de setor: o volume de recursos cresceu para o conjunto da economia no período, e não apenas para a agricultura (32). Além do mais, é bom lembrar que, se a política agrícola é composta dos instrumentos governamentais utilizados para direcionar a produção na linha de desenvolvimento adotada pelo país, esta mesma linha é definida pelos grupos que têm o controle do poder e, portanto, essa linha não representará necessariamente os interesses do conjunto da sociedade ou de grupos subordinados (no caso, a agricultura), mas, antes, os interesses da classe no poder.

(32) Cf. João SAYAD, Crédito Rural no Brasil, p. 1. Cf. também Dercio Garcia MUNHOZ, Economia Agrícola, pp. 94-101.

Procuremos ver, pelo Quadro 1, a representação do crescimento dos recursos do crédito rural.

Quadro 1. Número e valor de contratos de crédito rural no Brasil, 1969-79.

ANO	NÚMERO	VALOR (Cr\$ 1.000)		INDICE
		CORRENTE	REAL (1)	REAL
1969	1.145.209	6.489.096	89.371.109	100,0
1970	1.190.592	9.247.980	106.179.719	118,8
1971	1.252.841	12.869.711	122.789.415	137,4
1972	1.266.151	18.668.785	151.850.442	169,9
1973	1.399.684	30.333.919	214.723.325	240,3
1974	1.450.396	48.272.761	265.531.527	297,1
1975	1.856.131	89.997.117	387.126.878	433,2
1976	1.832.207	130.226.160	396.621.486	443,8
1977	1.722.063	165.858.671	354.108.262	396,2
1978	1.895.523	233.942.454	360.106.084	402,9
1979	2.373.485	448.730.894	448.730.894	502,1

(1) Valor constante deflacionado para 1979 - índice 2 - FGV.

Fonte: Maria Auxiliadora de Carvalho, "Estrutura das aplicações de de crédito rural no Brasil e em São Paulo", em Informações Econômicas, 11 (2): 33.

Estes dados nos comprovam, realmente, um crescimento constante no volume de recursos e, até, em certos períodos, saltos extraordinários, como os referentes aos anos de 1973 e 1975 e, mais recentemente, o ano de 1979. No entanto, esse volume de recursos não tem gerado, segundo estatísticas do setor, os resultados esperados: o volume de crédito tem crescido mais que o produto agrícola. Segundo Luis Carlos Guedes Pinto:

"Em valores correntes, entre 1969 e 1979 o produto agrícola aumentou 36 vezes, enquanto que os recursos destinados ao crédito rural institucionalizado aumentaram 69 vezes"(33).

(33) "Grupos de Interesse e Crédito Rural no Brasil", em Revista de Economia Rural, v. 19, p. 65.

Cresceu, também, de forma extraordinária a participação do crédito no produto agrícola, evoluindo da taxa de 45,3% em 1969, para 102,5% em 1975 (!) e estacionando na casa dos 70% a 80% nos anos seguintes (34). Isso demonstra um endividamento crescente do setor agrícola e uma participação cada vez menor de capitais próprios na agricultura que são, na maioria das vezes, transferidos para aplicação em investimentos mais rentáveis. Muitas vezes, conforme denúncias as mais diversas, entre as quais se destaca o rumoroso "escândalo da mandioca", o próprio crédito agrícola é desviado para outras atividades que não o setor agrícola.

Tal interesse pelo crédito rural, que provoca demanda crescente, se deve ao fato de suas taxas de juros se situarem em níveis bem inferiores à inflação. Como vimos, a razão desse diferencial está ligada à necessidade de se remunerar o agricultor em sua atividade e estimular a adoção de moderna tecnologia. No entanto, além desse propósito, o crédito acaba cumprindo também a função de estimular o endividamento do agricultor e o direcionamento de seu capital próprio para outros setores de aplicação e, se possível, até uma parte do dinheiro conseguido com os recursos do sistema de crédito rural. Conforme depoimento de um diretor de crédito rural do Banco Central:

"Tornou-se um negócio muito bom tomar empréstimo rural; e os grandes podiam ganhar muito mais especulando com esse dinheiro, comprando propriedades na cidade. Quem aplicava dinheiro próprio na agricultura era otário"(35).

O que se nota é que, portanto, aqueles que estivessem com acesso ao crédito rural estavam fazendo uso de um mecanismo de lucratividade garantida: uma vez que os juros eram negativos,

(34) Cf. "Os Impasses da Política Agrícola", em Exame, n. 228, p. 96.

(35) Ibid., p. 95.

praticamente a aplicação desses recursos seria lucrativa em qualquer setor, como a caderneta de poupança por exemplo. Mas alguém tem que pagar essa conta, e segundo Luis Carlos Guedes Pinto:

"Isto significa uma transferência de recursos da sociedade para aqueles grupos que se beneficiam com o crédito rural"(36).

E aqui vamos nos aproximando do cerne da questão: o crédito é, realmente, um mecanismo compensatório e também indutor de tecnologia, utilizado pelo Estado para o alcance das metas estabelecidas de acordo com os interesses dos grupos no poder. Estes aspectos são destacados, por exemplo, por Bernard Sorj:

"A política de crédito rural tem dois aspectos básicos. Por um lado, visa modernizar as forças produtivas, e desse ponto de vista pode ser considerado como um crédito para o conjunto do complexo agroindustrial, que, como veremos, se favorece mais do crédito rural do que o próprio setor agrícola. Por outro, trata de compensar a política de controle de preços, sendo uma transferência de renda especialmente para os médios e grandes produtores, que têm maiores condições de reagir contra essa política"(37).

Há, portanto, uma transferência de parte da mais-valia acumulada nas mãos do Estado para o setor agropecuário. Mas essa transferência não se dá de forma igualitária para o conjunto do setor rural. É necessário que analisemos também quem está se beneficiando realmente com essa política, para que nos aproximemos mais de seu real sentido.

Em primeiro lugar procuraremos demonstrar que o crédito, entre os produtores agrícolas, como não está distribuído de forma equitativa, irá privilegiar os grandes produtores em detri

(36) "Grupos de Interesse e Crédito Rural no Brasil", em Revista de Economia Rural, v. 19, p. 67.

(37) Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira, p. 89.

mento dos pequenos e médios. Tentaremos visualizar melhor essa situação a partir do Quadro 2.

Quadro 2. Distribuição percentual de utilização de crédito rural em relação à aplicação por finalidade (produtores + cooperativas), 1966-1976.

ANO	AGRICULTURA					
	PEQUENOS PRODUTORES		MÉDIOS PRODUTORES		GRANDES PRODUTORES	
	CONTRATOS	VALOR	CONTRATOS	VALOR	CONTRATOS	VALOR
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
1966	90,05	34,13	9,51	45,60	0,44	20,27
1967	88,48	32,29	10,93	47,20	0,59	20,51
1968	87,27	31,07	12,22	49,72	0,51	19,21
1969	88,16	30,95	11,17	45,81	0,67	23,24
1970	85,91	27,57	13,25	47,16	0,84	25,27
1971	85,71	24,61	13,25	43,99	1,04	31,40
1972	83,56	20,69	14,92	42,17	1,52	37,14
1973	79,46	17,22	18,59	38,75	1,95	44,03
1974	76,61	15,12	20,88	37,43	2,51	47,45
1975	74,18	11,77	22,48	34,18	3,34	54,05
1976	73,73	11,38	22,93	35,09	3,34	53,53

Fonte: Luis Carlos Guedes PINTO, "Grupos de Interesse e Crédito Rural no Brasil", em Revista de Economia Rural, v. 19, p. 70.

Por esse quadro, o que podemos notar é uma queda constante, durante todo o período - apenas levemente interrompida em 1968 - da participação do pequeno produtor no número de contratos e no valor desses mesmos contratos. A queda na participação atinge também os médios produtores, sendo observável também nestes uma diminuição na participação do valor dos contratos, especialmente após 1970, apesar de ter aumentado a participação no número de contratos. E para onde está indo essa diferença? É

só continuarmos a sequência do quadro e perceberemos o aumento espetacular da participação dos grandes produtores, tanto em termos de contratos como de valor, e podemos compreender para onde têm sido carreados a maior parte dos recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural: com 3,34% dos contratos os grandes produtores açambarcam 53,53% do volume total de crédito em 1976.

No entanto, é interessante ressaltar, o crédito rural não atinge a totalidade das propriedades agrícolas do país. Conforme o Quadro 1, vimos que o número de contratos anuais de crédito tem girado em torno de 2.000.000 e, sabemos, muitos agricultores têm acesso a mais de um contrato junto aos aparelhos creditícios, de onde podemos concluir que o número real de estabelecimentos assistidos deve ser bem inferior a esse total; situação que se torna crítica se atentarmos para o fato de que, segundo o Censo Agropecuário de 1975, o total de estabelecimentos rurais do Brasil está em torno de 5.000.000. Para termos uma idéia, então, do número de estabelecimentos servidos pelo crédito rural, voltemos a Luis Carlos Guedes Pinto:

"... pode-se supor que o número de estabelecimentos rurais que têm sido beneficiados pelo SNCR deve, atualmente, situar-se entre 1.000.000 e 1.200.000, sendo que, na medida em que nos afastamos de 1980, este número diminui. Assim sendo, acreditamos que não estaremos longe do que acontece na realidade, se afirmarmos que, aproximadamente, 20% a 25% dos agricultores brasileiros são alcançados pela política oficial de crédito rural" (38).

Mas as discriminações do crédito rural não param aí: além de atender um máximo de 25% dos agricultores e, dentre esses, privilegiar os grandes e, em menor medida, os médios, o crédito rural em sua estrutura atual discrimina também regiões e produtos.

(38) "Grupos de Interesse e Crédito Rural no Brasil", em Revista de Economia Rural, v. 19, p. 68.

Em termos de regiões o privilegiamento recai sobre as regiões sul e sudeste do país. Tomemos como exemplo o ano de 1977, em que estas duas regiões responderam por 69,82% do produto agrícola do país, mas açambarcaram 77,70% do crédito rural. Enquanto isso, as regiões norte, nordeste e centro-oeste, que responderam por 30,15% do produto agrícola, tiveram acesso a apenas 22,30% do crédito (39).

Com relação aos produtos, se tomarmos o mesmo ano de 1977, veremos que um reduzido grupo de cinco produtos, algodão, café, cana, soja e trigo, monopolizou mais da metade dos recursos do crédito agrícola, mais exatamente 56,93% do total, embora tenham sido responsáveis, neste mesmo ano, por apenas 39,89% do valor do produto agrícola. Enquanto isso, produtos como o feijão, a mandioca e o milho, que em 1977 responderam por 25,46% da produção, têm acesso a apenas 11,72% do crédito (40).

Com estes números estamos procurando demonstrar que o crédito agrícola é um mecanismo que privilegia produtores, regiões e determinados produtos em sua atuação. E que a esses determinados produtores, regiões ou produtos estão sendo oferecidas melhores condições de realização de lucro e, portanto, permitindo uma maior acumulação. O que permite supor que a acumulação na agricultura se dá de forma situada: entre alguns produtores, de modo especial os grandes e também os médios; em algumas regiões, especialmente o sul e sudeste e, crescentemente, o centro-oeste; e na exploração de determinados produtos, principalmente os voltados para exportação, produção de matérias-primas e energia.

Essa seletividade atende aos interesses da política agrícola estabelecida que pretende basicamente promover uma mo-

(39) Cf. Luis Carlos Guedes PINTO, "Grupos de Interesse e Crédito Rural no Brasil", em Revista de Economia Rural, v. 19, p. 73.

(40) Idem, "Notas sobre a Política Agrícola Brasileira", em Encontros com a Civilização Brasileira, v. 7, p. 198.

dernização rápida na região centro-sul do país, privilegiando, inclusive, a administração empresarial. Ao mesmo tempo, promove-se o desenvolvimento do setor de exportação e de produção de alternativas energéticas, como a cana; com isso promove-se também o desenvolvimento do parque agroindustrial do país: cria-se mercado para as máquinas, implementos e insumos produzidos na indústria e promove-se também o desenvolvimento de culturas voltadas para a industrialização, como a cana, o algodão, a laranja, a soja, etc.

Torna-se necessário, então, procedermos a uma análise da importância do parque agroindustrial brasileiro para nos aprofundarmos mais em nossa análise da política agrícola governamental na década de 70.

4. A Agroindústria.

Estamos entendendo o complexo agroindustrial, neste trabalho, no sentido que lhe empresta Bernard Sorj:

"... o conjunto formado pelos setores produtores de insumos e máquinas agrícolas, de transformação industrial dos produtos agropecuários e de distribuição, e de comercialização e financiamento nas diversas fases do circuito agroindustrial"(41).

Dessa forma, o conjunto dessas empresas vai encontrar pontos de aproximação entre seus interesses e os dos produtores agrícolas, assim como ficarão patentes, também, diversas áreas de estrangulamento. O complexo agroindustrial depende tanto da política agrícola governamental quanto o setor agrário, uma vez que para realizar seus lucros depende, diretamente, dos benefícios concedidos pelo Estado, especialmente o crédito. Os produ-

(41) Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira, p. 29, nota de rodapé.

tores de máquinas, adubos, insumos em geral, dependem do crédito facilitado para conseguirem colocar no mercado a sua produção, uma vez que, já vimos, o setor agrário não dispõe de capital próprio suficiente para sustentar a modernização de seu empreendimento (e nem seria racional esse emprego, se o tivesse, uma vez que o controle de preços não mermite remuneração adequada). De outro lado, as empresas que processam a transformação de produtos agrícolas, como soja, algodão, laranja, etc, dependem das benesses transferidas pelo Estado à agricultura para que tenham garantido o preço a níveis estáveis e baixos dos produtos de origem agrícola, que lhes permitirá realizar alta taxa de lucro.

Nesse sentido, a atuação das empresas do complexo agroindustrial convergirá para esforços que garantam a continuidade da política agrícola vigente e, se possível, que seja dinamizada. Isso não quer dizer que seus interesses estejam ligados especificamente ao desenvolvimento da agricultura: o que este setor está procurando, realmente, são formas de aumentar a remuneração do capital industrial; portanto o seu objetivo é, basicamente, o lucro e não o produto agrícola. A menos que este também interfira no processo de acumulação.

Para entendermos a natureza desse processo procuremos ver como se dá a formação desse complexo agroindustrial e quais são as suas características.

Indústrias ligadas ao setor agrícola, sempre tivemos, mas o desenvolvimento de um parque agroindustrial só se dará com a implantação, a partir dos anos 60, da produção de tratores no país. Mas a produção de tratores não foi a única indústria do setor a se desenvolver no Brasil: a partir da década de 70 foi dado também um vigoroso estímulo à indústria de fertilizantes, rações, herbicidas, etc, além de se estimular também a produção de sementes selecionadas. Estas atividades, além de atenderem aos propósitos de modernização, atendem também aos objetivos de diminuir a dependência externa desses produtos e aliviar a balança

comercial. Mas esse desenvolvimento e crescimento está atrelado diretamente ao desempenho do setor agrícola em décadas anteriores, que veio sempre respondendo à crescente demanda gerada no setor urbano e que vai criando mercado para as indústrias que fornecem insumos agrícolas. Bernard Sorj anota que:

"... a expansão do complexo agroindustrial no Brasil se funda no próprio crescimento da produção agrícola na medida em que esta cria o mercado necessário para a sua realização. Esse aspecto é fundamental, já que as medidas protecionistas permitem que se gere um mercado cativo, dado que os níveis de produtividade da indústria de insumos e maquinarias agrícolas no Brasil é geralmente menor do que os de nível internacional"(42).

Além de produtividade menor, a indústria nacional não contava com capacidade técnica para desenvolver a tecnologia necessária ao setor agrário, o que abrirá caminho para a entrada e afirmação de indústrias estrangeiras no setor, que se instalarão no país, farão uso da reserva de mercado, e implementarão um esquema de monopólio da produção e de estímulo ao consumo de seus produtos, independente da eficácia dos mesmos no aumento da produtividade e da renda agrícola. Bernard Sorj observa, ainda, que:

"Nesse período de rápido crescimento do consumo de insumos agroindustriais, a entrada das multinacionais no setor foi facilitada pela quase inexistência de pesquisa nacional acumulada nesse setor. Isso, por sua vez, significou que a agroindústria passou a se utilizar de uma tecnologia gerada em outros países e, portanto, não totalmente adequada às necessidades econômicas e ecológicas do país" (43).

Francisco Graziano Neto, analisando a introdução de moderna tecnologia na agricultura, procurando checar o seu impacto na produtividade e na rentabilidade, promove uma pequena com-

(42) Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira, p. 29.

(43) Ibid., p. 33.

paração entre a cultura de milho em dois municípios, um no Paraná, dito de cultura tradicional, e outro em São Paulo, com emprego de moderna tecnologia. Observa que a diferença no produto final é muito baixa para justificar a elevação dos custos ocasionada pela modernização. Além disso, observa também que a produtividade média da agricultura brasileira tem crescido muito lentamente, apesar dos pesados investimentos modernizantes no setor (44). A seu ver, o problema da baixa produtividade dessa tecnologia está ligado diretamente ao fato de ela ser, em sua quase totalidade, importada e reproduzida no Brasil da mesma forma que em seus países de origem, sem se atentar para nossas peculiaridades ecológicas e nem para as necessidades econômicas. A adoção de tecnologia só se justifica economicamente na medida em que permite economizar trabalho e, portanto, baratear a produção e aumentar a lucratividade. E isso não é bem o que se tem constatado entre nós. No entanto, a elevação dos custos é compensada pelas facilidades oferecidas para a aquisição dos insumos, principalmente através dos mecanismos da política agrícola governamental, em especial do crédito. Esta situação gera uma "racionalidade" falsa na composição dos custos da produção agrícola com reflexos no conjunto da agricultura e no complexo agroindustrial, já que se alarga a utilização da atual tecnologia, apresentada como a melhor, embora seus reflexos na produtividade não sejam de grande significação. Este contexto provocou um amargo comentário de Francisco Graziano Neto:

"A introdução forçada da chamada tecnologia avançada, alienígena e portanto inadequada, causa reflexos também em toda a pesquisa e o ensino agrônômico do Brasil, que se voltam, consciente ou inconscientemente, direta ou indiretamente, ao atendimento

(44) Cf. "Capitalismo e Tecnologia no Campo: Notas Preliminares", em Encontros com a Civilização Brasileira, v. 10, p. 83.

to dos interesses do capital internacional. Pouco se pesquisa ou se ensina acerca de técnicas agrícolas que não sejam engendradas pela ideologia modernizadora dominante. A adubação orgânica é desprezada, provocando ironias muitas vezes. O controle biológico de pragas é mais uma curiosidade que uma preocupação científica. Os sistemas de cultivo mínimo (aração, gradeação, etc) recebem pouca atenção. A agricultura orgânica de um modo geral é totalmente desconhecida. Coisas para poetas!"(45).

Mas, independente da adequação e da eficácia da tecnologia fornecida pelo complexo agroindustrial, a realidade é que a sua penetração na agricultura se confirmou de forma patente e irreversível, consoante os interesses da política agrícola. Geraldo Muller observa que:

"Por volta de 1970, praticamente metade da produção agrícola era de interesse dos setores demandantes de matérias-primas e praticamente metade das condições de produção na agricultura dependia da indústria de máquinas e demais insumos industriais"(46).

Essa relação de dependência vai "imprensando" o setor agrícola: de um lado pelo crescimento dos custos dos insumos que necessita do setor industrial; e de outro o controle sobre o preço de seus produtos, ao final do processo de produção. José Graziano da Silva confirma essa situação:

"... o seu nível de renda se vê duplamente comprimido: pelo crescimento à montante dos preços dos insumos e pela redução a jusante dos preços dos produtos fornecidos. Mas isso não é senão uma forma dos demais setores reduzirem a fatia da mais-valia global da sociedade que é apropriada pela agricultura (grifos nossos). Da mesma forma agem os 'preços políticos administrados' pelo governo, que

(45) Ibid., p. 87.

(46) "Agricultura e Industrialização do Campo", em Revista de Economia Política, 2/2 (6): 48.

procuram evitar o crescimento dos preços dos produtos agrícolas afim de conter os custos da produção industrial, o custo de vida e os salários da população urbana"(47).

Com isso voltamos à questão política da articulação do poder em nossa sociedade e que reflete a articulação da acumulação na economia. Considerando-se a supremacia do setor urbano-industrial no conjunto da economia e suas necessidades de manutenção dessa situação de privilégio, não é de se esperar que, no momento em que a sociedade sente a necessidade de aumentar o produto agrícola, via investimentos de capital no setor, que os grupos dominantes abrirão mão, graciosamente, de seus privilégios.

Portanto é lógico que, na determinação da política agrícola que implementará as mudanças necessárias para o aumento da produtividade e que abrirá caminho para a remuneração dos capitais aplicados no setor agrário, estejam presentes mecanismos que permitam aos setores dominantes retirar das mãos da agricultura parte dessa mais-valia que aí for açambarcada. E de todas as formas possíveis: via preços das máquinas e insumos agrícolas necessários à modernização da agricultura; via preços contidos nos produtos agrícolas; e via tributação. Dessa forma, boa parte do lucro auferido pelo empresário agrícola é diluído por outros setores da economia, dando continuidade à situação de acumulação subordinada da agricultura, mesmo quando esta se industrializa. De qualquer forma a acumulação está presente, uma vez que seria absurdo supormos que o agricultor continuasse o empreendimento se esta não estivesse ocorrendo. No entanto, irá investir o mínimo de capital próprio e procurará trabalhar mais diretamente com o capital colocado à sua disposição pelo governo através do crédito subsidiado, e transferirá seus recursos pessoais para atividades mais rentáveis, notadamente de caráter urbano, como

(47) Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura, p. 44.

aquisição de imóveis ou aplicação no mercado financeiro, ou, ainda, na aquisição de mais terras, que lhe darão condições de ter maior acesso ao crédito rural.

Dessa forma abre-se a perspectiva de elaboração de uma política agrícola que atenda aos interesses conjugados da indústria e agricultura, em termos de que não se alterem as condições gerais de acumulação, ainda que se alterem as relações de produção na agricultura. E a responsabilidade pela execução de tal política cabe ao Estado, como aparelho que representa os interesses dos grupos dominantes mas deve promover também o desenvolvimento de setores subordinados, visando a continuidade do modelo. O direcionamento da política agrícola refletirá, assim, os embates dos diversos grupos econômicos no interior da sociedade e do Estado. Geraldo Muller coloca que:

"... pensar hoje (...) a agricultura sem a atuação do Estado como agente do capital em geral a ela destinado, sem pensar que isto se destina a grandes massas de capitais nela em função, com organizações que pressionam o Estado é não falar da atual forma econômica e social da agricultura brasileira"(48).

As organizações de pressão existem, são fortes e as determinações da política agrícola interferem diretamente na capacidade de acumulação dos grupos que representam. No lado agroindustrial essas associações se apresentam como sindicatos patronais e exercem constante pressão favorável à modernização do agro brasileiro, reivindicando para isso mecanismos que facilitem a aquisição de seus produtos (49). De seu lado, apesar de não contarem com a mesma força, mas também com associações patronais, os setores rurais também procuram exercer pressão sobre o

(48) "A Industrialização do Campo no Brasil: Algumas Notas", em Reforma Agrária, 10 (4/5): 69.

(49) Cf. Luis C. G. PINTO, "Notas sobre a Política Agrícola Brasileira", em Encontros com a Civilização Brasileira, v. 7, p. 200. Cf. também Francisco GRAZIANO NETO, Questão Agrária e Ecologia, p. 41.

Estado no encaminhamento de sua política agrícola, procurando tirar para o setor dividendos econômicos e políticos. Em alguns casos os interesses dos setores agrários e agroindustriais convergem, em outros se chocam, conforme nos atesta Geraldo Muller:

"Para reprodução desses setores (agroindustriais) a expansão da industrialização do campo é de importância vital, fato que pode contrapor seus interesses aos dos produtores agrícolas ou pode somar-se a estes para pressionar os órgãos estatais. A determinação dos preços dos insumos industriais ocorre neste contexto de exigências técnicas que solidarizam interesses industriais e agrícolas e de exigências econômico-políticas que os levam a disputas pelos preços, em cujo processo de determinação está ativamente presente o Estado. Aqui se observa com clareza a 'politização' dos processos econômicos associados à acumulação de capital, a qual exige a organização institucional dos interesses em presença"(50).

Em suma, a política agrícola governamental reflete a luta dos interesses conflitantes das diferentes classes que compõem a nossa sociedade, e a sua explicitação se dará através do Estado, que como aparelho de classe, defenderá os interesses dos grupos que representa em primeiro plano e, posteriormente, como aparelho político de decisões, os interesses das classes que participam secundariamente do poder. Dessa forma, a política agrícola, antes de atender privilegiadamente o setor agrário, responde aos anseios dos setores dominantes urbano-industriais, que procurarão exercer o maior controle sobre os instrumentos da política. Cabe ao Estado, no entanto, garantir a acumulação, ainda que subordinada, do setor agrícola, sob pena de este entrar em colapso e promover a desarticulação de todo o conjunto da economia.

Dessa forma o Estado conseguiu aumentar a produção e a produtividade agrícolas. Se bem que esta última não com os resul

(50) "Agricultura e Industrialização do Campo", em Revista de Economia Política, 2/2 (6): 50.

tados que se poderia esperar, em razão de a maior parte da tecnologia empregada não haver sido desenvolvida especificamente para a nossa realidade. O crédito rural tornou-se no grande mecanismo dinamizador dessa produção e permitiu ao produtor uma certa lucratividade, que o rígido controle de preços, em circunstâncias normais, não permitiria.

No entanto, a política agrícola governamental na década de 70, além de privilegiar de forma destacada a acumulação no setor não agrário, também teve atuação discriminatória entre os produtores rurais, privilegiando alguns (os maiores), certas regiões (o centro-sul) e determinados produtos. Ressalte-se, porém, que tais medidas não fugiram de forma alguma à linha traçada pelos governos: conseguiu-se modernizar uma parte da agricultura (especialmente aquela que atendia às necessidades mais imediatas do projeto desenvolvimentista, como geração de energia, divisas, etc), remunerando razoavelmente esses produtores agrícolas sem onerar o setor urbano-industrial, uma vez que se procedeu ao mecanismo do controle dos preços dos produtos agrícolas. Ao mesmo tempo abriu campo para o desenvolvimento privilegiado, com mercado cativo, de um setor industrial emergente, o de máquinas e insumos agrícolas, além de garantir matérias-primas a preços baixos e estáveis para um outro segmento desse mesmo setor, qual seja, o de transformação de produtos rurais.

Enfim, o que se nota é o destaque cada vez maior da figura do Estado na articulação das posições das diferentes classes no interior da sociedade e do peso das suas decisões para a sobrevivência de cada setor. Este não é um processo acabado: as alterações ocorridas no agro podem estar induzindo a novas lutas que poderão interferir na estrutura de acumulação do conjunto da sociedade, ainda mais pelo período de crise econômica e política que vige atualmente e que pode enfraquecer as posições dos setores em preeminência. No entanto, o resultado final só será dado em razão da postura assumida por esses mesmos setores e pelos

desdobramentos da economia nacional e internacional nos anos 80. Nossa posição assenta-se no sentido de que a modernização terá continuidade e permanecerá atendendo privilegiadamente os setores dominantes, no caso o urbano-industrial, pois não detectamos, ainda, indicadores suficientes que nos permitam prever uma crise de hegemonia no bojo do atual esquema de poder.

Cumpriria ver agora, o impacto, por exemplo, dessa política agrícola em determinadas áreas do país, tentando ver a extensão e a eficácia dessa política, especialmente nos aspectos referentes ao crédito. Para isso pretendemos observar a importância do crédito para investimento no desenvolvimento da cafeicultura, em moldes modernos, em uma região sem tradição dessa cultura, o município de Araguari, M.G.

Antes, porém, procuraremos checar no conjunto da política agrícola governamental, como se destacam as medidas voltadas especificamente para a cafeicultura, no interior do projeto agrário do Estado brasileiro.

CAPÍTULO III

A POLÍTICA PARA A CAFEICULTURA

1. Introdução.

Como viemos colocando no capítulo anterior, o processo de modernização da agricultura na década de 70 visava, em seu maior sentido, aliviar a economia nacional de diversos entraves à continuidade do seu crescimento, tais como a elevação dos preços dos produtos agrícolas para o consumo da população urbana, bem como das matérias-primas das indústrias de transformação de produtos de origem rural; as importações de alimentos; a necessidade de divisas estrangeiras; a produção de energia; e mercado para as máquinas e insumos agrícolas de origem industrial. Observamos que a política agrícola brasileira procurou se pautar nos anos 70 dentro dessa linha de ação.

Não podemos assegurar que algum desses aspectos, em particular, seja mais importante que o outro: a economia brasileira dependia (e depende) desse conjunto para aumentar as chances de continuidade de seu processo de desenvolvimento. No entanto, supomos válida a idéia de que certos setores teriam sido privilegiados. Referimo-nos, por exemplo, ao setor de culturas de exportação e, no nosso caso, à cafeicultura. O setor cafeeiro, historicamente, ocupou posição destacada no interior da economia brasileira, tendo sido uma espécie de vanguarda da agricultura. No entanto, a tradição apenas não justificaria o privilegiamento

com que conta esse produto, conforme demonstramos no capítulo anterior. Os motivos são de ordem econômica: aliviar a pressão sobre o balanço de pagamentos do país.

Neste capítulo procuraremos ver como se dá o desenvolvimento da política agrícola desenvolvida pelo governo brasileiro, durante a década de 70, para o café.

2. A Cafeicultura nos Anos 60.

A atividade cafeeira no Brasil, especialmente após a crise econômica de 1930, sempre foi marcada pela presença de uma produção crescente no volume do produto, o que acarretava desequilíbrio entre a oferta e a demanda. Tal situação implicava no aumento crescente dos estoques em mãos do governo, a um custo alto de compra, manutenção e ocupação de espaços, apesar da prática da queima periódica de parte desses estoques (1). Em 1961 os estoques governamentais somavam 43 milhões de sacas de café, e a previsão da produção anual era da ordem de 36 milhões de sacas para uma previsão de consumo de apenas 24 milhões de sacas (18 para exportação e 6 para consumo interno), gerando uma diferença anual entre oferta e demanda, de 12 milhões de sacas. A esse alentado número de sacas armazenadas se chegou em vista de a produção durante a década de 50 ter superado de longe a capacidade de consumo. As estatísticas do setor demonstram, por exemplo, que nos anos 50, apenas em 1956 a produção exportável foi inferior ao total exportado. E essa proeza só se repetirá na segunda metade da década de 60 (2).

(1) Cf. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO/IBC/GERCA, Cultura de Café no Brasil, p. 9.

(2) Cf. José Juliano de CARVALHO FILHO, Política Cafeeira do Brasil - Seus Instrumentos: 1961/1971, p. 10.

Essa situação de superprodução da cafeicultura, longe de ser ocasionada por alta produtividade dos cafezais, o era, na realidade, pela extensão da lavoura, da ordem em 1961, de 3,9 bilhões de cafeeiros, em sua maior parte considerada em nível anti-econômico de produção. Começou a tomar corpo, então, dentro dos meios governamentais a idéia do controle da produção de café, visando alcançar uma situação de equilíbrio entre produção e consumo. E o principal mecanismo de atuação imaginado para o alcance desse objetivo era a erradicação de boa parte do parque cafeeiro, o que contribuiria não só para a diminuição da produção, mas também para a melhoria da produtividade, operando-se uma seleção entre as lavouras. Aliás, essa questão da produtividade é constantemente lembrada nos documentos oficiais que tratam do assunto, como uma das principais preocupações dos organismos encarregados de coordenar o setor cafeeiro. Os estudos que se fizeram sobre o assunto, desenvolvidos principalmente por uma comissão criada pelo governo, encarregada de elaborar um programa de erradicação, acabou concluindo pela necessidade não apenas da simples eliminação de cafeeiros, mas pela reestruturação da cafeicultura no país:

"A Comissão encarregada daqueles estudos, avaliando a amplitude e a responsabilidade de que se revestiam, foi de parecer que fosse criado um organismo que, ao invés de promover meramente a erradicação de cafeeiros antieconômicos, fosse capaz de racionalizar a cafeicultura. Para atingir esse objetivo, a Comissão sugeriu a criação de órgão específico que contasse com o concurso de diversos setores da Administração Pública, responsável pela política agrícola do País"(3).

Estava aberto o caminho para a criação do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura, o GERCA, através do Decreto nº 79 de 1961. Suas linhas básicas propunham a efetivação

(3) IBC/GERCA, Racionalização da Cafeicultura Brasileira, p. 1.

dos seguintes objetivos: erradicar 2 bilhões de cafeeiros, considerados dentro da faixa de antieconômicos; renovação racionalizada das lavouras na proporção de um quarto do total eliminado, garantindo-se, assim, que não se retornaria aos patamares da superprodução; e dinamizar a diversificação de culturas nas áreas liberadas.

Em seus primeiros momentos de atuação o GERCA irá se encarregar de proceder, em ritmo de emergência, ao processo de erradicação remunerada de cafeeiros. Esse processo se deu em duas fases: a primeira, de junho de 1962 a julho de 1966; a segunda, de agosto de 1966 a maio de 1967, e seus resultados estão resumidos no Quadro 3.

Quadro 3. Erradicação total de cafeeiros e área liberada, por estados, junho de 1962 a maio de 1967.

ESTADOS	CAFEIROS ERRADICADOS 1.000 pés	ÁREA LIBERADA (HA)
São Paulo	299.364	366.897
Minas Gerais	363.703	353.134
Paraná	249.957	307.062
Espírito Santo	303.175	299.429
Outros	163.144	165.726
TOTAL	1.379.343	1.492.248

Fonte: MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO/IBC/GERCA, Cultura de Café no Brasil, p. 10.

A esse total de 1,3 bilhão de cafeeiros deve-se acrescentar outros 350 milhões que foram erradicados espontaneamente pelos agricultores, totalizando 1,73 bilhão de cafeeiros eliminados, número razoavelmente próximo ao objetivo de 2 bilhões de cafeeiros a serem erradicados, que havia sido determinado para o Programa. Além disso promoveu-se a produção de mudas e sementes

selecionadas para os novos plantios, através de pesquisas específicas, etc. Quanto à diversificação de culturas:

"... o aproveitamento de áreas liberadas para o plantio das culturas sucessoras do café, possibilitou, de 1962 a 67, a utilização de cerca de 818 mil hectares, em sua maioria diversificados para pastagem (45%) e milho (19%), seguindo-se o arroz (8%), algodão (6%) e feijão (4,5%)"(4).

Através desse processo de erradicação conseguiu-se baixar o número de cafeeiros em 1969 para 2,3 bilhões. A uma produção média calculada pelo IBC em 10 sacas por mil pés, teríamos uma produção anual de 23 milhões de sacas, considerado o ponto ideal pela política governamental.

Mas para o alcance desse objetivo de diminuição da produção o governo não se utilizou apenas de mecanismos diretos, tipo erradicação remunerada, mas também de mecanismos indiretos como o sistema de preços, visando desencorajar o aproveitamento de lavouras consideradas antieconômicas, como também o crescimento físico das lavouras via novos plantios. O raciocínio era simples: em se mantendo os preços a um nível pouco compensador só se manteriam no mercado aquelas lavouras que conseguissem produzir acima de um certo volume (considerado pelo IBC/GERCA, na época, de 6 sacas de café beneficiado por 1.000 pés), sendo que as demais seriam eliminadas, seja espontaneamente ou através da erradicação remunerada. Da mesma forma seriam contidos os novos plantios, uma vez que, para atingirem a produtividade remuneradora, estariam sendo exigidos diversos investimentos que demandariam grande aporte de capital. Com isso se estaria também conseguindo melhorar a qualidade dos cafés produzidos, o que permitiria melhores condições de competição no mercado internacional e,

(4) MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO/IBC/GERCA, Cultura de Café no Brasil, p. 10.

inclusive, aumento da entrada de divisas para as contas do país (5). O objetivo final era proceder-se a uma depuração da cafeicultura nacional.

Essa medida de contenção dos preços era justificada pelo governo como a grande arma para se conter a expansão do café e de se proceder à sua racionalização. Com aumentos de preço, segundo o parecer de técnicos da área, haveria tendência ao plantio de novas lavouras e, conseqüentemente, retorno à superprodução. Ocorreria, também, que os cafezais considerados anteriormente antieconômicos permaneceriam no mercado, aumentando ainda mais a produção e prejudicando a qualidade dos cafés (6).

De uma forma geral podemos afirmar que a grande ênfase da política cafeeira na década de 60 foi conter a superprodução, fantasma que assombra a maior parte dos relatórios do tema (7), além da preocupação com a melhoria da produtividade. E, tamanho foi o afinco com que foi encarada a questão da produção que, em menos de uma década, conseguiu-se passar de uma situação de excesso de produção para uma de carência.

3. O Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais.

Ao estabilizar a produção brasileira ao nível de 23-26 milhões de sacas no final da década de 60 o governo parecia estar se esquecendo de um fator de importância fundamental para as atividades rurais: o clima. E foi esse fator que colocou por terra todo o programa desenvolvido até então e reverteu totalmente a situação: em vez de erradicação cumpria-se refazer, em ritmo acelerado, o parque cafeeiro nacional, sob pena de não se conseguir fazer frente aos compromissos de exportação de café (e, con

(5) Cf. IBC/GERCA, Racionalização da Cafeicultura Brasileira, p. 49.

(6) Ibid., p. 27.

(7) Ibid., pp. 1, 8, 27, 33, 49, 67...

sequestramente, queda na entrada de divisas estrangeiras) e ao consumo interno. As geadas de 1969 derrubam a produção de café brasileira para 11 milhões de sacas e colocam em polvorosa as autoridades do setor. Se a situação anterior era de abundância, a presente era de escassez.

Aliado às geadas, às secas, à ferrugem (doença não conhecida ainda e que começa a atacar os cafezais a partir de 1971), e ao controle dos preços do produto, continuava ainda presente o problema da baixa produtividade do conjunto da cafeicultura, onde as pesquisas demonstravam uma grande variação de produtividade entre as lavouras. Para se aumentar essa produtividade, pelos métodos tradicionais de cultivo do café, seriam necessárias novas glebas de terras férteis livres, o que já não era possível na situação atual do Brasil. Não havia mais espaço fértil e livre a ser ocupado pela onda verde. Tornava-se necessário a reocupação das antigas áreas produtoras e a ocupação de novas frentes, inclusive com a utilização de terras de menor potencial de fertilidade.

Dessa forma inaugurava-se uma nova era na cafeicultura: a da utilização de moderna tecnologia e insumos que permitissem a recuperação de terras cansadas e colocassem em condições de produção remuneradora terras, até então, impróprias para o cultivo do café. O IBC/GERCA desenvolverá também projetos visando determinar as áreas ecologicamente propícias à cultura, com o fito de colocá-la fora do alcance, ou pelo menos com relativa segurança, das geadas. Portanto, ao lado da renovação dos cafezais, o que se está promovendo é um processo de modernização dessa cultura, consoante os objetivos gerais da política agrícola brasileira. Os pontos principais desse novo plano do IBC/GERCA, de renovação e revigoração dos cafezais, eram o financiamento para plantio de cafezais; o incentivo ao uso de fertilizantes; e o incentivo e o financiamento para o uso de defensivos. Segundo Elza Coelho de Souza Keller:

"A nova fase na política cafeeira se caracteriza, portanto, pela mudança tecnológica da cafeicultura, iniciada na atual década de 70, apoiada na pesquisa agrônômica e na assistência técnica e financeira, através do crédito rural orientado. Como resultado dessa política, ter-se-á a implantação de lavouras racionais com altos níveis de produtividade, em zonas ecologicamente favoráveis, melhoria da renda das propriedades cafeicultoras e, sobretudo, aumento dos níveis da produção brasileira de café"(8).

E, como dizíamos acima, esse novo processo não se situará apenas nas regiões tradicionalmente produtoras, mas procurará desenvolver-se também em áreas novas e, até, consideradas impróprias anteriormente:

"Além dos reflexos econômicos, melhorando a renda das propriedades cafeeiras, o Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais tem promovido a implantação de moderna tecnologia, para o aproveitamento de áreas novas, especialmente os 'cerrados' e micro-climas apropriados do Nordeste brasileiro"(9).

Para a dinamização desses projetos, em moldes modernos e com alta concentração de capital (10), e alcance dos objetivos propostos de racionalidade, aumento de produtividade, etc, um ponto fundamental é a assistência técnica. E o IBC arregimentou todas as suas agências para esse trabalho e, quando não as tinha, estabeleceu convênios com os órgãos estaduais do ramo (EMATER, por exemplo), visando garantir assistência ao cafeicultor:

"A Assistência Técnica é prestada diretamente pela Autarquia (IBC), por intermédio de uma rede de

(8) "Atividade Agrária", em FUNDAÇÃO IBGE, Geografia do Brasil: Região Sudeste, v. 3, p. 437.

(9) MIC/IBC/GERCA, Cultura de Café no Brasil, p. 12.

(10) Cf. os custos da lavoura cafeeira, em diferentes formas de exploração, que permitem uma maior ou menor produtividade, conforme as técnicas utilizadas, em IBC/GERCA, Racionalização da Cafeicultura Brasileira, p. 8 e seguintes.

escritórios, atendendo 17 Estados Cafeeiros, centralizando-se nos municípios. Além disso o IBC firma periodicamente convênios com as Secretarias de Agricultura dos Estados para suplementação dos trabalhos de orientação técnica"(11).

Esse trabalho de orientação não cumpre apenas o objetivo de assistir ao cafeicultor, mas também o de garantir a racionalidade na implantação da lavoura, observando se a mesma atende aos requisitos técnicos e ecológicos que a tornariam viável. Qualquer projeto de financiamento para implantação ou renovação de lavouras deve passar pelo crivo de agrônomos do IBC, ou de outra entidade encarregada pelo IBC, e receber o seu aval, para ter garantia de aprovação:

"Os financiamentos para renovação somente serão concedidos mediante apresentação de projeto agrônomo-orçamentário elaborado por agrônomo"(12).

E ainda:

"Serão beneficiários (de financiamentos) todos os cafeicultores que tenham condições de operar com o Banco do Brasil S.A., e cujas propriedades não estejam situadas em zona ecológica reconhecidamente imprópria à cultura do café, objeto de atestado de agrônomo autoridade local"(13).

Como já foi levantado, para o desenvolvimento de uma lavoura nas condições exigidas pelo projeto governamental, será exigido grande aporte de capital. No capítulo anterior demonstramos que a capitalização na agricultura se dá de forma subordinada, sendo grande parte da mais-valia aí produzida transferida para o setor industrial. Além do mais o agricultor tem evitado aplicar suas reservas no seu próprio empreendimento, preferindo aplicá-las em atividades mais rentáveis, notadamente urbanas, e

(11) MIC/IBC/GERCA, Cultura de Café no Brasil, p. 12.

(12) IBC/GERCA, Racionalização da Cafeicultura Brasileira, p.80.

(13) Ibid., p. 81.

trabalhar a terra com o capital subsidiado fornecido pelo Estado. Na cafeicultura a situação não seria diferente, e o governo terá de irrigar o setor com dinheiro a juros baixos, facilidades de pagamento, como a carência de diversos anos para a quitação dos investimentos em plantio, etc, para conseguir a ampliação do parque cafeeiro e, conseqüentemente, aumentar a produção, garantir os compromissos de exportação e manter a entrada de dólares para o país. Em um documento do IBC/GERCA essa questão é tratada, alertando-se para o fato de que é

"... elevado o investimento necessário para a formação do cafezal técnico e isto deve contribuir para desencorajar os cafeicultores a substituírem se us cafezais de baixa produtividade, por outros plantados tecnicamente. Assim, para tornar viável, a execução de um programa de renovação de cafezais, em grande escala, é necessário estabelecer-se financiamento especial em montante suficiente para cobrir as despesas de formação da lavoura durante os 3 primeiros anos"(14).

Se a preocupação com o capital atinge aos que já possuem lavouras de café, contando com infra-estrutura e mão-de-obra especializada no trato de cafezais, podemos supor que a mesma retração atinge com maior intensidade àqueles que estariam aptos a iniciarem lavouras e não contam com essa base. Se não fossem oferecidas condições especiais o projeto necessariamente falharia. E aqui voltamos ao ponto que consideramos fundamental dentro da política agrícola governamental, o crédito agrícola como o grande motor da agricultura. A cafeicultura nesse contexto, também só caminhará guiada pelo crédito subsidiado, que permitirá a sua capitalização, uma vez que os preços, apesar de sofrerem alguma melhora no início da década de 70, continuam controlados pelo governo que abocanha boa parte dos lucros do setor,

(14) Racionalização da Cafeicultura Brasileira, p. 48.

principalmente através do confisco cambial (15). Dessa forma podemos adiantar que a maior parte da cultura, ou a sua quase totalidade, será bancada pelo capital do Estado, sendo diminuta a participação do capital próprio do fazendeiro.

No entanto, o processo de renovação e de implantação de cafezais em áreas novas não decorreu tranquilamente, e o governo teve de colocar em ação diversos planos para alcançar seus objetivos de recolocar o parque cafeeiro novamente em condições de produção estáveis. No primeiro plano, 69-70, de uma previsão de plantio de 500 milhões de cafeeiros, caiu-se para cerca de 50 milhões. Nos anos subsequentes o governo lançou outros 2 planos, ampliando as linhas de financiamento para formação de mudas, aquisição de fertilizantes, corretivos e defensivos, conseguindo-se o plantio de mais 200 milhões de cafeeiros. em 1972 -73, o IBC lançou o quarto plano, pretendendo aumento substancial de plantio e ampliando ainda mais as linhas de financiamento, que passaram a incluir também a aquisição de pulverizadores e tratores. Um resumo dessas fases podemos encontrar em documentação do IBC/GERCA:

"Em 1969/70 o Instituto Brasileiro do Café, coordenado com o Banco Central, Banco do Brasil e outros Agentes Financeiros, deu início à primeira etapa de estímulo ao plantio de cafezais, colocando à disposição dos cafeicultores recursos para plantio de 50 milhões de cafeeiros. No ano seguinte (1970-71), além da meta de plantio de 200 milhões de covas, foram introduzidas duas novas linhas de crédito para formação de 300 milhões de mudas e aplicação de 240 milhões de cruzeiros na aquisição de fertilizantes, corretivos e defensivos. Em 1971/72 foram incluídas também as podas em cafezais. Os resultados obtidos nessas 3 etapas consistiram na formação de 185 milhões de mudas, plantio de 258 milhões de cafeeiros e investimento de 221 milhões de cruzeiros, no financiamento de insumos.

(15) Cf. José Juliano de CARVALHO FILHO, Política Cafeeira do Brasil - Seus Instrumentos: 1961/1971, pp. 47-57.

No triênio 1972/73-1974/75 foi executado o Plano Trienal de Renovação e Revigoração de Cafezais, para atingir um plantio global de 600 milhões de cafeeiros. Foram conduzidas 6 linhas de crédito beneficiando as operações de formação de mudas, plantio, podas, adubação e controle fitossanitário. Como resultado, foram formadas 677 milhões de mudas, plantados 666 milhões de cafeeiros, podadas 15 milhões de árvores e aplicados Cr\$ 1,7 bilhão em insumos e Cr\$ 152 milhões em equipamentos"(16).

Dessa forma conseguiu-se recuperar o parque cafeeiro do país e ampliar a produção. O crescimento da cafeicultura pode ser assim delineado:

"A população cafeeira, analisada no período de 1961 a 1979, mostra 3 fases distintas de evolução. A primeira, até 1971, com uma redução de 1.754 milhões de cafeeiros representando um decréscimo de cerca de 43% em razão da erradicação e dos desestímulo à cultura. Em seguida, de 1971 a 1975, como resultado da execução do PRRC, houve um aumento de 618 milhões de cafeeiros (27%). Em 1975/76, voltou a cair ligeiramente em decorrência da geada de julho de 1975, retomando sua trajetória ascendente com as medidas postas em prática para recuperação das lavouras"(17).

Para melhor visualizarmos a situação da cafeicultura nacional ao final da década de 70, atentemos para os dados dos Quadros 4 e 5.

Pelo Quadro 4, por exemplo, percebemos que a política cafeeira conseguiu aumentar consideravelmente o número de cafeeiros no Brasil durante a década de 70. Além disso, nota-se que entre os estados maiores produtores, o crescimento maior ocorreu em Minas Gerais e que, no Paraná, ocorreu o processo inverso, de diminuição do número de cafeeiros. No Quadro 5, observamos que a produção de café também cresce, apesar da presença ameaçadora das geadas, principalmente aos cafezais do Paraná. Em 1975, com

(16) Resultados dos Planos de Renovação e Revigoração de Cafezais 1969/70 - 76/77, p. 2.

(17) MIC/IBC/GERCA, Cultura de Café no Brasil, p. 13.

a ocorrência de uma violenta geada, a produção em 1976 cairá de maneira dramática, recuperando-se parcialmente nos anos seguintes apesar das geadas repetirem-se novamente em 1979 e, mais recentemente, em 1981.

Quadro 4. Evolução da população cafeeira (em milhões de cafeeiros) nos estados maiores produtores, 1964-1980.

ANOS	PARANÁ	SAO PAULO	MINAS GERAIS	ESPÍRITO SANTO	CUTROS	TOTAL
1964	1.167	770	592	517	445	3.491
1965	995	750	566	473	415	3.199
1966	933	714	315	391	272	2.625
1967	846	690	349	305	130	2.320
1968	849	690	331	312	128	2.310
1969	838	690	332	316	128	2.304
1970	816	687	343	254	128	2.228
1971	834	700	360	248	129	2.271
1972	850	714	380	257	133	2.334
1973	904	780	474	291	191	2.640
1974	916	821	522	299	204	2.762
1975	876	838	549	294	204	2.761
1976	665	746	599	326	228	2.564
1977	764	895	818	331	252	3.060
1978	835	961	846	404	300	3.346
1979	732	969	869	450	320	3.340
1980	719	969	870	450	325	3.333

Fonte: MIC/IBC/GERCA, Cultura de Café no Brasil, p. 15; e Anuário Estatístico do Café 1980, p. 15.

Enfim, se a política cafeeira atravessou os anos 60 em constante luta contra o aumento de produção, perseguindo obstinadamente o decréscimo do parque cafeeiro do país, os anos 70 serão marcados exatamente pela atuação oposta: a da tentativa de

Quadro 5. Produção brasileira de café nos estados maiores produtores (em milhões de sacas de 60 kg), 1965/66-1980/81.

ANO SAFRA	PARANÁ	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	ESPÍRITO SANTO	OUTROS	TOTAL
1965/66	20,4	11,2	2,9	1,9	0,6	37,0
1966/67	7,7	6,2	2,8	1,6	0,5	18,8
1967/68	12,9	8,5	2,0	0,7	0,4	24,5
1968/69	8,3	4,6	1,9	1,6	0,6	17,0
1969/70	12,3	6,1	1,3	0,5	0,4	20,6
1970/71	1,6	4,4	3,0	1,6	0,4	11,0
1971/72	12,8	9,8	1,3	0,4	0,3	24,6
1972/73	9,7	9,4	3,7	1,2	0,5	24,5
1973/74	4,1	7,0	2,0	0,8	0,4	14,3
1974/75	11,5	9,8	4,9	1,4	0,5	28,1
1975/76	11,7	7,0	2,0	1,0	0,5	22,2
1976/77	0,0	1,9	2,3	1,5	0,3	6,0
1977/78	1,8	7,6	4,9	1,2	0,6	16,1
1978/79	4,6	9,3	4,3	2,3	0,5	20,0
1979/80	2,0	8,4	7,9	2,7	0,6	21,6
1980/81	3,0	7,0	3,4	3,1	0,9	17,4

Fonte: MIC/IBC/GERCA, Cultura de Café no Brasil, p. 17; e Anuário Estatístico do Café 1980, p. 15.

recompor o parque cafeeiro, aumentar a produtividade e a produção. Para isso serão canalizados recursos a juros subsidiados que permitirão aos empresários do setor não apenas recuperar o potencial de produção perdido, mas recuperá-lo em moldes modernos, uma vez que as culturas renovadas ou aquelas implantadas em áreas novas, o foram com a utilização de máquinas, equipamentos, corretivos, fertilizantes, defensivos, sementes e mudas selecionadas, análise prévia da localização da área (mapeamento), permitindo a formação de cafezais com produtividade ascendente.

Mas essa lavoura também, apesar de contar com um maior privilegiamento em relação a recursos e atenções, padece de problemas semelhantes, embora em menor grau, aos do restante da agricultura brasileira: continua dependendo, para operações de investimento, dos créditos governamentais. Da mesma forma, depende dos empréstimos subsidiados para as operações de custeio e comercialização, configurando, também aqui, uma dependência às decisões da política agrícola governamental para o conjunto da agricultura. No entanto, apesar da situação de afogo financeiro por que passaram as contas nacionais durante boa parte da década, não se permitiu que faltassem recursos para o desenvolvimento do setor ao ponto de ameaçar o alcance das metas de equilibrar a produção. A necessidade de divisas externas, nesse sentido, interferiu na definição da política a ser implementada na cafeicultura, e permitiu o seu crescimento durante o correr da década. Não apenas recuperando antigas áreas produtoras mas também dinamizando o plantio em áreas novas, situadas em diversos pontos do país, com solos, clima, distância, etc, bastante diferenciados das áreas produtoras tradicionais.

Julgamos agora poder passar à análise do desenvolvimento da cafeicultura no município de Araguari (MG), procurando demonstrar através de dados, aspectos da política econômica em geral e da política cafeicultora em particular. Fica claro que não pretendemos, pela utilização da análise da evolução de uma única cultura - incluída no rol dos ramos privilegiados do projeto agrícola governamental, portanto não representativa da realidade global do agro brasileiro -, checar e generalizar conclusões para todo o meio rural. Pretendemos tão somente avançar estudos que permitam uma maior compreensão dessa realidade.

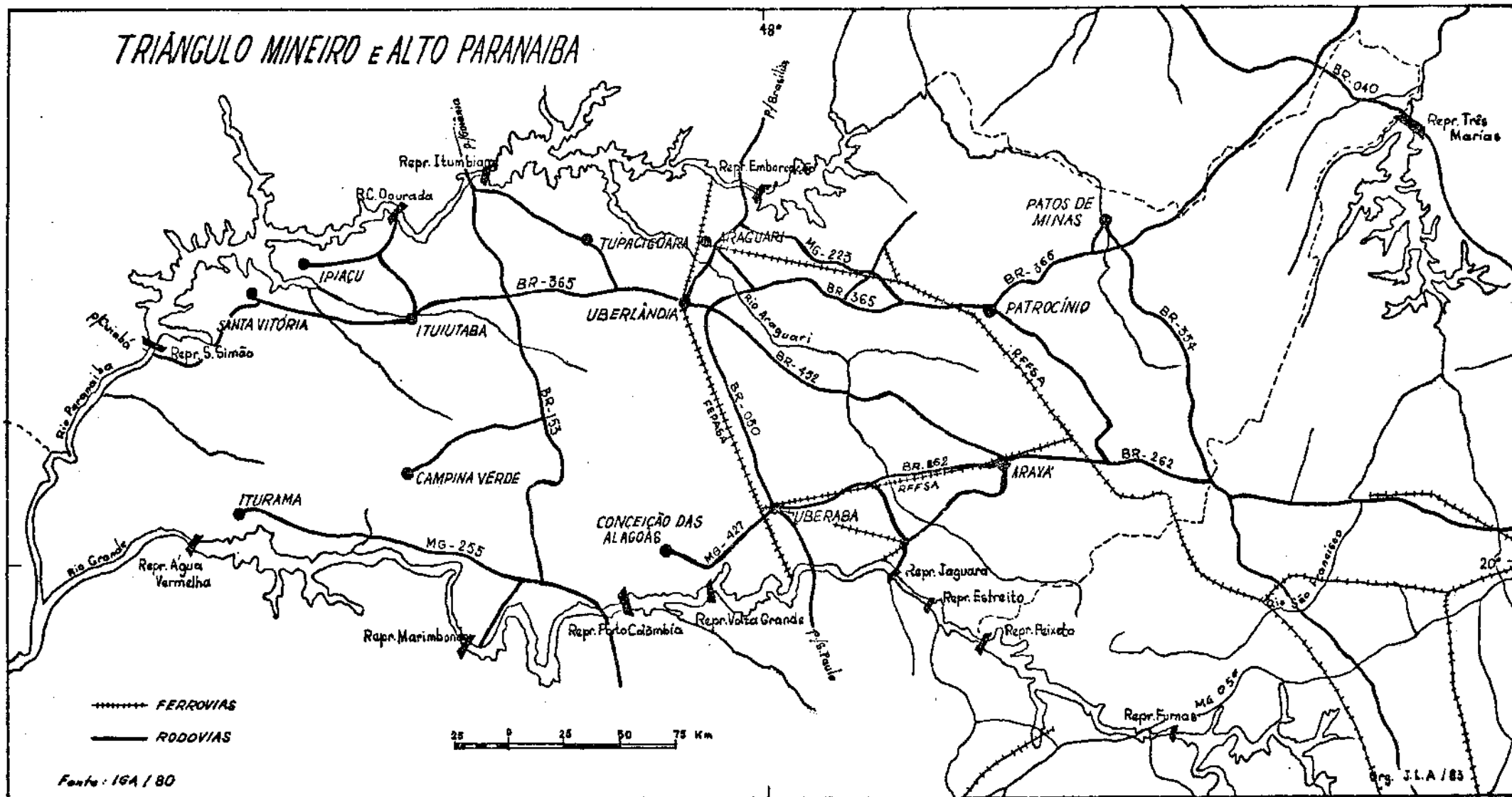
CAPÍTULO IV

A CAFEICULTURA EM ARAGUARI

O município de Araguari situa-se na região mineira conhecida tradicionalmente como Triângulo Mineiro, cujas cidades de maior destaque são Uberlândia (a 30 km) e Uberaba (a 140 km). A população do município, pelo Censo Demográfico de 1980, é de 73.302 habitantes, e a da cidade 38.440 habitantes. Os destaques de sua economia referem-se à agricultura, à indústria e à pecuária. Como os dois últimos não estão inseridos no rol de preocupações do presente trabalho, procuraremos ater-nos ao primeiro aspecto, e à cafeicultura no interior dele.

A região do Triângulo Mineiro, apesar de ter grande parte de suas terras enquadradas na categoria de cerrados, portanto pouco propícias (até pouco tempo) para a agricultura, apresenta grandes vantagens para o desenvolvimento dessa atividade, principalmente no que se refere à infra-estrutura de transportes: por ela passam diversas rodovias asfaltadas federais e estaduais, além de ferrovias, que permitem a ligação com São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia e Brasília, e cortam também em seu percurso outros importantes centros dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás, conforme podemos ver pela Figura 1. A malha rodoviária foi desenvolvida principalmente na década de 60, com a inauguração de Brasília, e teve continuidade nos anos 70 e, ainda hoje,

Figura 1.



diversas rodovias encontram-se em implantação. Além disso devemos lembrar também, por exemplo, que na década de 70 foi implementado o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste, PRODOESTE que, apesar de não atingir diretamente o Triângulo Mineiro, facilitou sobremaneira a ligação por rodovias asfaltadas de extensas áreas do Centro-Oeste à região triangulina: as rodovias Cristalina-Catalão e Rio Verde-Itumbiara no estado de Goiás ilustram essa situação e estão ligadas a esse Plano. Mais recentemente a região se privilegiou de outro grande projeto federal, o POLOCENTRO, que tem destacada importância para o desenvolvimento da agricultura do Triângulo Mineiro, pois, entre outras coisas, prevê a criação de usinas de calcário, corretivo básico para os terrenos de cerrado.

No começo da década de 70 o plantio de café incentivado pelo governo chega ao Triângulo Mineiro, dentro do Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC), implantado pela política cafeeira governamental visando recuperar o potencial produtivo da cafeicultura nacional. O PRRC atacou em duas frentes: nas antigas áreas produtoras, de onde o café havia sido erradicado e que contava com infra-estrutura para a cultura (1), e em áreas novas, procurando difundir o plantio por regiões até então fora do circuito de produção do café. Araguari, e o restante do Triângulo Mineiro, encontram-se neste segundo caso. E, dentro dessa região, diversos municípios desenvolverão a cafeicultura, destacando-se: Araguari e Monte Carmelo. Neles destaca-se a atuação do crédito como mecanismo impulsionador para o crescimento da cultura: os investimentos para a abertura das lavouras são bancados pelo Estado.

Em 1972 ocorre o primeiro plantio financiado de café em Araguari. Anteriormente a produção e o número de cafeeiros no

(1) Lucia Helena de O. GERARDI e Terezinha J. L. FERREIRA, "Retorno do Café às Antigas áreas Produtoras", em Boletim Geográfico 33 (242): 103-116.

município era insignificante, conforme podemos ver pela Tabela 1. Nela constatamos que a lavoura cafeeira em Araguari só tem expressão a partir de 1975, evidenciando a ascensão da implantação da cafeicultura no município. No entanto, conforme veremos adiante, o total de cafeeiros continuará crescendo.

Tabela 1. Colheita e efetivo das plantações de café no município de Araguari, MG, 1950-1975.

Araguari M.G.	Informantes	Colheita no Ano de			Efetivo das Plantações em		
		quantidade (t)	área (ha)	pés que produziram	pés em idade produtiva	Pés Novos	
						total	plantados em
1950	106	48	76	49.738	50.868	4.172	-
1960	79	12	13	11.223	12.382	20.759	-
1970	12	7	8	7.936	7.941	302	-
1975	105	186	186	291.258	349.258	4.854.496	2.719.816

Fonte: Censo Agropecuário de Minas Gerais.

Um relatório do IBC, datado de 1973, apresenta Araguari como o 6º município, em todo o Brasil, em volume de plantio e o terceiro em Minas Gerais (2).

No entanto, Araguari, de acordo com os Censos Agropecuários do IBGE, não pode ser considerado como região onde a agricultura tenha importância preponderante. Apenas para visualizarmos, apresentamos a Tabela 2, contendo informações de participação na área do município, entre lavouras e pastagens.

Por essa Tabela 2 podemos notar que o peso maior nas atividades rurais do município encontra-se do lado da pecuária. Ao lado disso observamos, também, um crescimento abrupto da área ocupada pelas lavouras permanentes: salta de 568 hectares em

(2) Resultados dos Planos de Renovação e Revigoramento de Cafezais 1969/70 - 76/77: plantios de café por municípios, pp. 21 e 22.

1970 para 4.488 hectares em 1975. Com os dados que apresentaremos adiante julgamos poder supor que grande parte desse total teve proveniência das lavouras de café plantadas a partir de 1972.

Tabela 2. Utilização das terras para lavouras e pastagens no município de Araguari, MG, 1950-1975.

Ara- guari M.G.	LAVOURAS				PASTAGENS			
	Permanentes		Temporárias		Naturais		Plantadas	
	infor- mantes	área (ha)	infor- mantes	área (ha)	infor- mantes	área (ha)	infor- mantes	área (ha)
1950	-	1.290	-	14.632	-	176.026	-	14.421
1960	237	777	925	17.081	1.043	164.256	502	33.756
1970	206	568	1.256	15.452	1.438	207.370	278	5.777
1975	269	4.488	1.242	17.473	1.251	146.619	700	38.052

Fonte: Censo Agropecuário de Minas Gerais.

Em observações anteriores apresentamos Araguari como uma região não apenas de exploração recente da cafeicultura, mas também com formas tradicionais de exploração do solo. Pretendemos, com as tabelas a seguir, apresentar indicadores do processo modernizante no município, consoante as propostas da política governamental.

Pela Tabela 3, vemos que na utilização de fertilizantes há um grande salto em apenas cinco anos, de 1970 a 1975. Interessante também é o surgimento em 1975 das práticas de conservação do solo e a utilização de defensivos, que não aparecem nos Censos anteriores. A Tabela 4 nos mostra o crescimento da utilização de tratores, arados e colhedadeiras em 1975. E a Tabela 5 apresenta o aumento do número de agricultores utilizando veículos em Araguari.

Todos os dados citados demonstram que o processo de modernização da agricultura em Araguari teve boa ou, no mínimo, razoável aceitação. No presente trabalho não nos compete a análise

Tabela 3. Uso de fertilizantes, defensivos e práticas de conservação do solo no município de Araguari, 1960-1975.

Ara- guari M.G.	ESTABELECIMENTOS INFORMANTES							
	FERTILIZANTES				DEFENSIVOS			Práticas de conser- vação do solo
	Adubos			Cal- cário	total	animal	vege- tal	
	total	quí- micos	orgâ- nicos					
1960	228	11	103	7	-	-	-	-
1970	425	229	134	18	-	-	-	-
1975	713	608	472	161	1.451	1.262	1.090	202

Fonte: Censo Agropecuário de Minas Gerais.

Tabela 4. Uso de máquinas e instrumentos agrícolas - tratores, arados e colhedeiras - em Araguari, M.G., 1950-1975.

Ara- guari M.G.	TRATORES		ARADOS						Colhe- deiras	
	infor- mantes	nú- mero	infor- mantes	Tração animal		Tração mecânica		infor- mantes	nú- mero	
				infor- mantes	nú- mero	infor- mantes	nú- mero			
1950	-	19	-	448	547	97	112	-	-	
1960	50	53	497	379	407	171	181	-	-	
1970	60	64	783	748	881	58	62	9	14	
1975	138	175	906	821	1.055	125	174	17	20	

Fonte: Censo Agropecuário de Minas Gerais.

dessa modernização a nível geral, já que nos propusemos tão somente a analisar a questão do crescimento da cafeicultura, que é também uma cultura que exige alto grau de modernização, conforme vimos no capítulo anterior, sendo que no próprio projeto para se conseguir o financiamento devem estar explícitas as condições da exploração, orientadas por agrônomo. No entanto julgamos que os dados da cafeicultura, apenas, não são suficientes para completar a análise da modernização no município. Podem servir, porém, para se oferecer uma visão do que ocorreu na região.

Tabela 5. Uso de veículos de tração mecânica e de tração animal em Araguari, MG, 1950-1975.

Ara- guari M.G.	VEÍCULOS DE								
	infor- mantes	TRAÇÃO MECÂNICA						TRAÇÃO ANIMAL	
		caminhões		camionetas, jipes, etc		reboques pa ra tração		infor- mantes	nú- mero
		infor- mantes	nú- mero	infor- mantes	nú- mero	infor- mantes	nú- mero		
1950	64	-	73	-	-	-	-	629	826
1960	188	120	122	73	74	-	-	495	549
1970	293	24	24	258	261	27	31	788	932
1975	1.099	31	35	462	474	76	87	905	1.038

Fonte: Censo Agropecuário de Minas Gerais.

Mas procuremos ver como evolui a plantação e o crescimento das lavouras de café no município, a partir de 1972. A Tabela 6 pretende mostrar, em números, o fato de que a cafeicultura passa de 50.000 covas em 1972 para 13 milhões de covas em 1980.

Tabela 6. Evolução da cultura de café em Araguari, MG, 1972 a 1980.

ANO	Número de pro- priedades	Área total (ha)	Área plantada (ha)	%	Número de covas
1972	1	404	43	10,6	50.000
1973	45	9.134	1.124	12,3	1.478.568
1974	81	14.410	3.124	21,7	4.542.555
1975	95	15.858	3.769	23,8	5.581.629
1976	134	21.427	6.828	31,9	10.315.000
1977	144	24.239	8.566	35,3	13.115.235
1978	143	24.247	7.942	32,7	12.404.731
1979	138	22.700	8.163	36,0	12.790.036
1980	145	23.051	8.363	36,3	13.064.936

Fonte: Escritório do IBC de Araguari.

Através dos dados desta Tabela 6, podemos perceber que as lavouras crescem, de forma ininterrupta, até 1977, quando ultrapassam a barreira dos 13 milhões de covas para, então, sofrer uma queda em 1978. Em 1980 alcança novamente o patamar de 1977. Para compreendermos essa estabilização no crescimento da lavoura é necessário que voltemos ao parque cafeeiro nacional como um todo. Em 1976 o Brasil já contava com 2,5 bilhões de cafeeiros (2,7 bilhões em 1975) e atingiria os 3 bilhões em 1977 (3). Além disso a produção, apesar dos abalos ocasionados pela forte geada de 1975, atingira níveis suficientes para garantir o equilíbrio entre a demanda e a oferta de café do país (4). A partir desses pontos o IBC/GERCA reestruturou o PRRC e diminuiu os incentivos ao plantio de café, especialmente com a retirada dos créditos para investimento nesse setor. Nesse momento Araguari passou a ser considerada região de cafeicultura já implantada e não mais área pioneira, cessando a entrada de recursos subsidiados e, inclusive, teve seu nome eliminado nos Planos de Renovação e Revigoração das listas de áreas selecionadas para plantio (no Plano de 1977 desaparece). Nesse período, nos objetivos do IBC, encontramos:

"Para o ano agrícola 1977/78 foi projetada uma meta de 150 milhões de cafeeiros (covas), uma pequena cota, a ser utilizada prioritariamente em áreas pouco exploradas, sem muitas opções agrícolas, onde a cultura do café promoverá o desenvolvimento e melhoria do bem estar social nas regiões beneficiadas"(5).

E, dessa forma, para Minas Gerais e Goiás (não aparece a discriminação de um e outro) foram distribuídas apenas 20 milhões de covas "para desenvolver programas de interesse regional".

(3) Cf. Quadro 4, neste trabalho, p. 94.

(4) Cf. Quadro 5, neste trabalho, p. 95.

(5) MIC/IBC/GERCA, Plano de Renovação e Revigoração de cafezais 1977/78, p. 7.

Dentro de nossa linha de análise, viemos considerando que o que propulsiona a agricultura, em sua fase atual, é o crédito subsidiado. Sem ele não há produção ou, pelo menos, produção suficiente, nos níveis que a sociedade como um todo reclama. Os números da cafeicultura de Araguari parecem corroborar essa observação: quando cessa o financiamento a lavoura de café deixa de crescer.

Alguém poderia alertar que, apesar de os financiamentos haverem sido fechados em 76, a lavoura cresce bastante em 1977. Ocorre que, mesmo com as torneiras do crédito fechadas, continua havendo plantio financiado em razão de contratos firmados anteriormente. Dessa forma teremos plantios financiados até 1979 e, ainda em grande escala, em 1977. Para melhor entendermos o crescimento da lavoura cafeeira em Araguari, atentemos para a Tabela 7, onde mostramos a evolução da parte desenvolvida com financiamentos e daquela com recursos próprios.

Tabela 7. Evolução da área plantada e do número de covas na cafeicultura de Araguari, 1972 a 1980.

ANO	ÁREA PLANTADA (ha)				NÚMERO DE COVAS			
	finan- ciada	%	recursos próprios	%	finan- ciadas	%	recursos próprios	%
1972	43	100,0	-	-	50.000	100,0	-	-
1973	1.078	95,9	46	4,1	1.413.218	95,6	65.350	4,4
1974	2.992	95,8	132	4,2	4.337.785	95,5	204.770	4,5
1975	3.570	94,7	199	5,3	5.273.535	94,5	308.094	5,5
1976	6.370	93,3	458	6,7	9.592.686	93,0	722.314	7,0
1977	7.449	87,0	1.117	13,0	11.104.188	84,7	2.011.043	15,3
1978	6.791	85,5	1.151	14,5	10.317.188	83,2	2.087.543	16,8
1979	6.737	82,5	1.426	17,5	10.238.393	80,0	2.551.643	20,0
1980	6.548	78,3	1.815	21,7	9.955.293	76,2	3.109.643	23,8

Fonte: Escritório do IBC de Araguari.

Pela Tabela 7 percebemos que, em 1980, 78,3% da área plantada tinha origem financiada, contra 21,7% originada de recursos próprios. Da mesma forma, a população cafeeira, em sua maior parte, 76,2%, tem origem financiada. No entanto, tem decrescido a participação das lavouras financiadas, especialmente após 1976. E isso se dá não apenas pelo fechamento dos recursos creditícios, mas também em razão de um crescimento moderado dos plantios com recursos próprios e também pelo abandono e/ou erradicação da cultura, que tem atingido principalmente as lavouras financiadas. As razões desses abandonos e erradicações ligam-se às geadas, às pragas, etc, que tornam a lavoura inviável economicamente, ou à desistência da cultura por parte de alguns que desanimam frente às dificuldades inerentes à cafeicultura, como a necessidade de altos investimentos, mão-de-obra especializada (como a região não era tradicionalmente produtora ocorreram casos, até, de se buscar "bóias-frias" especializados em colheita, por exemplo, no Paraná) e a constante dança dos preços. É claro que é, também, mais fácil abandonar ou erradicar lavouras que foram plantadas com o dinheiro do contribuinte do que aquelas que o foram com dinheiro próprio.

O fato é que tem crescido a participação do capital próprio na cafeicultura araguarina, mas não a um nível de crescimento da cultura: o que ocorreu até o final do período estudado foi a recomposição dos números a que se chegara em 1977. Para visualizarmos melhor essa situação, vejamos as Tabelas 8 e 9, que mostram o total de plantio, por anos, e também o total de erradicações e abandonos no período.

Até este momento, com esta sucinta apresentação dos resultados da pesquisa, o que podemos destacar é: a) das covas plantadas em nove anos de cultivo, 14.699.831, 78,1% o foram através de recursos subsidiados e 21,9% por recursos próprios; b) dessas 14.699.831 covas, subsistem ainda, 13.064.936 covas, das quais 76,2% de origem financiada; c) os abandonos e erradica-

Tabela 8. Plantio de café em Araguari, 1972 a 1980.

ANO	Número de propriedades	ÁREA PLANTADA (ha)			NÚMERO DE COVAS		
		financiada	recursos próprios	total	financiadas	recursos próprios	total
1972	1	43	-	43	50.000	-	50.000
1973	45	1.078	46	1.124	1.413.218	65.350	1.478.568
1974	65	1.925	85	2.010	2.935.567	139.420	3.074.987
1975	33	646	67	713	1.005.750	103.324	1.109.074
1976	85	2.827	258	3.085	4.349.151	414.220	4.763.371
1977	45	1.104	659	1.763	1.547.752	1.288.729	2.836.481
1978	9	28	60	88	47.000	108.500	155.500
1979	21	83	274	357	138.000	464.100	602.100
1980	22	-	422	422	-	629.750	629.750
TOTAL		7.734	1.871	9.605	11.486.438	3.213.393	14.699.831

Fonte: Escritório do IBC de Araguari.

Tabela 9. Abandono e/ou erradicação de lavouras de café em Araguari, 1973 a 1980.

ANO	Número de propriedades	Área abandonada e/ou erradicada (ha)			Número de covas abandonadas e/ou erradicadas		
		financiada	recursos próprios	total	financiadas	recursos próprios	total
1973	1	43	-	43	50.000	-	50.000
1974	1	10	-	10	11.000	-	11.000
1975	3	68	-	68	70.000	-	70.000
1976	1	26	-	26	30.000	-	30.000
1977	4	25	-	25	36.250	-	36.250
1978	9	687	25	712	834.000	32.000	866.000
1979	11	137	-	137	216.795	-	216.795
1980	15	189	33	222	283.100	71.750	354.850
TOTAL		1.185	58	1.243	1.531.145	103.750	1.634.895

Fonte: Escritório do IBC de Araguari.

ções, que correspondem a 11,2% do total plantado, efetuam-se em sua quase totalidade sobre as lavouras de origem financiada: 93,7% do total abandonado e/ou erradicado; d) além das observações anteriores sobre o número de cafeeiros e que são válidas igualmente para a área plantada, observa-se também um crescente aumento da participação da área ocupada com café no conjunto das propriedades, havendo um avanço constante da área plantada sobre a área total das propriedades de, por exemplo, 12,3% em 1973, 23,8% em 1975, e de 36,3% em 1980 (Tabela 6), o que pode representar, apesar de todos os percalços da cafeicultura, que a atividade tem se apresentado atraente para os agricultores de Araguari que investiram no setor.

Passaremos a analisar, agora, os dados a partir de outros dois ângulos diferentes. Até aqui estivemos observando apenas os aspectos de plantio e crescimento da cultura, sob o ângulo da preeminência do crédito rural para o conjunto das propriedades da cafeicultura. É necessário que se veja também a estrutura agrária da cafeicultura no município de Araguari, para que possamos observar se existe discriminação em termos de extensão de propriedades, conforme foi alertado no capítulo sobre a política agrícola governamental e que demonstrava o favorecimento aos grandes e médios produtores. Mas para se estabelecer a estrutura fundiária das lavouras de café, a extensão da propriedade apenas não é critério suficiente, uma vez que, em razão da magnitude do investimento feito na lavoura cafeeira, uma propriedade considerada média do ponto de vista da extensão, pode ser considerada grande em razão do volume de plantio efetivado na propriedade.

Por isso procuraremos fazer a análise a partir desses dois ângulos: da extensão das terras e da extensão das lavouras. Para a extensão das terras utilizaremos o critério usado por Elza Coelho de Souza Keller, ao proceder à análise da estrutura agrária da região sudeste:

"Os estabelecimentos foram classificados em cinco estratos definidos pelos seguintes limites de classes: 0-10-100-1.000-10.000 (não foi estabelecido limite superior para o quinto estrato"(6).

Julgamos poder utilizar essa mesma metodologia para o município de Araguari, uma vez que o mesmo situa-se, geograficamente, na região Sudeste. Não desconhecemos, porém, com a aceitação desses limites, que os mesmos podem não ser representativos para diversas áreas dentro da referida região, em razão de características específicas que ocorrem em pontos determinados. No entanto, julgamo-lo suficiente para o presente estudo, e procuraremos denominar assim aos grupos de área: 0 a 10 ha, muito pequenas propriedades; 10 a 100 ha, pequenas propriedades; 100 a 1.000 ha, médias propriedades; 1.000 a 10.000 ha, grandes propriedades; e ao estrato acima de 10.000 ha, que não está presente em Araguari, chamaríamos muito grandes propriedades.

Quanto ao segundo aspecto, a extensão das lavouras, encontramos também obstáculos semelhantes aos apontados acima para a sua determinação: o que é uma grande propriedade em termos de extensão da lavoura numa região, pode não o ser em outra. No entanto, precisamos de um critério, e o fomos buscar em um trabalho desenvolvido pelo IBC/GERCA onde, ao analisar a cafeicultura nacional, estabelece que, de um modo geral:

"... pode-se classificar as propriedades cafeeiras segundo sua exploração em: pequenas propriedades cafeeiras - possuindo até 20.000 covas/propriedade; propriedades médias- de 20.000 a 100.000 covas/propriedade; propriedades grandes - com + de 100.000 covas/propriedade"(7).

Com esses dois instrumentos procuraremos analisar a estrutura fundiária, e talvez pudéssemos dizer, até, econômica,

(6) "Atividade Agrária", em FUNDAÇÃO IBGE, Geografia do Brasil: Região Sudeste, v. 3, p. 390.

(7) Cultura de Café no Brasil, p. 464.

Tabela 10. Estratificação por área total em Minas Gerais, em Araguari e na Cafeicultura de Araguari, 1975.

Grupos de Área (ha)	Número de Estabelecimentos			%			Área dos Estabelecimentos (ha)			%		
	M. Gerais	Ara-quari	Cafeicultura	M. Gerais	Ara-quari	Cafeicultura	Minas Gerais	Ara-quari	Cafeicultura	M. Gerais	Ara-quari	Cafeicultura
Até 10	129.826	149	1	28,1	10,1	1,1	655.609	854	5	1,5	0,4	0,0
10-100	244.226	708	48	52,8	47,8	50,5	9.093.702	35.539	2.539	20,4	14,3	16,0
100-1.000	83.196	593	45	18,0	40,1	47,3	21.849.146	162.352	11.219	48,9	66,3	70,8
1.000-10.000	5.357	30	1	1,1	2,0	1,1	11.074.638	46.541	2.095	24,8	19,1	13,2
10.000 e +	95	-	-	0,0	-	-	1.950.238	-	-	4,4	-	-
TOTAL	462.700	1.480	95	100,0	100,0	100,0	44.623.333	244.786	15.858	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropecuário de Minas Gerais, 1975; e Escritório do IBC de Araguari.

das propriedades cafeicultoras de Araguari. Iniciaremos com a estrutura agrária, por grupos de área. E, para termos uma idéia comparativa entre as estruturas agrárias de Minas Gerais, Araguari e das propriedades cafeicultoras de Araguari, construímos a Tabela 10.

Pela Tabela 10 podemos notar que, tanto em Minas Gerais, em Araguari, como na cafeicultura araguarina, a maioria dos estabelecimentos está situada na faixa de 10 a 100 ha. As variações que ocorrem entre os três referem-se principalmente ao número de estabelecimentos com menos de 10 ha e os entre 100 e 1.000 ha: na cafeicultura araguarina a quase totalidade das propriedades estava situada, em 1975, nas faixas de 10 a 100 e de 100 a 1.000 ha. Já com relação à área dos estabelecimentos, vemos o destaque das propriedades de 100 a 1.000 ha ocupando 70,8% da área total da cafeicultura. Mas procuremos ver como evolui a estrutura fundiária da cafeicultura durante o correr da década, a partir das Tabelas 11 e 12.

Tabela 11. Número de propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de área, 1972 a 1980.

ANO	Total de propriedades	Menos de 10 ha		10-100 ha		100-1.000 ha		1.000-10.000	
		nº de propriedades	%	nº de propriedades	%	nº de propriedades	%	nº de propriedades	%
1972	1	-	-	-	-	1	100,0	-	-
1973	45	-	-	22	48,9	22	48,9	1	2,2
1974	81	1	1,2	41	50,7	38	46,9	1	1,2
1975	95	1	1,1	48	50,5	45	47,3	1	1,1
1976	134	3	2,2	68	50,8	62	46,2	1	0,8
1977	144	3	2,1	71	49,3	69	47,9	1	0,7
1978	143	3	2,0	70	49,0	69	48,3	1	0,7
1979	138	3	2,2	70	50,7	64	46,4	1	0,7
1980	145	3	2,1	75	51,7	66	45,5	1	0,7

Fonte: Escritório do IBC de Araguari.

Tabela 12. Área total das propriedades cafeicultoras de Aragua-
ri, por grupos de área, 1972 a 1980.

ANO	Área total (ha)	Menos de 10 ha		10 a 100 ha		100 a 1.000 ha		1.000 a 10.000 ha	
		área (ha)	%	área (ha)	%	área (ha)	%	área (ha)	%
1972	404	-	-	-	-	404	100,0	-	-
1973	9.134	-	-	1.385	15,2	5.654	61,9	2.095	22,9
1974	14.410	5	0,0	2.208	15,3	10.102	70,1	2.095	14,6
1975	15.858	5	0,0	2.539	16,0	11.219	70,8	2.095	13,2
1976	21.427	17	0,1	3.701	17,3	15.614	72,8	2.095	9,8
1977	24.239	17	0,1	3.892	16,1	18.235	75,2	2.095	8,6
1978	24.247	17	0,1	3.900	16,1	18.235	75,2	2.095	8,6
1979	22.700	17	0,1	3.847	16,9	16.741	73,8	2.095	9,2
1980	23.051	17	0,1	3.992	17,3	16.947	73,5	2.095	9,1

Fonte: Escritório do IBC de Aragua-ri.

Por estas Tabelas 11 e 12, observamos que a grande concentração de propriedades de café se encontra nas faixas de 10 a 100 ha, que se mantém em torno de 50% durante todo o período, e de 100 a 1.000 ha, que se mantém, no período estudado, em torno de 46% do total. No entanto, em termos de área, há uma concentração maciça nas propriedades de 100 a 1.000 ha, sempre acima de 70% da área total (salvo em 1973) durante toda a década de 70. As propriedades com menos de 10 ha têm uma participação insignificante no conjunto da cafeicultura, e as com mais de 1.000 ha, uma participação apenas discreta na área total, da ordem de 9%.

Pelas tabelas seguintes procuraremos ver como se distribuem, a partir dos grupos de área, a extensão da área plantada de café; dentro dessa área, a distribuição entre área plantada com recursos do crédito rural e próprios; o número de covas plantadas nestes grupos de área; e a procedência financiada ou de recursos próprios dessas mesmas covas.

Tabela 13. Área em cultivo das propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de área, 1972 a 1980.

ANO	Área total em cultivo	Menos de 10 ha		10 a 100 ha		100 a 1.000 ha		1.000 a 10.000 ha	
		área (ha)	%	área (ha)	%	área (ha)	%	área (ha)	%
1972	43	-	-	-	-	43	100,0	-	-
1973	1.124	-	-	341	30,3	770	68,5	13	1,2
1974	3.124	4	0,1	898	28,7	2.209	70,8	13	0,4
1975	3.769	4	0,1	1.155	30,7	2.567	68,1	43	1,1
1976	6.828	10	0,2	1.899	27,8	4.864	71,2	55	0,8
1977	8.566	10	0,1	2.003	23,4	6.482	75,7	71	0,8
1978	7.942	10	0,1	1.930	24,3	5.935	74,7	67	0,9
1979	8.163	10	0,1	1.994	24,4	6.094	74,7	65	0,8
1980	8.363	9	0,1	2.153	25,7	6.144	73,5	57	0,7

Fonte: Escritório do IBC de Araguari.

Tabela 14. Área em cultivo financiado das propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de área, 1972 a 1980.

ANO	Área em cultivo financiado	Menos de 10 ha		10 a 100 ha		100 a 1.000 ha		1.000 a 10.000 ha	
		área (ha)	%	área (ha)	%	área (ha)	%	área (ha)	%
1972	43	-	-	-	-	43	100,0	-	-
1973	1.078	-	-	299	27,7	766	71,1	13	1,2
1974	2.992	4	0,1	809	27,1	2.166	72,4	13	0,4
1975	3.570	4	0,1	1.029	28,8	2.494	69,9	43	1,2
1976	6.370	9	0,1	1.674	26,3	4.632	72,7	55	0,9
1977	7.449	9	0,1	1.654	22,2	5.715	76,7	71	1,0
1978	6.791	9	0,1	1.564	23,0	5.151	75,9	67	1,0
1979	6.737	9	0,1	1.500	22,3	5.163	76,6	65	1,0
1980	6.548	9	0,1	1.461	22,3	5.021	76,7	57	0,9

Fonte: Escritório do IBC de Araguari.

Tabela 15. Área em cultivo com recursos próprios das propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de área, 1973 a 1980.

ANO	Área em cultivo com recursos próprios	Menos de 10 ha		10 a 100 ha		100 a 1.000 ha		1.000 a 10.000 ha	
		área (ha)	%	área (ha)	%	área (ha)	%	área (ha)	%
1973	46	-	-	42	91,3	4	8,7	-	-
1974	132	-	-	89	67,4	43	32,6	-	-
1975	199	-	-	126	63,3	73	36,7	-	-
1976	458	1	0,2	225	49,1	232	50,7	-	-
1977	1.117	1	0,1	349	31,2	767	66,7	-	-
1978	1.151	1	0,1	366	31,8	783	68,1	-	-
1979	1.426	1	0,1	494	34,6	931	65,3	-	-
1980	1.815	-	-	692	38,1	1.123	61,9	-	-

Fonte: Escritório do IBC de Araguari.

Pela Tabela 13, o que temos a observar é que as médias propriedades, entre 100 e 1.000 ha, acompanham percentualmente, durante o período a participação que têm na área total das propriedades. No entanto, as pequenas propriedades crescem cerca de 10 pontos percentuais em termos de área plantada com relação à proporção que ocupam em relação à área total (Tabela 12). Em termos de área plantada, as grandes propriedades (apenas uma), acima de 1.000 ha, caem também cerca de 10% em relação à área total.

Na Tabela 14, o que destaca é o percentual de financiamentos abocanhados pelas médias propriedades: sempre acima de 70% do total, enquanto as pequenas respondem por um percentual pouco acima dos 20%. As muito pequenas propriedades e as grandes pouco ou nenhuma significação apresentam no conjunto. Se, antes, observávamos que a maior parte da lavoura tinha origem financiada, agora observamos que, dentro do total da área financiada, mais de três quartos situam-se entre as médias propriedades.

Com relação à área utilizada para o plantio com recursos próprios (Tabela 15), o que notamos é o seguinte: enquanto existe financiamento, até 1976, a maior parte deste tipo de plantio é efetuado pelas pequenas propriedades, quando o crédito é interrompido cresce a participação das médias propriedades. O plantio com recursos próprios está totalmente centralizado nestes dois grupos de área. Nas outras classes ele é praticamente inexistente: as muito pequenas propriedades não têm capital para bancá-lo e a única grande propriedade não tem grande significação no conjunto da cafeicultura araguarina e não plantou, no período estudado, um único pé de café com recursos próprios.

Procuremos ver, também, para completar a ilustração, como se distribuem as covas plantadas nos grupos de área, acompanhando a mesma ordem acima: número total de covas; covas em cultivo financiado; e covas em cultivo com recursos próprios.

Nestas Tabelas, 16, 17 e 18, o que temos a ressaltar é o seguinte: como foi observado com relação à área plantada, mais de dois terços das covas plantadas estão situadas nas propriedades entre 100 e 1.000 ha, e a proporção que essas propriedades ocupam em relação às covas financiadas é da ordem de 75%. Dessa forma, estas tabelas têm sentido apenas ilustrativo, uma vez que acompanham proporcionalmente, os percentuais apresentados na análise da área plantada. Isso se dá pela razão de que a quantidade de covas é sempre calculada pelo agrônomo no momento de preparação do projeto em função da área estipulada para plantio, a partir do espaçamento desejado. Pelo que se nota, os espaçamentos não têm variado muito entre as propriedades de Araguari ao ponto de motivarem uma variação significativa entre área e número de covas plantadas. Assim, tanto faz tomarmos as tabelas que trabalham com a área plantada como as que apresentam o número de covas plantadas, que teremos resultados semelhantes. No entanto, continuaremos apresentando as duas categorias, visando uma maior visualização da estrutura cafeeira de Araguari.

Tabela 16. Número de covas em cultivo pelas propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de área, 1972 a 1980.

ANO	Covas totais em cultivo	Menos de 10 ha		10 a 100 ha		100 a 1.000 ha		1.000 a 10.000 ha	
		nº de covas	%	nº de covas	%	nº de covas	%	nº de covas	%
1972	50.000	-	-	-	-	50.000	100,0	-	-
1973	1.478.568	-	-	458.118	31,0	1.005.450	68,0	15.000	1,0
1974	4.542.555	6.630	0,2	1.350.868	29,7	3.170.057	69,8	15.000	0,3
1975	5.581.629	6.630	0,1	1.750.792	31,4	3.759.207	67,3	65.000	1,2
1976	10.315.000	16.680	0,2	2.968.992	28,8	7.244.328	70,2	85.000	0,8
1977	13.115.231	16.680	0,1	3.178.992	24,2	9.808.059	74,8	111.500	0,8
1978	12.404.731	16.680	0,1	3.080.492	24,8	9.200.059	74,2	107.500	0,9
1979	12.790.036	16.680	0,1	3.196.024	25,0	9.472.332	74,1	105.500	0,8
1980	13.064.936	15.430	0,1	3.425.774	26,2	9.532.232	73,0	91.500	0,7

Fonte: Escritório do IBC de Araguari.

Tabela 17. Número de covas em cultivo financiado pelas propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de área, 1972 a 1980.

ANO	Covas em cultivo financiado	Menos de 10 ha		10 a 100 ha		100 a 1.000 ha		1.000 a 10.000 ha	
		nº de covas	%	nº de covas	%	nº de covas	%	nº de covas	%
1972	50.000	-	-	-	-	50.000	100,0	-	-
1973	1.413.218	-	-	399.218	28,2	999.000	70,7	15.000	1,1
1974	4.337.785	6.630	0,1	1.213.148	28,0	3.103.007	71,6	15.000	0,3
1975	5.273.535	6.630	0,1	1.554.148	29,5	3.647.757	69,2	65.000	1,2
1976	9.592.686	15.430	0,1	2.597.698	27,1	6.894.558	71,9	85.000	0,9
1977	11.104.188	15.430	0,1	2.572.698	23,2	8.404.560	75,7	111.500	1,0
1978	10.317.188	15.430	0,2	2.442.698	23,7	7.751.560	75,1	107.500	1,0
1979	10.238.393	15.430	0,2	2.343.130	22,9	7.774.833	75,9	105.000	1,0
1980	9.955.293	15.430	0,2	2.280.130	22,9	7.568.233	76,0	91.500	0,9

Fonte: Escritório do IBC de Araguari.

Tabela 18. Número de covas em cultivo com recursos próprios pelas propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de área, 1973 a 1980.

ANO	Covas em cultivo com recursos próprios	Menos de 10 ha		10 a 100 ha		100 a 1.000 ha		1.000 a 10.000 ha	
		nº de covas	%	nº de covas	%	nº de covas	%	nº de covas	%
1973	65.350	-	-	58.900	90,0	6.450	10,0	-	-
1974	204.770	-	-	137.720	67,1	67.050	32,9	-	-
1975	308.894	-	-	196.644	63,8	111.450	36,2	-	-
1976	722.314	1.250	0,2	371.294	51,4	349.770	48,4	-	-
1977	2.011.043	1.250	0,1	606.294	30,1	1.403.499	69,8	-	-
1978	2.087.543	1.250	0,1	637.794	30,5	1.448.499	69,4	-	-
1979	2.551.643	1.250	0,1	852.894	33,4	1.697.499	66,5	-	-
1980	3.109.643	-	-	1.145.644	36,8	1.963.999	63,2	-	-

Fonte: Escritório do IBC de Araguari.

Passaremos, agora, a analisar a estrutura do parque cafeeiro de Araguari a partir do segundo critério que havíamos definido anteriormente, o da classificação das propriedades em função da extensão da lavoura cafeeicultora. Queremos ver se, com isso, poderemos afirmar realmente que a cafeeicultura de Araguari está situada mesmo nas médias propriedades, conforme foi atestado na análise da estrutura por grupos de área, onde se constatou que a concentração maior está situada nas propriedades entre 100 e 1.000 ha, tanto em termos de área total como área plantada e número de covas, apesar de numericamente as pequenas propriedades ocuparem metade do total. A partir desses dois critérios, área e extensão da lavoura, julgamos poder especificar melhor a estrutura agrária da cafeeicultura de Araguari.

Tabela 19. Número de propriedades cafeeicultoras de Araguari, por grupos de extensão da lavoura, 1972 a 1980.

ANO	Total de propriedades	Menos de 20.000 covas		20.000 a 100.000 covas		Mais de 100.000 covas	
		propriedades	%	propriedades	%	propriedades	%
1972	1	-	-	1	100,0	-	-
1973	45	17	37,8	25	55,5	3	6,7
1974	81	27	33,3	43	53,1	11	13,6
1975	95	25	26,3	57	60,0	13	13,7
1976	134	27	20,2	74	55,2	33	24,6
1977	144	26	18,0	77	53,5	41	28,5
1978	143	32	22,4	71	49,6	40	28,0
1979	138	27	19,6	70	50,7	41	29,7
1980	145	27	18,6	78	53,8	30	27,6

Fonte: Escritório do IBC de Araguari.

Tabela 20. Área das propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de extensão da lavoura, 1972 a 1980.

ANO	Área total (ha)	Menos de 20.000 covas		20.000 a 100.000 covas		mais de 100.000 covas	
		área (ha)	%	área (ha)	%	área (ha)	%
1972	404	-	-	404	100,0	-	-
1973	9.134	3.966	43,4	3.573	39,1	1.595	17,5
1974	14.410	5.202	36,1	5.340	37,1	3.868	26,8
1975	15.858	2.744	17,3	8.713	54,9	4.401	27,8
1976	21.427	1.971	9,2	10.671	49,8	8.785	41,0
1977	24.239	2.111	8,7	9.183	37,9	12.945	53,4
1978	24.247	3.766	15,5	8.504	35,1	11.977	49,4
1979	22.700	2.208	9,7	8.433	37,2	12.059	53,1
1980	23.051	2.130	9,3	10.981	47,6	9.940	43,1

Fonte: Escritório do IBC de Araguari.

Tabela 21. Área em cultivo das propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de extensão da lavoura, 1972 a 1980.

ANO	Área total em cultivo	Menos de 20.000 covas		20.000 a 100.000 covas		mais de 100.000 covas	
		área (ha)	%	área (ha)	%	área (ha)	%
1972	43	-	-	43	100,0	-	-
1973	1.124	131	11,7	704	62,7	288	25,6
1974	3.124	187	6,0	1.531	49,0	1.406	45,0
1975	3.769	145	3,8	1.967	52,2	1.657	44,0
1976	6.828	155	2,3	2.653	38,8	4.020	58,9
1977	8.566	150	1,8	2.675	31,2	5.741	67,0
1978	7.942	152	1,9	2.404	30,3	5.386	67,8
1979	8.163	123	1,5	2.438	29,9	5.602	68,6
1980	8.363	130	1,5	2.658	31,8	5.575	66,7

Fonte: Escritório do IBC de Araguari.

Tabela 22. Área em cultivo financiado das propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de extensão da lavoura, 1972 a 1980.

ANO	Área em cultivo financiado	Menos de 20.000 covas		20.000 a 100.000 covas		Mais de 100.000 covas	
		área (ha)	%	área (ha)	%	área (ha)	%
1972	43	-	-	43	100,0	-	-
1973	1.078	125	11,6	666	61,8	287	26,6
1974	2.992	176	5,9	1.437	48,0	1.379	46,1
1975	3.570	131	3,7	1.828	51,2	1.611	45,1
1976	6.370	114	1,8	2.426	38,1	3.830	60,1
1977	7.449	93	1,3	2.252	30,2	5.104	68,5
1978	6.791	94	1,4	1.997	29,4	4.700	69,2
1979	6.737	61	0,9	1.924	28,6	4.751	70,5
1980	6.548	45	0,7	1.882	28,7	4.621	70,6

Fonte: Escritório do IBC de Araguari.

Tabela 23. Área em cultivo com recursos próprios das propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de extensão da lavoura, 1973 a 1980.

ANO	Área em cultivo com recursos próprios	Menos de 20.000 covas		20.000 a 100.000 covas		Mais de 100.000 covas	
		área (ha)	%	área (ha)	%	área (ha)	%
1973	46	6	13,0	39	84,8	1	2,2
1974	132	11	8,3	94	71,2	27	20,4
1975	199	14	7,0	139	69,9	46	23,1
1976	458	41	8,9	227	49,6	190	41,5
1977	1.117	57	5,1	424	38,0	636	56,9
1978	1.151	58	5,0	407	35,4	686	59,6
1979	1.426	62	4,4	515	36,1	849	59,5
1980	1.815	85	4,7	775	42,7	954	52,6

Fonte: Escritório do IBC de Araguari.

Tabela 24. Número de covas em cultivo das propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de extensão da lavoura, 1972 a 1980.

ANO	Número de covas em cultivo	Menos de 20.000 covas		20.000 a 100.000 covas		mais de 100.000 covas	
		nº de covas	%	nº de covas	%	nº de covas	%
1972	50.000	-	-	50.000	100,0	-	-
1973	1.478.568	175.618	11,9	902.950	61,0	400.000	27,1
1974	4.542.555	270.248	5,9	2.161.350	47,6	2.110.957	46,5
1975	5.581.629	222.648	4,0	2.853.274	51,1	2.505.707	44,9
1976	10.315.000	237.898	2,3	3.985.487	38,6	6.091.615	59,1
1977	13.115.231	231.198	1,8	3.983.687	30,4	8.900.346	67,8
1978	12.404.731	235.198	1,9	3.653.187	29,4	8.516.346	68,7
1979	12.790.036	190.780	1,5	3.700.137	28,9	8.899.119	69,6
1980	13.064.936	196.030	1,5	4.063.387	31,1	8.805.519	67,4

Fonte: Escritório do IBC de Araguari.

Tabela 25. Número de covas em cultivo financiado das propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de extensão da lavoura, 1972 a 1980.

ANO	Covas financiadas em cultivo	Menos de 20.000 covas		20.000 a 100.000 covas		Mais de 100.000 covas	
		nº de covas	%	nº de covas	%	nº de covas	%
1972	50.000	-	-	50.000	100,0	-	-
1973	1.413.218	165.718	11,7	849.500	60,1	398.000	28,2
1974	4.337.785	255.148	5,9	2.013.680	46,4	2.068.957	47,7
1975	5.273.535	205.148	3,9	2.634.680	50,0	2.433.707	46,1
1976	9.592.686	178.198	1,9	3.609.393	37,6	5.805.095	60,5
1977	11.104.188	152.698	1,4	3.308.393	29,8	7.643.097	68,8
1978	10.317.188	152.698	1,5	2.995.393	29,0	7.169.097	69,5
1979	10.238.393	104.680	1,0	2.869.343	28,0	7.264.370	71,0
1980	9.955.293	79.180	0,8	2.825.343	28,4	7.050.770	70,8

Fonte: Escritório do IBC de Araguari.

Tabela 26. Número de covas em cultivo com recursos próprios das propriedades cafeicultoras de Araguari, por grupos de extensão da lavoura, 1973 a 1980.

ANO	Covas em cultivo com recursos próprios	Menos de 20.000 covas		20.000 a 100.000 covas		Mais de 100.000 covas	
		nº de covas	%	nº de covas	%	nº de covas	%
1973	65.350	9.900	15,1	53.450	81,8	2.000	3,1
1974	204.770	15.100	7,3	147.670	72,1	42.000	20,6
1975	308.094	17.500	5,7	218.594	70,9	72.000	23,4
1976	722.314	59.700	8,2	376.094	52,1	286.520	39,7
1977	2.011.043	78.500	3,9	675.294	33,6	1.257.249	62,5
1978	2.087.543	82.500	3,9	657.794	31,5	1.347.249	64,6
1979	2.551.643	86.100	3,4	830.794	32,5	1.634.749	64,1
1980	3.109.643	116.850	3,8	1.238.044	39,8	1.754.749	56,4

Fonte: Escritório do IBC de Araguari.

Pela Tabela 19 constatamos que, durante todo o período estudado (salvo em 1978), a participação das médias propriedades cafeicultoras no conjunto do número total de propriedades, excede 50%, diferentemente da análise pela estrutura de grupos de área, que situava a maior parte das propriedades dentro do estrato de pequenas. Aqui, também, cresce a participação das grandes propriedades, acima de 20% em média, enquanto que a participação das pequenas propriedades permanece também na faixa dos 20%. Quanto à área total das propriedades, Tabela 20, notamos que há um certo equilíbrio na distribuição da área entre as médias e grandes propriedades, caindo a participação das pequenas.

No entanto, com relação à área plantada, Tabela 21, observamos um crescimento da participação das grandes propriedades, a partir de 1974, culminando no final do período com a concentração de cerca de dois terços da área plantada nas grandes propriedades. Esse crescimento progressivo das grandes lavouras deve-se, por um lado, à evolução de propriedades de outros estra

tos que, a partir de plantios sucessivos anualmente, evoluem de um grupo para outro, mais acima. E, por outro lado, pelos plantios efetuados pelas propriedades grandes que, contando com infra-estrutura e também maior renda, têm maiores condições de proceder ao crescimento das lavouras.

Com a Tabela 22 queremos demonstrar que as grandes propriedades cafeicultoras dominam a maior parte do crédito: 70% no final do período. Ou seja, em 1980, 70% dos plantios efetuados durante a década de 70 com recursos do crédito rural, encontram-se concentrados nas grandes propriedades. As médias propriedades estão beirando os 30% de participação e a quota das pequenas propriedades é insignificante. E pela Tabela 23 vemos que as grandes propriedades ocupam no final da década também a maior parte da área cultivada com recursos próprios. Mas essa preeminência ocorre a partir de 77, com o crédito de investimento fechado, e não atinge os níveis da parte financiada. Crescem, aqui, as participações das médias e das pequenas propriedades.

Com as Tabelas 24, 25 e 26, queremos apenas completar a ilustração, uma vez que os percentuais de participação acompanham próximos os percentuais referentes à área e que acabamos de apresentar.

Em suma, guardemos que, pelo segundo critério, o da extensão das lavouras, cresce bastante a importância das chamadas grandes propriedades. Apesar de não se colocarem em maioria absoluta em termos de número e área total das propriedades, monopolizam dois terços da área e das covas plantadas e do crédito. As médias propriedades exercem, contudo, um contrapeso importante, da ordem de 30% e, não nos esqueçamos que, em termos de grupos de área, o seu domínio é marcante, tanto em termos de área total, área plantada, financiamentos, como número de covas, perdendo para as pequenas propriedades apenas em número de propriedades que participam na cafeicultura. Dessa, forma, conjugando os dois critérios, podemos concluir que as grandes e médias propriedades predominam na cafeicultura araguarina.

Por fim, julgamos poder dizer que na cafeicultura do município estudado, no início da década de 80, subsistem e se projetam as grandes e médias propriedades, voltamos a repetir, entendidas aqui não apenas pelo critério de extensão da área total, mas também pelo da extensão das lavouras. Observamos também que a maior parte dos investimentos para o desenvolvimento da cafeicultura teve origem nos recursos subsidiados oferecidos pelo crédito rural: acima de dois terços do total de cafeeiros plantados têm origem financiada. Ao mesmo tempo, os dois estratos predominantes, médios e grandes, monopolizaram a quase totalidade do crédito que foi aplicado na cafeicultura de Araguari no período de 1972 a 1976. Observamos, ainda, que a cafeicultura araguarina, apesar de vários abandonos e erradicações posteriores a 1976, momento do fechamento do crédito para investimento, conseguiu recuperar nos anos subsequentes os níveis de seu auge em 1977, através de recursos próprios. No entanto, a cultura não cresceu mais, apenas manteve o potencial produtivo do município.

CONCLUSÃO

A partir dos dados do último capítulo, e do que foi exposto nos anteriores, julgamos poder desenvolver alguns referenciais a respeito do que foi estudado.

Pela constatação das transformações ocorridas em Araguari, município que apesar de não contar com passado de cultivo de café e nem estar situado no circuito tradicional da produção de café, transformou-se no curto período de uma década num dos municípios de grande concentração cafeicultora do país, podemos ter uma idéia do grau de transformação por que está passando a agricultura brasileira.

Essas transformações, conforme desenvolvemos no primeiro capítulo, representam a tentativa do Estado brasileiro de modificar a estrutura tradicional de exploração da agricultura, calcada em relações atrasadas de produção, que não permitem aumentar substancialmente a produção e a produtividade, aos níveis requeridos pelo estágio de desenvolvimento da economia nacional e das necessidades do setor não-agrário: embutidas nessas transformações estão grandes possibilidades de lucro e acumulação por parte do setor industrial, tendo em vista a modernização principalmente tecnológica da agricultura. No entanto, se efetuada em moldes tradicionais, essa modernização implicaria, de saída, num aumento dos preços dos produtos agrícolas, uma vez que a modernização implicaria em grande aporte de capital no setor, o qual requereria remuneração ao nível do lucro médio da economia (pelo

menos), significando queda da taxa de lucro e de acumulação no setor industrial, o que, nem de longe, passa pela idéia dos empresários do setor.

Seus objetivos são claros: a produção e a produtividade agrícola devem crescer para baratear os custos do setor urbano-industrial (mais lucros, portanto) e não para aumentá-los. Com esse crescimento, da forma que desejam, têm assegurado o abastecimento alimentar urbano a baixos preços, possibilitando compressão salarial; garantia de suprimento de matérias-primas para as indústrias de transformação de produtos agrários; maiores recursos em divisas externas, advindas de exportações agrícolas, que permitem dar continuidade ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial; e garante mercado para as máquinas, implementos, adubos, corretivos, inseticidas, etc, produtos de origem industrial.

Isto pelo lado do setor urbano-industrial. Porém, seria absurdo imaginar-se que seriam encontrados empresários na área agrícola dispostos a aceitarem desenvolver tal projeto: aplicar capital em uma atividade para que os lucros sejam acumulados por outrem. Na história do capitalismo não se encontram registros de suicídios econômicos dessa natureza.

Foi preciso, então, que se desenvolvessem na década de 70, mecanismos que permitissem a implementação de tal projeto de forma a não privilegiar exclusivamente uma das partes da economia, mas que oferecessem possibilidades de ganhos aos setores envolvidos. É claro que os ganhos não serão homogêneos e nem se pode esperar que tal aconteça numa sociedade de classes. Entretanto, os grupos que detêm o poder não podem simplesmente espoliar os grupos subordinados, mas devem propiciar-lhes fatias que, ainda que inferiores, lhes permitam a acumulação. Todos que participam do poder, seja de forma subordinada (como é o caso da agricultura) ou predominante (como a indústria) devem ganhar. E o setor agrário, que passa de uma situação de domínio para uma de

subordinação após 1930, requer essa sua parte dos ganhos no conjunto da sociedade: é um setor subordinado, mas não inativo e nulo politicamente.

Na solução desse impasse foi necessário que se recorresse à figura que representa o conjunto dos interesses das classes, o Estado. Esse aparelho, que enfeixa em si as contradições da sociedade que representa, no momento de dirimir os conflitos, distribui a cada classe de acordo com o seu peso específico, econômico e político, dentro da sociedade. O que, de partida, determina o seu caráter discriminatório e de privilegiamento de determinados setores, destacando qual classe detém realmente o aparelho do Estado. Dessa forma, não é de se esperar que a política de desenvolvimento da agricultura elaborada pelo Estado irá atender, em primeiro lugar, aos reclamos do setor, mas apenas secundariamente, já que essa é a sua posição no cenário econômico e político. Em primeiro lugar deverão ser atendidos os interesses do setor urbano-industrial. Consequentemente a acumulação na agricultura não terá o mesmo desempenho que na indústria, mas ocorrerá. Ainda que subordinada, ocorrerá.

Devemos entender, portanto, a política agrícola do Estado brasileiro como o resultado de conflitos de interesses de classes no interior da sociedade e que, o Estado, como representante da classe que detém o poder irá implementar de acordo principalmente com os objetivos dessa mesma classe. E dos resultados dessa política depende a continuidade da distribuição de forças entre as classes, as quais não pretendem, pelo menos, perder posições.

Para a garantia do alcance desses objetivos, o Estado, na figura do governo brasileiro, trabalhará na década de 70 principalmente com o crédito rural, como mecanismo de sustentação da política agrícola. Com ele pode-se segurar os preços dos produtos agrícolas e ao mesmo tempo incentivar a produção e, ainda, permitir a acumulação na agricultura sem mexer nos ganhos da in-

dústria. Aliás, permite-lhe aumento nos lucros uma vez que expande o mercado para a agroindústria. Sem falar nas exportações que aliviam os tropeços na condução da política econômica como um todo.

No entanto, se no conjunto da sociedade, a agricultura se encontra subordinada ao setor urbano-industrial, configurando conflito entre interesses de classe, no interior dessa mesma agricultura os conflitos também estão presentes, representados nas diferenças entre produtos, produtores, regiões, etc. Dessa forma, certas regiões, em especial o centro-sul, e certos produtores, os grandes e médios, contam com maior parcela de poder e, conseqüentemente, de maiores ganhos. Os quais se encontram representados principalmente na fatia que abocanham do crédito rural total endereçado ao setor. Os números que apresentamos demonstram que as regiões, os produtos e os produtores citados acima, monopolizam as maiores partes dos recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural. E privilegiam essas categorias justamente pelo peso que têm no conjunto da agricultura: por serem fortes setorialmente poderiam fazer oposição à política econômica como um todo. Dessa maneira garante-se a anuência, ainda que remunerada, desses grupos.

Entretanto, essa política apresentou diversos problemas de manutenção, entre os quais destacaremos dois: o custo do programa e a eficácia. Com relação ao custo, o que se tem notado, e o fizemos ver através de números, é que a agricultura tem requerido recursos crescentes anualmente para as atividades de investimento, custeio e comercialização, que não podem estacionar sob pena de inviabilizar o alcance dos objetivos que nortearam a política. Como a diferença dos custos do capital para a agricultura é bancada pelo Estado, isto implica em que este precisará recorrer sempre mais ao bolso do contribuinte, gerando descontentamento e afugentando votos; ou imprimir dinheiro e gerar infla-

ção. (Na realidade o governo brasileiro lançará mão, na década, dos dois mecanismos, mas não é isso que nos interessa no momento.) As diversas medidas tomadas recentemente para diminuir o impacto do capital necessário à agricultura contra os cofres públicos, têm apresentado resultados tímidos e não têm contido o crescimento dos gastos. Nessa linha estão as medidas discriminatórias contra os grandes e médios produtores forçando-os a aplicarem parte de seu capital próprio nas operações agrícolas. Além desses, os próprios bancos se encarregam de criar empecilhos próprios aos tomadores que, se não os afastam, pelo menos os irritam e lhes tiram parte da sua lucratividade, como a obrigatoriedade de saldos médios, compra de seguros, etc. A partir de 1982, com a entrada em cena do FMI, promete-se a elevação dos custos do dinheiro à agricultura, o que deverá funcionar como freio às tomadas de empréstimos, mas deverá ocasionar também diminuição da área plantada e da produção, colocando em cheque os objetivos da política agrícola como um todo pois, como já vimos, as circunstâncias atuais por que vem passando a agricultura, têm tornado os empresários do setor extremamente ariscos em aplicar suas reservas no setor agrícola.

O outro aspecto, a eficácia, refere-se à questão da utilização do dinheiro subsidiado e aos aumentos reais de produção e de produtividade que ocasionaram. No capítulo II, mostramos que o dinheiro nem sempre foi bem utilizado, pois em boa parte foi, na década de 70, aplicado em atividades extra-agrícolas. Da mesma forma, fizemos notar que, apesar do aumento do volume de capitais investidos na agricultura, e que provocou crescente endividamento dos fazendeiros, chegando a 80% o total de participação do crédito rural nas aplicações em operações agrícolas, a produtividade e a produção não cresceram no mesmo ritmo.

Esses e outros aspectos que já foram apresentados no segundo capítulo, são empecilhos que o Estado tem encontrado no

momento. Especialmente neste instante em que a economia se debate diante da impossibilidade de crescimento e pelas perspectivas de recessão continuada. Dessa situação de impasse econômico e político (se a economia vai mal os grupos que detêm o poder vêm balançar também as suas bases de sustentação) pode surgir uma nova ordem econômica e política que, dependendo da re-afirmação dos atuais grupos no poder, ou da sua substituição, requererá de qualquer forma reparos ou mudança de política para com o setor agrícola.

Deve ser enfatizado, também e novamente, a evidência de que essa política agrícola governamental, apesar de ter promovido a modernização de boa parte da agricultura na década de 70, atingiu muito mais os interesses do setor urbano-industrial, em especial o parque agroindustrial, que o agrícola. Grande parte da mais valia gerada na agricultura foi encaminhada para o setor não-agrário, não permitindo que a agricultura atinja níveis de acumulação sequer próximos aos da indústria.

Entendemos, porém, que com as transformações ocorridas no meio rural, tenha crescido um pouco o cacife político do setor. A industrialização da agricultura, com a aplicação de vultosos capitais em infra-estrutura de transportes, armazenamento, maquinaria, insumos, etc, transformou o setor numa área que, apesar de continuar subordinada, não pode ser descartada sem abalos para a economia. O capital em jogo é de tal magnitude que o Estado não pode mais afastá-la das preocupações no momento das decisões: decidir-se contra os interesses agrícolas implica em destruir boa parte dessa agricultura; e destruir esse parque agrícola e tentar reconstruí-lo posteriormente é trabalho que nenhum governo quererá bancar, se é que consiga terminar a primeira parte da tarefa.

Por fim, gostaríamos de lembrar que o que perpassa a política agrícola governamental durante os anos 70, e que é implementada, é a ideologia modernizante: a agricultura deve desen

volver-se, mas em moldes modernos, racionais, empresariais. O que equivale dizer: com máquinas, adubos, corretivos, defensivos, sementes selecionadas, trabalho assalariado, etc, atendendo principalmente aos interesses do setor não-agrário que vende e compra à agricultura, ganhando nos dois lados, e também atendendo à política econômica como um todo através do abastecimento, das exportações e da substituição do petróleo.

Com os dados do município de Araguari, pretendíamos de mostrar alguns aspectos dessa política agrícola na prática. Com a premência da escassez da produção cafeeira no final da década de 60, o governo se vê obrigado a promover rapidamente a recomposição do parque produtor da cafeicultura para fazer frente aos compromissos e garantir o fluxo de divisas via exportação do produto. Nesse afã lançará mão das antigas áreas produtoras, onde se incentivará o retorno à cultura de café, como também procederá a um mapeamento, através do IBC/GERCA, procurando delimitar áreas novas com possibilidades de exploração do café. Araguari situa-se neste segundo grupo.

Mas, seguindo a linha da política agrícola governamental, essa cultura deveria se enquadrar nas propostas de modernização estabelecidas, para se conseguir um parque cafeeiro de alta produtividade e um café de boa qualidade. E isso requer grande investimento, ainda mais que a cafeicultura exige certo tempo de maturação para que as árvores comecem a produzir, da ordem de 3 anos. Conforme já vimos, o crédito agrícola bancará os gastos, garantindo o plantio e a recuperação do potencial produtivo do país. E encontraremos aqui as mesmas discriminações apontadas antes com relação ao crédito agrícola em geral. Consultando os manuais do IBC/GERCA, para o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais, nos diversos anos do início da década de 70 até 1977, quando a cultura atinge a extensão desejada pelo IBC/GERCA, percebemos que os financiamentos para plantio de café, privilegiam marcadamente os principais estados produtores, Paraná, São Paulo

e Minas Gerais, apesar de se promover a difusão da cafeicultura pelos mais diferentes pontos do país.

Os números de Araguari atestam que a lavoura ali nasceu e cresceu sob os auspícios do crédito subsidiado. O plantio com recursos próprios é diminuto de início e só atinge uma certa expressão quando cessam os financiamentos. Mesmo assim não consegue promover o crescimento da cultura no município, conseguindo apenas a manutenção do potencial produtivo do município, recompondo o volume de área e número de covas plantadas que atingiram seu máximo em 1977.

Da mesma forma, constatamos que as grandes e médias propriedades, usando aqui não apenas o critério da extensão da área das propriedades, mas também o da extensão das lavouras, açambarcam em torno de 2 terços e mais do total dos financiamentos. A hegemonia dessas propriedades na cafeicultura araguarina configura-se também pela área total das propriedades e pela área em cultivo, demonstrando a concentração da cultura nessas propriedades.

Reconhecemos que muitos outros aspectos ainda deveriam ser levantados para a complementação das informações apresentadas aqui e maior análise prática da política governamental. Entretanto, em razão de dificuldades para o levantamento de dados e urgência para o encerramento da pesquisa, tendo em vista a elaboração de tese, esses aspectos foram promovidos a objeto de pesquisas posteriores. Entre eles destacamos: as relações de trabalho estabelecidas nas propriedades estudadas; o volume de capital investido em máquinas e benfeitorias; a produção e a produtividade; o estilo de administração; a evolução do uso de tecnologia na cafeicultura e no município, entre outros.

No entanto, no momento em que procedemos a essa seleção, não o fizemos apenas por conforto metodológico, mas também porque julgávamos já contar com dados suficientes que permitiam

a checagem das hipóteses que tínhamos em mente e com as quais pretendíamos completar o presente trabalho, e que fica evidenciado no correr da exposição.

Os demais aspectos demandarão novo aporte teórico e serão desenvolvidos a seu tempo.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Regis de Castro. "Brasil: a Economia do Capitalismo Selvagem", em KRISCHKE, Paulo J. (org.). Brasil: do "Milagre" à "Abertura". São Paulo, Cortez, 1982, pp. 121-150.
- AYER, Harry W. e SCHUH, G. Edward. "Taxas de Retorno Social e Outros Aspectos da Pesquisa Agrícola: o Caso da Pesquisa do Algodão em São Paulo, Brasil", em ARAÚJO, Paulo F. Cidade de e SCHUH, G. Edward (coord.). Desenvolvimento da Agricultura: Educação, Pesquisa e Assistência Técnica. V. 2, São Paulo, Fio neira, 1975, pp. 117-138.
- BRASIL. I Plano Nacional de Desenvolvimento (FND) - 1972/74. Brasília, Presidência da República, 1971.
- _____. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Brasília, Presidência da República, 1974.
- _____. Ministério da Agricultura. Contribuições do Setor Agrícola para o Desenvolvimento Nacional: 1974-1978. Brasília, Biblioteca Nacional de Agricultura, 1979.
- BRUIT, Héctor Hernán. "Essência e Aparência das Relações de Produção no Campo Brasileiro", em Economia e Desenvolvimento, São Paulo, Cortez, 1 (3): 123-146, junho 1982.

CAMPANHOLE, Adriano e CAMPANHOLE, Hilton L. (Org.). Legislação Agrária. 10 ed., São Paulo, Atlas, 1980.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de. "Estrutura das Aplicações de Crédito Rural no Brasil e em São Paulo", em Informações Econômicas, São Paulo, Instituto de Economia Agrícola, 11 (2): 29-43, fevereiro 1981.

_____ e GIMENES, Maria Tanajura Cruz. "Mudanças Recentes na Política de Crédito Rural", em Informações Econômicas, São Paulo, Instituto de Economia Agrícola, 10 (3): 17-25, março 1980.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. Política Cafeeira do Brasil - Seus Instrumentos: 1961/1971. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1976.

CASTRO, Antonio Barros de. "Agricultura e Desenvolvimento no Brasil", em _____. 7 Ensaaios Sobre a Economia Brasileira. 3 ed. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1977, pp. 79-146.

CRUZ, Paulo Davidoff. "Notas sobre o Endividamento Externo Brasileiro nos Anos Setenta", em BELLUZZO, Luis Gonzaga M. e COUTINHO, Renata (org.). Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaaios Sobre a Crise. V. 2, São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 59-106.

DELFIM NETTO, Antonio. "As Informações Sobre a Agricultura num Programa de Desenvolvimento Econômico", em _____. Problemas Econômicos da Agricultura Brasileira, São Paulo, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, Boletim nº 40, (s.d.), pp. 75-127.

_____. "Nota Sobre Alguns Aspectos do Problema Agrário", em _____. Problemas Econômicos da Agricultura Brasileira, São Paulo, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, Boletim nº 40, (s.d.), pp. 1-73.

DIAS, Guilherme Leite S. e SOARES, Paulo T. F. L. "Crédito Rural: Uma Nota Adicional", em Estudos Econômicos, São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 9 (2): 47-55, maio 1979.

_____. e LOPES, Mauro de Rezende (ed.). Seminário de Política Agrícola: Coletânea de Artigos Técnicos. Brasília, Comissão de Financiamento da Produção, 1982.

DIAS, Rubens Araujo. "Necessidade de Reformulação da Política Brasileira de Café", em Agricultura em São Paulo, São Paulo, Instituto de Economia Agrícola, 17 (11/12): 29-48, nov/dezembro 1970.

DUARTE, João Carlos e QUEDA, Oriowaldo. "Agricultura e Acumulação", em Debate e Crítica, São Paulo, Hucitec, nº 2, janeiro/junho 1974, pp. 90-97.

FURTADO, Celso. Dialética do Desenvolvimento. 2 ed., Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

_____. "A Estrutura Agrária no Subdesenvolvimento Brasileiro", em _____. Análise do Modelo Brasileiro. 4 ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.

_____. A Pré-Revolução Brasileira. 2 ed., Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.

GALLETTI, Aldous Albuquerque. "Crédito Rural no Brasil e Sua Conjugação com a Assistência Técnica", em Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 14 (5): 80-85, set/outubro 1974.

GERARDI, Lucia H. de Oliveira e FERREIRA, Terezinha J. L. "Retorno do Café às Antigas Áreas Produtoras", em Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, 33 (242): 103-116, setembro 1974.

GRAZIANO NETO, Francisco. "Capitalismo e Tecnologia no Campo: Notas Preliminares", em Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, v. 10, 1979, pp. 71-89.

_____. Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Moderna Agricultura. São Paulo, Brasiliense, 1982.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. 4 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. A Crise Agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

HOMEM DE MELO, Fernando B. "A Agricultura nos Anos 80: Perspectiva e Conflitos Entre Objetivos de Política", em Estudos Econômicos, São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 10(2): 57-101, maio-agosto 1980.

_____. "Objetivos Conflitantes da Política Agrícola", em Reforma Agrária, Campinas, Associação Brasileira de Reforma Agrária, 10 (4/5): 12-14, jul/ago/set/outubro 1980.

_____. "Política Comercial, Tecnologia e Preços de Alimentos no Brasil", em Estudos Econômicos, São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 11 (2): 123-142, julho 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ / GERCA. Racionalização da Cafeicultura Brasileira: Programa de Renovação. Rio de Janeiro, 1969.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agrícola - Minas Gerais - 1950. Série Regional, vol. XXI, Tomo 2, Rio de Janeiro, 1955.

_____. Censo Agrícola - Minas Gerais - 1960. Série Regional, v. II, Tomo IX, Rio de Janeiro, 1960.

- _____. Censo Agropecuário - Minas Gerais - 1970. Série Regional, v. II, Tomo XIV, Rio de Janeiro, 1975.
- _____. Censo Agropecuário - Minas Gerais - 1975. Série Regional, v. I, Tomo 14, Rio de Janeiro, 1979.
- _____. Anuário Estatístico do Brasil 1976. V. 37, Rio de Janeiro, 1976.
- JUNQUEIRA, José Ricardo C. M. "Política Agrícola e Agricultura", em Reforma Agrária, Campinas, Associação Brasileira de Reforma Agrária, 10 (4/5): 4-11, jul/ago/set/outubro 1980.
- KELLER, Elza Coelho de Souza. "Atividade Agrária", em FUNDAÇÃO IBGE. Geografia do Brasil: Região Sudeste. V. 3, Rio de Janeiro, SERGRAF-IBGE, 1977, pp. 383-483.
- LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias. S. Paulo, Brasiliense, 1981.
- LOPES, Mauro de Rezende e SCHUH, G. Edward. A Mobilização de Recursos da Agricultura: Uma Análise de Política para o Brasil. Brasília, Comissão de Financiamento da Produção, 1979.
- MACHADO, Renato Rodrigues. A Extensão Rural e o Processo de Desenvolvimento Sócio-Econômico da Agricultura. Belo Horizonte, EMATER-MG, 1980.
- MARTINS, José de Souza. "A Situação no Campo e a Conjuntura", em _____. Expropriação e Violência: a Questão Política no Campo. 2 ed., São Paulo, Hucitec, 1982, pp. 114-130.
- MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, (s.d.).

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO/IBC/GERCA. Anuário Estatístico do Café. Nº 14, Rio de Janeiro, 1980.

_____. Resultados dos Planos de Renovação e Revigoração de Cafezais 1969/70 - 76/77: Plantios de Café por Municípios. R. de Janeiro, 1978.

_____. Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais. Rio de Janeiro, Gráfica do IBC, diversos anos.

_____. Cultura de Café no Brasil: Manual de Recomendações. Rio de Janeiro, 1981.

MOREIRA, Roberto José. "A Agricultura Brasileira: os Interesses em Jogo no Início dos anos 80", em Reforma Agrária, Campinas, Associação Brasileira de Reforma Agrária, 12 (6): 3-16, novembro/dezembro 1982.

MULLER, Geraldo. "A Industrialização do Campo no Brasil: Algumas Notas", em Reforma Agrária, Campinas, Associação Brasileira de Reforma Agrária, 10 (4/5): 93-101, jul/ago/set/out. 1980.

_____. "Agricultura e Industrialização do Campo", em Revista de Economia Política, São Paulo, Brasiliense, 2/2 (6): 47-77, abril/junho 1982.

MUNHOZ, Dercio Garcia. Economia Agrícola: Agricultura - Uma Defesa dos Subsídios. Petrópolis, Vozes, 1982.

NICHOLLS, Willian H. "A Economia Agrícola Brasileira: Desempenho e Política Recente", em CONTADOR, Cláudio R. (ed.). Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975, pp. 47-87.

OLIVEIRA, Francisco de. "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", em _____ e SÁ JR., Francisco. Questionando a Economia Brasileira. São Paulo, Brasiliense/CEBRAP, 1975, pp. 5-78.

OLIVEIRA, João do Carmo e ALBUQUERQUE, Claudia Ponte de. Avaliação da Política de Preços Mínimos. Brasília, Comissão de Financiamento da Produção, 1977.

OS IMPASSES da Política Agrícola. Em Exame, São Paulo, Ed. Abril, nº 228, pp. 77-107, 17 de junho de 1981.

PAIVA, Ruy Miller. "Reflexões sobre as Tendências da Produção, da Produtividade e dos Preços do Setor Agrícola do Brasil," em Revista Brasileira de Economia, nº 2 e 3, pp. 111-134, jun/setembro 1966.

_____. "O Mecanismo de Autocontrole no Processo de Expansão da Melhoria Técnica da Agricultura", em Revista Brasileira de Economia, nº 3, pp. 5-38, 1968.

_____. "Apreciação Geral sobre o Comportamento da Agricultura Brasileira", em Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 3 (1): 55-117, jan-junho 1969.

_____. "Elementos Básicos de uma Política em Favor da Agricultura Brasileira", em Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, IPEA, 4 (2): 209-244, junho 1974.

_____. "Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura: uma Reformulação", em Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, IPEA, 5 (1): 117-161, junho 1975.

_____, SCHATTAN, Salomão e FREITAS, Claus F. Trench de. Setor Agrícola do Brasil. 2 ed., Rio de Janeiro, Forense-Universitária/EDUSP, 1976.

- PASTORE, José e ALVES, Eliseu R. A. "A Reforma do Sistema Brasileiro de Pesquisa Agrícola", em CONTADOR, Cláudio R (ed.). Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola, Rio de Janeiro, IPEA/IN-PES, 1975, pp. 111-129.
- PINTO, Luis Carlos Guedes. "Notas sobre a Política Agrícola Brasileira", em Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, vol. 7, 1979, pp. 193-206.
- _____. "Os Beneficiários do Crédito Rural e da Assistência Técnica à Agricultura", em Reforma Agrária, Campinas, Associação Brasileira de Reforma Agrária, 10 (4/5): 25-35, jul/ago/set/outubro 1980.
- _____. "Grupos de Interesse e Crédito Rural no Brasil", em Revista de Economia Rural, Brasília, 19 (Número Especial): 65-83, 1981.
- PRADO JR., Caio. "Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil", em _____. A Questão Agrária. São Paulo, Brasiliense, 1979, pp. 15-85.
- _____. "Nova Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil", em _____. A Questão Agrária. São Paulo, Brasiliense, 1979, pp. 86-126.
- RASK, Norman, MEYER, Richard L. e PÉRES, Fernando C. "Crédito Agrícola e Subsídios à Produção como Instrumentos para o Desenvolvimento da Agricultura Brasileira", em Revista Brasileira de Economia, nº 1, pp. 151-171, 1974.
- RIBEIRO, José Paulo e WHARTON JR., Clifton R. "O Programa ACAR em Minas Gerais, Brasil", em ARAÚJO, Paulo F. Cidade de _____ e SCHUH, G. Edward (coord.). Desenvolvimento da Agricultura. V. 2, São Paulo, Pioneira, 1975, pp. 141-165.

RIBEIRO, Sylvio Wanick. Desempenho do Setor Agrícola: Década de 1960/70. Brasília, IFEA, 1973.

RYFF, Tito. "A Cornucópia Agrícola: Mito e Realidade", em TAVARES, Maria da Conceição e DAVID, Maurício Dias (org.). A Economia Política da Crise: Problemas e impasses da Política Econômica Brasileira. 4 ed., Rio de Janeiro, Vozes/Achiame, 1982, pp. 89-99.

SÁ JR., Francisco. "O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência", em OLIVEIRA, Francisco de e _____. Questionando a Economia Brasileira. São Paulo, Brasiliense/CEBRAP, 1975, pp. 79-134.

SAYAD, João. Crédito Rural no Brasil. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1980.

_____. "Especulação Financeira, Crédito Subsidiado e Preço da Terra", em Reforma Agrária, Campinas, Associação Brasileira de Reforma Agrária, 10 (4/5): 20-24, jul/ago/set/outubro 1980.

SERRA, José. "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra", em BELLUZZO, Luis Gonzaga M. e COUTINHO, Renata (Org.). Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio Sobre a Crise. V. 1, São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 56-121.

SERVILHA, Valdemar. A Agricultura e a Acumulação de Capital no Brasil. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1977 (tese de doutoramento).

SILVA, José Graziano da. "Para Onde vai a Agricultura?", em Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, vol. 10, 1979, pp. 58-69.

_____. "Agricultura e Crescimento Econômico", em _____. A Modernização Dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, pp. 17-32.

_____. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. São Paulo, Hucitec, 1981.

SILVA, Sérgio. "Agricultura e Capitalismo no Brasil", em Contexto, nº 1, novembro 1976, pp. 23-32.

_____. "Formas de Acumulação e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo", em PINSKY, Jaime (org.). Capital e Trabalho no Campo. 2 ed., São Paulo, Hucitec, 1979, pp. 7-24.

_____. Valor e Renda da Terra: O Movimento do Capital no Campo. São Paulo, Polis, 1981.

SORJ, Bernard. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

SWEET, Paul M. Teoria do Desenvolvimento Capitalista. 4 ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

SZMRECSÁNYI, Tamás. "Análise Crítica das Políticas para o Setor Agropecuário", em BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. e COUTINHO, Renata. Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio Sobre a Crise. V. 2, São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 223-240.

VEIGA FILHO, Alceu de Arruda. "Algumas Observações sobre a Política Agrícola", em Informações Econômicas, São Paulo, Instituto de Economia Agrícola, 9 (7): 115-130, julho 1979.

VELASCO E CRUZ, Sebastião C. e MARTINS, Carlos Estevam. "De Castello a Figueiredo: Uma Incursão na Pré-História da 'Abertura'", em SORJ, Bernard e ALMEIDA, Maria Hermínia T. de (org). Sociedade e Política no Brasil Pós-64. São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 13-61.

ZIGGIATTI, Laerte. "Existem Outras Saídas Para a Crise", em Folha de São Paulo, 1º/05/1983, p. 38, c. 4.